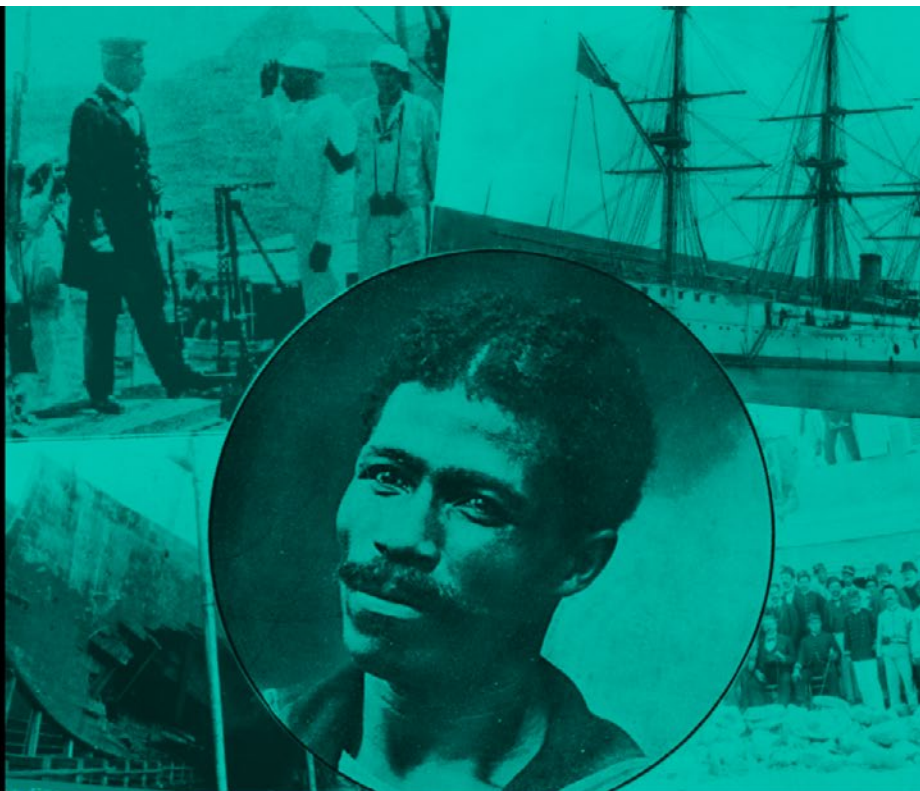


COLEÇÃO
PERSONAGENS DO PÓS-ABOLIÇÃO
[MEMÓRIAS BRASILEIRAS - BIOGRAFIAS]



ÁLVARO PEREIRA DO
NASCIMENTO

João Cândido

O MESTRE-SALA DOS MARES



Universidade Federal Fluminense

REITOR

Antonio Claudio Lucas da Nóbrega

VICE-REITOR

Antonio Claudio Lucas da Nóbrega

Eduff – Editora da Universidade Federal Fluminense

GESTÃO 2018-2020

CONSELHO EDITORIAL

Renato Franco [Diretor]

Ana Paula Mendes de Miranda

Celso José da Costa

Gladys Viviana Gelado

Johannes Kretschmer

Leonardo Marques

Luciano Dias Losekann

Luiz Mors Cabral

Marco Antônio Roxo da Silva

Marco Moriconi

Marco Otávio Bezerra

Ronaldo Gismondi

Silvia Patuzzi

Vágner Camilo Alves

João CÂNDIDO

Copyright © 2020 Álvaro Pereira do Nascimento

É proibida a reprodução total ou parcial desta obra sem
autorização expressa da editora.

Editor responsável: Renato Franco

Coordenador de produção: Ricardo Borges

Copidesque e revisão: Rozely Barroco

Normalização: Camilla Almeida

Capa: Marcio Oliveira

Projeto gráfico e diagramação: Marcio Oliveira

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação - CIP

N244 Nascimento, Álvaro Pereira do.

João Cândido : o mestre sala dos mares [livro eletrônico] / Álvaro Pereira do Nascimento.
– Niterói : Eduff, 2020. – 2,2Mb ; PDF. – (Coleção Personagens do pós-abolição:
trajetórias, e sentidos de liberdade no Brasil republicano, v. 6)

Inclui bibliografia.

ISBN 978-65-5831-008-2

BISAC BIO002010 BIOGRAPHY & AUTOBIOGRAPHY / Cultural, Ethnic &
Regional / African American & Black

1. Brasil – Pós-Abolição. 2. Cultura afro-brasileira. 3. Cândido, João, 1880-1969. 4.
Biografia. I. Título. II. Série.

CDD 923

Ficha catalográfica elaborada por Márcia Cristina dos Santos (CRB7-4700)

Direitos desta edição reservados à

Eduff - Editora da Universidade Federal Fluminense

Rua Miguel de Frias, 9, anexo/sobreloja - Icaraí - Niterói - RJ

CEP 24220-008 - Brasil

Tel.: +55 21 2629-5287

www.eduff.uff.br - faleconosco@eduff.uff.br

Impresso no Brasil, 2020.

Foi feito o depósito legal.

COLEÇÃO
PERSONAGENS DO PÓS-ABOLIÇÃO

MEMÓRIAS BRASILEIRAS – BIOGRAFIAS

ÁLVARO PEREIRA DO
NASCIMENTO

JOÃO CÂNDIDO

O MESTRE-SALA DOS MARES*



* Subtítulo retirado da música “O mestre-sala dos mares”,
de Aldir Blanc e João Bosco

SUMÁRIO

A COLEÇÃO PERSONAGENS DO PÓS-ABOLIÇÃO | 9

CARTA A JOÃO CÂNDIDO | 11

INTRODUÇÃO | 13

JOÃO CÂNDIDO E A ESCRAVIDÃO? | 17

UM FILHO DE VENTRE-LIVRE | 25

NAS CINZAS DA REVOLTA DA ARMADA: OS “EXEMPLOS” DE
OFICIAIS E POLÍTICOS | 35

DA VELA AO VAPOR: UM MARINHEIRO COMPLETO? | 43

NAS CINZAS DOS MOVIMENTOS POPULARES: O EXEMPLO DE
TRABALHADORES E MARINHEIROS | 55

PRIMÓRDIOS DA REVOLTA | 63

DESCOBRINDO AS ARMAS | 73

A REVOLTA EXPLODE | 81

A PERSEGUIÇÃO AOS MARINHEIROS... | 113

A VIDA LONGE DO MAR... | 121

JOÃO CÂNDIDO E O INTEGRALISMO | 137

DA “REVOLTA DE JOÃO CÂNDIDO” À “REVOLTA DA CHIBATA” | 161

“REVOLTA DE MARINHEIRO SÓ DÁ CERTO NO MAR” | 179

O LEGADO DA REVOLTA NA DITADURA CIVIL-MILITAR | 189

O MONUMENTO DA PRAÇA XV E A “NOVA” ANISTIA | 201

DESPEDIDA E HOMENAGEM A DOIS NEGROS:

JOÃO E SEVERINO | 209

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS | 213

FONTES | 225

LISTA DE FIGURAS | 231

A COLEÇÃO PERSONAGENS DO PÓS-ABOLIÇÃO

Este livro faz parte de uma coleção, sendo fruto de um projeto coletivo: “Personagens do pós-Abolição: trajetórias, e sentidos de liberdade no Brasil republicano”, contemplado com o Edital n° 13/2015 da CAPES - “Memórias Brasileiras: Biografias”. Os sete volumes da coleção são acompanhados por um site que disponibiliza diversos materiais - oficinas, vídeos, planos de aula, banco de imagem, em torno de personagens negros biografados (<http://personagensdoposabolicao.uff.br/>).

Apesar de grandes contribuições para a história republicana do Brasil, esses personagens tiveram suas vidas silenciadas, esquecidas ou não reconhecidas. Foram homens e mulheres marcados pela condição racial e de gênero que levantaram bandeiras antirracistas e atuaram na transformação das possibilidades de exercício da cidadania da população negra no Brasil.

As biografias publicadas também trazem uma contribuição importante para o público em geral, para futuros professores e para os alunos da Educação Básica, pois nos permitem conhecer melhor a História do pós-abolição e do racismo no Brasil e, em volume especial, entrar em contato com novas formas de ensinar e aprender histórias do Brasil republicano. Eis os livros da coleção:

*Monteiro Lopes e Eduardo das Neves:
histórias não contadas da Primeira República (v. 1)*

Carolina Viana Dantas e Martha Abreu

*Luciana Lealdina de Araújo e Maria Helena Vargas da Silveira:
história de mulheres negras no pós-abolição do sul do Brasil (v. 2)*

Fernanda Oliveira

*Juliano Moreira:
o médico negro na fundação da psiquiatria brasileira (v. 3)*

Ynaê Lopes dos Santos

Paulo Silva: um contraponto nas relações raciais no Brasil (v. 4)

Amilcar Araújo Pereira

*Maria de Lourdes Vale Nascimento:
uma intelectual negra do pós-abolição (v. 5)*

Giovana Xavier

João Cândido: o mestre sala dos mares (v. 6)

Álvaro Pereira do Nascimento

*“A gente só sabe o final quando encerra”: novas formas de ensinar e
aprender histórias do Brasil republicano (v. 7)*

Giovana Xavier (org.)

CARTA A JOÃO CÂNDIDO

João,

 você lutou pelos direitos humanos e pela liberdade ausentes na Marinha escravocrata. Você e seus colegas foram ousados demais. Que papo é esse de enfrentar quem manda? Preto quer mandar em branco? Abusado! Quem você pensou que era? Ali não era seu lugar! “Manda quem pode, obedece quem tem juízo”... era só ter seguido este velho lema, camarada.

 Passaste pela solitária, frustrou-se, perdeu esposas e filhas, enfrentou diversas dores. Ainda trabalhou por toda a vida e morreu digno de sua história, mesmo que num miserê dos diabos. Mas guerreiro segue guerreiro, e sua história não foi em vão. O farol da liberdade estará ao nosso lado nas baías da Guanabara da vida!

Álvaro

INTRODUÇÃO

Para acompanhar a trajetória de João Cândido fui obrigado a tecer caminhos extensos e a testar diversos limites, arriscando-me a entrar numa viagem sem fim. Daí traçar o mapa desta trajetória, seguindo três critérios fundamentais: respeitar o limite das páginas da coleção, selecionar por quais ruas eu perseguiria João Cândido (ele percorreu o mundo!) e escrever uma história contada – “gardei” as ferramentas teóricas e metodológicas nas notas. Me esforcei bastante para isso, com algumas freadas bruscas, vez ou outra. Faz parte!

Enquanto pesquisava vinha aquela vontade de conhecer tudo de João Cândido, destacando sua liderança na Revolta dos Marinheiros, em 1910, quando ameaçou bombardear a então Capital Federal da República, a cidade do Rio de Janeiro. Para isso, havia de investigar os problemas que lhe apareciam no processo histórico que extinguiu legalmente o trabalho de escravizados e escravizadas, os enfrentamentos diários nos pos-

tos de trabalho exercidos, suas crenças religiosas, as festividades preferidas, sua atuação política, os gostos musicais, a vida familiar e afetiva. Caberia tudo isso nas páginas que se seguem? A resposta é não.

Uma investigação desta envergadura, a partir dos instrumentos teóricos e metodológicos da historiografia, me exigiria mais alguns anos de investigação e ultrapassaria a quantidade de páginas acordadas para esta coleção. Daí a difícil tarefa de efetuar recortes capazes de melhor exprimir João Cândido. Pesquisei processos criminais, imprensa, livros de memórias, relatórios ministeriais, biografias, discursos parlamentares e teses e dissertações acadêmicas brasileiras e internacionais.

Caros leitores e leitoras, investiguei e escrevi sobre a figura pública mais famosa da Marinha de Guerra no século XX e nos tempos atuais. Persegui sua história desde quando fora mais um entre tantos outros negros. E tornou-se o líder da Revolta da Chibata, em 1910, por sua longa experiência de quinze anos exercendo funções de marinheiro pelos mares do mundo.

Escrevo aqui do político negro sem diplomação para assumir cargos nas assembleias, câmaras e palácios, espaços que aprisionam a política e a afastam do eleitorado durante os mandatos de vereadores, deputados, senadores, prefeitos, governado-

res e presidentes. Escrevo também dos quase dois mil homens negros que estiveram a seu lado. Juntos abriram os portões dos palácios e câmaras para obrigar políticos a discutirem as reivindicações da marujada. Libertaram a política e a trouxeram para a baía da Guanabara e ruas do Rio de Janeiro, então Capital Federal da República.

Escancarada aos cidadãos, através de marinheiros em revolta, ela mostrou a todos como precisa ser movimentada pelas forças que vão da situação à oposição. Defender direitos pode transformar o lufar num ciclone derrubando casas, presidentes, governadores, câmaras, deslocando todo centro do poder. João Cândido e seus colegas não foram detectados pela previsão do tempo, e quase destruíram o mandato do Marechal Hermes da Fonseca na presidência da República.

João Cândido e seus colegas desejavam somente melhorar as condições desumanas e indignas que enfrentavam nos porões e conveses dos navios de guerra. Não queriam dar um golpe de estado, derrubar o governo e assumir a presidência para implantar uma ditadura do operariado ou dos militares de baixa patente. Retiraram a política dos gabinetes e palácios, deram-lhe as mãos e a fizeram correr o suficiente para encontrar e ouvir o “enganado povo”, como disseram. Descobriram ao longo de dois anos de articulação que todo ser-humano é um ser político, e

pode e deve atuar para além do momento único do voto. Sem diplomas, fizeram-se cidadãos politizados e conscientizaram-se ainda mais do seu poder. Mudaram as histórias da Marinha de Guerra e do Brasil.

Após aqueles dias de novembro e dezembro de 1910, quando a Revolta da Chibata explodiu e foi noticiada para o mundo, João Cândido e seus camaradas tornaram-se ícones da política realizada nas ruas, mares, botequins, prostíbulos, corredores das fábricas, quartéis, casas de jogos de azar, quilombos. Nestes lugares estavam cidadãos e cidadãs descrentes naqueles homens públicos, que desejavam a política para si mesmos, bem distante da rua. Não à toa, de tão relevante, a Revolta dos Marinheiros foi representada por enredos de escolas de samba, nas estrofes de músicas, nos diferentes atos de peças teatrais e no traço do artista sobre o bronze e o mármore.

Pelo tamanho dessa história de João Cândido, não será dada prioridade a sua vida familiar e afetiva. Acompanhamos o marinheiro transformando a si mesmo num líder. Seu legado e sua vida por vezes seguiam caminhos diferentes, independentemente da vontade do homem. Na imprensa, na rua e nas tribunas, recorriam a seu legado para exemplificar, lembrar e comparar situações históricas na República, e serviam de argumentos para debates, ganhos e disputas políticas aos contendores.

O homem João Cândido explorou esse legado, mas o ódio de gerações de militares corroía sua imagem. Protagonistas pretos, pobres e questionadores não eram bem-vindos ao lago do Cisne Branco.

JOÃO CÂNDIDO E A ESCRAVIDÃO?

O futuro de homens e mulheres negras mudava paulatinamente quando João Cândido nasceu, em 1880. Após três longos séculos, os países e colônias no continente americano viram o terrível comércio transatlântico de seres humanos ser extinto. Para esse lado do Atlântico, vieram povos de diferentes etnias e nações do continente africano, trazendo seus ensinamentos, valores e costumes. Havia sido desterrados forçadamente para servirem enquanto trabalhadores escravizados. Comércio tão lucrativo, que, 25 anos antes do nascimento de João Cândido, ainda se encontravam notícias de desembarques clandestinos de africanos escravizados, em secretos portos da costa brasileira.¹

Mesmo o trabalho de pessoas escravizadas aproximava-se do seu fim. A manutenção desse sistema de trabalho

1 LABHOI-UFF. *Inventário dos lugares de memória do tráfico atlântico de escravos e da história dos africanos escravizados no Brasil*. [S.l.: s.d]; FLORENTINO, M. *Em costas negras*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1993; RODRIGUES, J. *O infame comércio*. Campinas: Unicamp, 2000; e MORAES, D. P. Y. *A capital do comendador: a auditoria geral da Marinha no julgamento sobre a liberdade dos africanos apreendidos na ilha da Marambaia (1851)*. 2009. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

começou a incomodar a consciência de muita gente ao final do século XIX. Abolicionistas faziam campanhas pela extinção daquele “atraso”, ofensivo à moral e à “civilização”. Os proprietários de pessoas escravizadas, por sua vez, exigiam algum ressarcimento do capital investido na compra dos seus trabalhadores e trabalhadoras. Temendo pela iminente derrota, conscientizaram-se, enquanto classe de proprietários, que melhor seria cuidar dos seus escravizados e até incentivar o nascimento de mais “crias”, tentando inutilmente alongar a escravidão por algumas décadas. O trabalho assalariado de pessoas livres, nacionais e imigrantes, exigiria outro tipo de contrato, agora entre patrão e empregado, e escravizadores resistiam a essa mudança.²

Sabedores deste imbróglio, os escravizados e escravizadas, individual e/ou coletivamente, aumentaram suas fugas, enfrentamentos, exigências, revoltas, greves, correrias e disfarces na multidão das cidades. Essa movimentação participou fundo na construção da ilegalidade da escravidão no Brasil. Por mais que a princesa Isabel fosse abolicionista, sua mão não assinaria nada sem o medo branco da onda negra.³

2 SALLÉS, R. *E o vale era o escravo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008; PARRON, T. P. A. *política da escravidão no Império do Brasil, 1826-1865*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011; CHALHOUB, S. *A força da escravidão*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012; CHALHOUB, S. *Visões da liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990; e KOVARICK, L. *Trabalho e vadiagem: a origem do trabalho livre no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

3 SILVA, E. *As camélias do Leblon*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2003; e AZEVEDO, C. M. M. *Onda negra, medo branco*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

Alterações nos mundos do trabalho estavam em andamento e as incertezas quanto ao futuro tomavam os espíritos envolvidos neste processo histórico. Em muito breve, estaria encerrado o direito de um senhor apossar-se das riquezas produzidas pelas mãos de uma pessoa escravizada.

Naquele mesmo século, homens da ciência puseram em xeque as certezas sobre a origem do ser humano. Observaram as diferenças fenotípicas entre pessoas provenientes dos mais vastos rincões do mundo. Os povos originários da África, América, Europa, Oceania e Ásia, comparativamente, apresentavam cor da pele, formatos de nariz, olhos, altura, visões de mundo e costumes variados.

Com os limitados recursos à época (afinal, não havia os métodos atuais de pesquisa, que provaram que os humanos são iguais), estudiosos europeus investigaram as diferenças corporais, comportamentais e intelectuais dos seres humanos. Verificaram armamentos, vestimentas, arquitetura das casas, organização política, tecnologias de produção, formas de registro e rituais religiosos produzidos pelos povos conhecidos no planeta. Criaram técnicas de investigação, como a frenologia, a fisionomia e a antropologia criminal, e defenderam que diferenças biológicas levaram à existência de raças humanas.

O maior problema foi quando as hierarquizaram. Para estes cientistas, as diferenças seriam as responsáveis por alguns seres humanos “evoluírem” e “progredirem” enquanto outros nem tanto. Ao defenderem a existência de raças superiores (branca), híbridas (mestiças) e inferiores (negros, amarelos e indígenas) criaram um dos maiores males presentes desde o século XIX: o racismo. Este mal, “hierarquiza, desumaniza e justifica a discriminação existente” entre seres humanos.⁴

Estas teses auxiliaram na legitimação do imperialismo europeu na África, Ásia e Oceania, no falso discurso de levar a “civilização” àqueles povos. Destruíram grupos étnicos, valores e costumes milenares, conhecimentos riquíssimos, relações sustentáveis entre o homem e a natureza. Também saquearam monumentos históricos, fizeram experiências humilhantes com estas pessoas além de adoecê-las por fome e miséria. Por fim, além da exploração econômica, investiram na implementação de sistema de governo, religiosidade e valores culturais do continente europeu. O impacto foi extremamente danoso.⁵

No caso brasileiro, tais ideias despertaram forte interesse de cientistas, formadores de opinião e políticos, incomo-

4 MUNANGA, K. Algumas considerações sobre “raça”, ação afirmativa e identidade negra no Brasil: fundamentos antropológicos. *Revista USP*, n. 68, p. 46-57, 2006.

5 BETHENCOURT, F. *Racismos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018; DAVIDSON, B. *African in history*. Nova York: Tochstone, 1995; e COOPER, F. Condições análogas à escravidão. In: COOPER, F.; SCOTT, R.; HOLT, T. *Além da escravidão*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

dados com a grande quantidade de negros, indígenas, e brancos, em frequentes relações inter-raciais.⁶ João Cândido nascera onze anos após o conde Gobineau visitar o Brasil e ter dúvidas sobre o futuro do país enquanto nação. Para aquele pregador da ciência (não era um cientista) havia misturas raciais de todo tipo, gerando o maior dos problemas para o Brasil: as raças híbridas. Pensamentos como estes foram infiltrados nos primeiros núcleos de desenvolvimento da ciência no Brasil, na segunda metade do século XIX, e passaram a ser ouvidos por governos, deputados e senadores. Esse pensamento orientou a política de estado que elegeu os europeus como imigrantes preferenciais para o trabalho em fazendas ou projetos de colonização. Aos ex-escravizados, não se reservariam terras – as teorias raciais foram fundamentais para legitimar este descaso. O maior projeto do Estado para libertos era não ter projeto algum.⁷

Foi neste mundo, cada vez mais racista, que João Cândido iniciou seus dias.

6 HOFBAUER, A. *Uma história do branqueamento ou o negro em questão*. São Paulo: Unesp, 2006; e MAIO, M. C.; SANTOS, R. V. (orgs.). *Raça como questão*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2010.

7 HASENBALG, C. *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1979; SEYFERTH G. Construindo a nação. In: MAIO, M. C.; SANTOS, R. V. (orgs.). *Raça, ciência e sociedade*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1996; e SCHWARCZ, L. M. *O espetáculo das raças*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

UM FILHO DE VENTRE-LIVRE

A fazenda Coxilha Bonita, no então município de Rio Pardo, Rio Grande do Sul, foi onde nasceu João Cândido em 15 de janeiro de 1880. Ali prevalecia a pecuária extensiva, com alguns poucos escravizados e homens livres a manejarem o gado e a transporta-lo por léguas para abate nos matadouros regionais. Os pais de João Cândido pertenciam ao casal Gaspar Simões Pires e Florinda Cândida de Lima. O senhor era neto e herdeiro de um comerciante açoriano, desembarcado no Brasil em 1755 e enriquecido pelos negócios com São Paulo e a Corte, além de ser gentilmente beneficiado ao receber sesmarias na ocupação do território. Dessas terras surgiram as fazendas herdadas pelo neto Gaspar, e a capela em que João Cândido foi batizado aos santos óleos, em 1882.¹

¹ ARQUIVO HISTÓRICO DA CÚRIA METROPOLITANA DE PORTO ALEGRE. *Livro de registro de batismo*. Rio Pardo, livro nº 24, 1881 a 1882, folha 61; e NASCIMENTO, Â, P. Um jovem negro no pós-abolição: do ventre livre à marinha de guerra. In: CARVALHO, J. M.; CAMPOS, A. (orgs.). *Perspectivas da cidadania no Brasil Império*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011a.

As terras ocupavam regiões em municípios diferentes e todas elas com algum tipo de criação. Na maior propriedade, a de Capivari, Gaspar Simões Pires tinha 3.760 reses de criar no valor de 15 contos de réis, 32 bois mansos, 250 novilhas, 270 éguas xucas, 550 ovelhas, 113 cavalos. Quando morreu, em 1863, ele também deixou nove escravizadas e 12 escravizados. Uma delas era Ignácia, com 30 anos, que viria a ser a mãe de João Cândido. Maria do Carmo Simões, filha de Gaspar e de Florinda, na partilha dos bens do falecido pai, herdou Ignácia, avaliada em 750\$000, Caetana, 250\$000 réis e Narciso, 100\$000 réis, somando um conto e 100 mil réis. A documentação não deixa claro, mas há uma possibilidade de Caetana ser filha de Ignácia.

Em 1876, morreu a viúva de Gaspar Simões Pires, D. Florinda Cândida de Lima. Seu testamento nos traz a segunda pessoa que mais nos interessa: João Felisberto, o pai de João Cândido. João Felisberto trabalhava para D. Florinda na fazenda Coxilha Bonita, campos de Capivari, onde a quantidade de reses, demais animais de criação e a extensão das terras exigiam mão-de-obra experiente e especializada. João Cândido dizia que seu pai fora “trepieiro”, ou seja, aquele que viajava comandando gado rumo aos abatedouros e compradores, e o acompanhara em algumas destas viagens quando menino.²

2 LIMA, F. C. *Testamento*. Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS), Encruzilhada, Autos 84, Maço 2, estante 121, 1876, f. 1v.

Possivelmente, sua mãe, Ignácia, trabalhava no serviço doméstico. Ela era parteira e, por ter amplo conhecimento do uso da flora medicinal, praticava as curas usando as ervas. Não sabemos se realmente foi esse o processo, mas há uma grande possibilidade de João Felisberto ter encontrado Ignácia, quando juntava o gado que seria transportado das fazendas dos Simões Pires para ser vendido.

Seja como for, a realidade é que ambos se casaram em 28 de junho de 1879, aproximadamente, três anos após a morte da última senhora de João Felisberto, libertado em 1876. Ele livre e ela escrava. Ele passou a se identificar por “João Felisberto Pires” e a esposa por “Ignácia Cândido Pires”. Pires refere-se ao sobrenome da família que fora senhora de João e ainda o era de Ignácia. O Cândido possivelmente procedia de D. Florinda Cândido Lima, esposa do falecido Gaspar Simões Pires. Ignácia foi alforriada incondicionalmente e “como se livre tivesse nascido” em nove de fevereiro de 1881, quando João Cândido já somava pouco mais de um ano de idade.³

Mas o que esperar um ventre-livre numa fazenda de criação de gado no interior do Rio Grande do Sul, região sem plantations. Embora fosse de ventre livre, a economia local

3 BORBA JUNIOR, J. A. *Livro de notas do tabellão Joaquim Antonio de Borba Junior*. Encruzilhada, livro 7, 1882-1885 (Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana de Porto Alegre).

contava com o emprego destas crianças conforme cresciam. Na região, crianças negras, como João Cândido e outras ventre-livre, eram arroladas em inventários junto com suas mães escravizadas, e “tinham o valor dos seus serviços avaliados e partilhados” entre senhores e seus herdeiros.⁴

Inventários são instrumentos legais que até hoje existem. Servem para listar todos os pertences de uma pessoa com os respectivos valores. E, obviamente, o nome dos herdeiros que deveriam partilhar estas pertences na hora do falecimento da pessoa inventariada. Ora, se as crianças haviam nascido de ventre-livre, e livres haviam de ser, elas não deveriam ser arroladas ao lado dos seus pais e mães escravizados num inventário, que listava as propriedades do senhor. A fiscalização referente à aplicação da lei do ventre-livre era incipiente. Então, qual seria o destino do menino João Cândido?

Havia no Brasil formas múltiplas de contratos de trabalho entre patrões e empregados nesse período, sem uma legislação estatal específica que organizasse, fiscalizasse e garantisse direitos e deveres na relação capital-trabalho, como salário mínimo, férias, final de semana remunerado, aposentadoria, cri-

4 PERUSSATTO, M. K. *Como se de ventre livre nascesse: experiências de cativo, parentesco emancipação e liberdade nos derradeiros anos da escravidão em Rio Pardo /RS*. 2010. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2010.

térios para emprego de menor de idade etc.⁵

A Marinha surgiu como uma boa opção de sobrevivência para rapazes negros como João Cândido no pós-abolição.⁶ De forma rudimentar, a Marinha de Guerra oferecia oportunidades de moradia, alimentação, soldo, viagens para conhecer o mundo, alguma especialização profissional e estabilidade na atividade durante 6 a 15 anos (esse tempo era obrigatório. A evasão era entendida como crime de deserção). Não foi à toa que, ao longo do século XIX, escravos fugidos se candidatavam voluntariamente ao cargo de marinheiros, como se livres fossem. Mas senhores encontraram dezenas deles a bordo dos navios da Marinha de Guerra, já recrutados.⁷ As Forças Armadas poderiam, mesmo com seu vasto manancial de problemas, surgir como uma saída para aqueles que não tinham muitas oportunidades.

Embora oferecesse as garantias que expus acima, a Marinha de Guerra também apresentava seu lado cruel, com castigos corporais e rígido regime militar. Pouquíssimas pessoas

5 MATTOS, H.; RIOS, A. L. *Memórias do cativo: família, trabalho e cidadania no pós-abolição*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005; RIBEIRO, G. S. *Mata galegos: os portugueses e os conflitos de trabalho na República Velha*. São Paulo: Brasiliense, 1990; CHALHOUB, S. (1986). *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque*. Campinas: Ed. Unicamp, 2001; e FRAGA FILHO, W. *Encruzilhadas da liberdade: histórias de escravos e libertos na Bahia (1870-1910)*. Campinas: Editora Unicamp, 2006.

6 ALMEIDA, S. C. P. *A modernização do material e do pessoal da Marinha nas vésperas da revolta dos marujos de 1910*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 23, n. 45, jun. 2010.

7 NASCIMENTO, Á. P. Do cativo ao mar: escravos na marinha de guerra. *Estudos Afro-asiáticos*, n. 38, p. 85-112, dez. 2000; e KRAAY, H. Escravidão, cidadania e serviço militar na mobilização brasileira para a Guerra do Paraguai. *Estudos afro-asiáticos*, n. 33, set. 1998.

apresentavam-se voluntariamente. A forma mais comum era a matrícula de crianças e rapazes nas Escolas de Aprendizizes Marinheiros espalhadas pelo país. Levados por pais, juízes de órfãos e tutores, esses menores tinham educação prática e teórica rudimentar, realizavam serviços diversos, sofriam castigos e muitos foram vítimas de violência sexual.⁸

Os oficiais incentivavam esses meninos a entrarem nas escolas de Aprendizizes. Era mais fácil discipliná-los para a vida militar antes de tornarem-se adultos. Foi dessa forma que a Marinha, ao longo da segunda metade do século XIX, paulatinamente abortou o recrutamento forçado, que caçava a laço mendigos, detentos, andarilhos e trabalhadores pobres. A intenção era garantir o alistamento exclusivo de rapazes nas unidades da Escola de Aprendizizes Marinheiros.⁹

Parece que desde cedo João Cândido demonstrava que trilharia um caminho diferente daquele seguido pelo velho pai. Enfim, ele não trabalharia para os Pires e para mais nenhum outro criador de gado da região.¹⁰ Não há consenso acerca da razão que o levou à carreira militar. Mas há duas

8 NASCIMENTO, Â. P. *A ressaca da marujada: recrutamento e disciplina na Armada imperial*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2001; e BEATTIE, P. *Conflicting penile codes: modern masculinity and sodomy in the Brazilian military, 1860-1916*. In: BALDERSTON, D.; GUY, D. J. *Sex and gender in Latin American*. Nova York: New York University Press, 1997.

9 NASCIMENTO, Â. P. *Recrutamento para a marinha brasileira: república, cor e cidadania*. In: MÜGGE, M.; COMISSOLI, A. (orgs.). *Homens e armas: recrutamento militar no Brasil, século XIX*. São Leopoldo: Oikos, 2011b.

10 NASCIMENTO, 2011a.

versões para a chegada dele à Escola de Aprendizes Marinheiros.

Segundo o virulento almirante Luiz Alves de Oliveira Bello, antes de ingressar na Marinha João Cândido teria sido “moleque de recados e empregado numa fábrica de tecidos em Porto Alegre”.¹¹ João Cândido confirma esta passagem. Nem sempre os ventre-livres conformavam-se com o tratamento dispensado, e os “jornais porto-alegrenses da época mostravam a resistência na forma da fuga de menores que se recusavam a servirem como escravos”.¹²

Oliveira Bello disse que o jovem João Cândido, talvez após um ou dois anos na cidade, “apresentou-se voluntariamente na Escola de Aprendizes Marinheiros do Rio Grande, com uma recomendação escrita do Delegado da Capitania dos Portos em Porto Alegre”, em 6 de janeiro de 1895.¹³ Como já dissemos, era muito comum que os delegados de polícia, juízes de órfãos e até delegados das capitânicas dos portos enviassem meninos para as Forças Armadas. Esses agentes serviam como intermediários

11 MOREL, E. *A revolta da chibata*. 4. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

12 PERUSSATTO, 2010.

13 BARBOSA, M. (org.). *João Cândido, o almirante negro*. Rio de Janeiro: Gryphus/Museu da Imagem e do Som, 1999, p. 68. Possivelmente, antes de entrar nesta escola, João Cândido pode ter tentado estudar numa outra escola, a do Arsenal de Guerra de Porto Alegre. Em entrevista concedida em 1968, no Museu da Imagem e do Som, disse ele que, “como tinha excesso de alunos”, foi “transferido” para a Escola de Aprendizes Marinheiros de Rio Grande. Entendemos que ele tenha passado aproximadamente um ano em Porto Alegre trabalhando em diferentes ofícios, antes de ingressar definitivamente na Marinha: mensageiro, fábrica de tecidos e escola do Arsenal.

entre as duas partes, como foi o caso de João Cândido, ou agiam de forma pragmática para se livrarem de homens e meninos reincidentes em delitos nas urbes.

Uma segunda versão nebulosa tem a ver com o comportamento de João Cândido quando criança ardeira: ele pode ter sido mesmo um “faísca”. A possibilidade é no mínimo razoável já que muitos meninos foram levados para as Forças Armadas a fim de melhorar a disciplina e o comportamento irrequieto e travesso que apresentavam em casa ou nas ruas. Vicente Moreira Leite, contemporâneo de João Cândido na infância, ainda tinha na memória o caso que deve ter cimentado o primeiro passo do caminho do futuro Almirante Negro até a Marinha de Guerra:

Quando contrariado, sempre tinha uma resposta atrevida, afiada na ponta da língua. Um dia, ameaçado pelas diabruras que havia feito, fugiu para outra fazenda onde o Sr. José Felipe Corrêa era o responsável. Escondeu-se numa gruta de pedra [...]. Passou uns três dias, ele voltou desconfiado. Foi nessa ocasião que a Antonia Almeida Lima, professora das primeiras letras do moleque, com a autorização dos pais, entregou-o para o genro: Almirante Floriano de Abreu. Como a propriedade do meu avô ficava próxima da fazenda do Almirante Alexandrino de Alencar, amigo da família, e, o mesmo recrutava jovens para a Marinha, foi ele quem recebeu o ‘Candinho’ [como João Cândido era chamado].¹⁴

14 FERREIRA, M. L. C. *Tributo a João Cândido: o rei do farol da liberdade*. Encruzilhada do Sul: [s.n.], 2002.

Alexandrino Faria de Alencar foi um dos ministros mais marcantes da Marinha de Guerra do início da República.¹⁵ Foi sob sua gestão que a Armada brasileira se tornou uma das mais poderosas do mundo, ao ter incorporado os navios de guerra Minas Gerais e São Paulo, que, até hoje, são referências nos livros especializados em tecnologia naval. No entanto, em 1895, ele estava exilado por tomar parte na Revolta da Armada. E, um ano antes, estava em meio a batalhas no mar e em terra. Poderia ele ter tempo e influência para escrever uma carta de recomendação?

Seja qual for a história, o que retiramos daí é que João Cândido construiu a sua própria história, não foi mais um ventre-livre a ser explorado por uma família que se beneficiara do trabalho escravizado de seus pais e parentes. Atirou-se ou foi atirado à vida, saindo da pacata Rio Pardo, tentando a sorte em Porto Alegre.

Naquela cidade, trabalhou em fábricas, mas logo em seguida, já aos 13 anos começou suas primeiras experiências de guerra. Ele lutou ao lado dos governistas da Divisão Norte, comandada pelo futuro senador Pinheiro Machado, durante

15 A irmã de Gaspar Simões Pires era Maria Esméria de Vasconcelos, que teria quatro filhos, sendo que a terceira, Ana Ubaldina de Faria, nascida em 15 de março de 1818, casou-se com capitão Alexandrino de Melo Alencar. Desse casamento nasceram três filhos, sendo que o único menino será Alexandrino Faria de Alencar, futuro ministro da Marinha. Como se vê a relação familiar era muito próxima. A mãe de Alexandrino era sobrinha de Gaspar Simões Pires e prima direta de Maria do Carmo Simões Pires que, com o marido, herdou Ignácia. João Cândido disse ainda, em entrevista ao Museu da Imagem e do Som, que a família dele “recebeu favores” de Alexandrino.

a Revolta Federalista, de 1893. Esteve presente em batalhas importantes, como em Passo Fundo. A própria cidade de Porto Alegre foi bombardeada pelo navio de guerra Marajó, provocando pânico e destruição, com mortos e feridos.¹⁶ O futuro líder começava a ter suas primeiras lições de guerra.

16 MOREL, M. *João Cândido & a luta pelos direitos humanos*. Rio de Janeiro: Fundação Banco do Brasil, 2008.

NAS CINZAS DA REVOLTA DA ARMADA: OS “EXEMPLOS” DE OFICIAIS E POLÍTICOS

Dias após deixar a Escola de Aprendizes Marinheiros do Rio Grande, com 16 anos João Cândido assentou praça como Grumete, em 10 de dezembro de 1895, com o número 85, na 16ª Companhia no Quartel General de Marinheiros, na cidade do Rio de Janeiro, a jovem Capital Federal da República.¹ A atmosfera política, porém, ainda era das mais tensas, e a insegurança ocupava lugar cativo nas mentes de todos, de políticos a cidadãos comuns.

Havia seis anos de República desde o golpe militar que derrubou o Imperador e o expulsou, juntamente com sua família, para o estrangeiro, após governar o país por quase toda sua vida. Entre 15 de novembro de 1889 e fevereiro de 1891, o país permaneceu sem uma nova constituição, sem eleições e com interventores nos governos dos Estados. Por quase dois anos, a

1 PROCESSO João Cândido e outros. Pacote 2, folhas 344 (Arquivo Nacional).

presidência da República foi ocupada pelo marechal do Exército Deodoro da Fonseca, sem ter recebido nenhum voto, governando como se ordenasse comandados cotidianamente num quartel. Não à toa, seus ministros receberam patentes militares. Os republicanos vitoriosos não desejavam um comandante na presidência. Esperavam um estado liberal bem próximo à proposta norte-americana.²

Mesmo com a promulgação da nova constituição, desenhada por uma assembleia convocada às pressas, a tensão não diminuiu. Deodoro continuava na presidência através da força militar. A trama entre militares de alto escalão e representantes de oligarquias somada à doença do velho marechal abriram as portas da presidência para que o vice assumisse o mandato. O governo de Floriano Peixoto foi extremamente conturbado. Teve contestada a legitimidade constitucional do seu mandato, e governou com dificuldades até perder o apoio de um grupo poderoso de militares da Marinha.³

Em 6 de setembro de 1893 e sob o comando do almirante Custódio José de Mello, a Marinha foi levada à guerra contra o marechal Floriano Peixoto, através de batalhas fratricidas e sanguinolentas em plena baía da Guanabara. Ao longo

2 CARVALHO, J. M. *A formação das almas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

3 ARIAS NETO, J. M. *A revolta da armada de 1893: um "fato" construído*. In: OLIVEIRA, C. H. S.; PRADO, M. L. C.; JANOTTI, M. L. (orgs.). *A história na política, a política na história*. São Paulo: Alameda, 2006.

de quase dois anos, seguiram-se batalhas no Rio de Janeiro (que destruíram vários edifícios e navios, principalmente os militares). Os revoltosos, inclusive Alexandrino Faria de Alencar, seguiram para o Sul do país e aliaram-se aos federalistas. Opositores a eles estavam os republicanos, apoiados por Floriano Peixoto. Ou seja, a revolta entre militares na capital da república estendeu-se à Revolução Federalista no Sul do país. Foi nos mares de Florianópolis (Desterro na época), inclusive, que Custódio José de Mello, comandou o navio Aquidabã, torpedeado pelas forças legalistas na batalha de 16 de abril de 1894.⁴



Figura 1 – Efeito de um torpedo na proa do Aquidabã
Fonte: Marc Ferrez / Acervo Fundação Biblioteca Nacional

4 MARTINS, H. L. *História naval brasileira: a Revolta da Armada, 1893*. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, 1995.

Passada esta fase de batalhas e revoltas, o saldo da Marinha de Guerra caiu a um patamar extremamente negativo. As edificações dos seus principais centros administrativos, fortificações e quartéis de marinheiros foram destruídos ou apresentavam assustadoras perfurações causadas por vigorosos tiros de canhões de diferentes calibres. Segundo o almirante Hélio Leôncio Martins, a “Marinha ficou aniquilada”. Sua armada, em parte obsoleta antes daquelas batalhas, desfalcou-se ainda mais. Os navios de madeira “nenhum valor militar apresentavam” e os demais, construídos por “compósito” (mistos de aço ou mistos de aço, madeira e/ou ferro), estavam em reparos, encostados ou eram ultrapassados militarmente.



Figura 2 – Ruínas de Villegaignon

Fonte: Juan Gutierrez (c.1897) / Acervo Fundação Biblioteca Nacional

Quando João Cândido chegou à sua Companhia no Quartel Geral, estabelecido na Ilha de Villegaignon, encontrou as marcas dos bombardeios sofridos durante as batalhas ocorridas na Revolta da Armada. O ministro da Marinha revelava em seu relatório anual as dificuldades financeiras encontradas para “reconstrução e construção” dos edifícios arrasados pelos bombardeios, sendo que os localizados em Villegaignon eram os mais castigados.⁵ E foi para lá que enviaram um rapaz de 16 anos que assentou praça como grumete.

No dia 20 do mesmo mês foi destacado para o Cruzador Andrada, onde se apresentou, e assumiu a sua primeira maca a bordo de um navio da Armada. Ali o futuro “mestre-sala dos mares” iniciava suas aulas iniciais e passaria seu primeiro natal distante da família e amigos da antiga Rio Pardo.

Em março de 1896, João Cândido passou a receber soldo referente à sua primeira especialidade: a de artilheiro. Ele deve ter aprendido a disparar canhões nas aulas práticas que – imaginamos – realizou nas viagens de instrução do Andrada entre janeiro e março de 1896, na costa da Ilha Grande e de Angra dos Reis. Em 1897 seu navio compôs uma divisão de seis navios que exercitaram “fuzilaria, artilharia e torpedos” nas

5 BRASIL. Ministério da Marinha (Manuel José Alves Barbosa). *Relatório do Ministro da Marinha*. Rio de Janeiro: Imprensa Naval, 1897.

costas de Florianópolis e litoral fluminense. Com 17 anos, ele já estava aprimorando seus conhecimentos e experiência no comando das baterias de canhões do Andrada.

Em 1º de abril, o cruzador Andrada e mais cinco navios da Armada passaram a constituir a “Divisão Naval em Operações na Bahia”, comandada pelo almirante Carlos Frederico de Noronha, que fora organizada pela “conveniência de fazer agir combinadamente Exército e Armada no Estado da Bahia”.⁶ Embora o ministro da Marinha não tenha sido explícito em seu relatório, a Divisão Naval foi criada com a missão de transferir 10 ou 12.000 soldados do Exército e polícias estaduais e carregar armamentos para a quarta e mais sanguinolenta batalha contra o Arraial de Canudos.⁷ A vila de Antonio Conselheiro era o alvo.

O Andrada passava pelos portos de São Paulo, Pernambuco e Ceará, sempre terminando suas viagens em Salvador, estado da Bahia, no qual mais homens desembarcavam dos navios da Divisão Naval. Logo em seguida estes soldados iniciavam o deslocamento por terra nos vagões dos trens até a cidade de Queimadas. Deste último ponto deslocavam-se em

6 Ibidem, p. 42-43.

7 GALVÃO, W. N. *O império de belo Monte: vida e morte de Canudos*. São Paulo: Perseu Abramo, 2001, p. 84-86; e COSTA, C. *Cronologia resumida da Guerra de Canudos*. Rio de Janeiro: Museu da República IBRAM/MinC, 2017.

marcha para o campo da futura batalha. Os arrasadores combates a Belo Monte praticamente dizimaram homens, mulheres e crianças que haviam participado de uma “guerra fratricida e desnecessária” por terem engendrado “uma estrutura alternativa de poder que as subtraía ao mando de fazendeiros, padres e delegados de polícia”.⁸

O jovem marinheiro, em aproximadamente três anos, presenciou as batalhas da Revolução Federalista, encontrou as marcas da destruição da Revolta da Armada na Capital Federal da República, aprendeu a defender e atacar com uso de artilharia e, finalmente, acompanhou o deslocamento de milhares de homens, armas e munição para destruir mais um foco de resistência às determinações antidemocráticas dos primeiros governos republicanos.

8 GALVÃO, 2001, p. 111.

DA VELA AO VAPOR: UM MARINHEIRO COMPLETO?

A segunda formação de João Cândido se deu nos porões dos navios. Poucos marinheiros e não muitos oficiais experimentaram o desenvolvimento tecnológico ao longo de 15 anos de serviço militar. João Cândido reengajou-se duas vezes. Tenentes em 1910, quando explodiu a Revolta da Chibata, usavam calças curtas quando o marinheiro gaúcho assentou praça na Marinha de Guerra. Ele foi um dos poucos a observar a implementação das tecnologias que iam surgindo. Mas como era viver num navio da Armada antes das grandes inovações?

As viagens pela costa brasileira não exigiam grande distância do litoral, tornando curtos os intervalos entre um porto e outro. A rotina dos vasos de guerra alterava-se drasticamente nos deslocamentos mais longos, principalmente para países da Europa e Estados Unidos da América.

Eduardo Wandenkolk comandou a corveta Vital de Oliveira numa destas viagens à Europa em 1882.¹ De janeiro a outubro daquele ano, o futuro primeiro ministro da Marinha na República já demonstrava sua insatisfação com o atraso tecnológico e as péssimas condições das embarcações, além de reclamar da disciplina e da formação dos marinheiros e demais subalternos. Na rota que passou pela atual África do Sul, ilha Santa Helena, Inglaterra, França, Holanda, Dinamarca, Suécia, Finlândia e Rússia, Wandenkolk enfrentou diversos problemas para conduzir uma turma de guardas-marinhas na primeira aventura marítima daqueles jovens.

A corveta já possuía 15 anos de serviços em 1882. A propulsão era mista e permitiu ao comandante usar as caldeiras nos momentos de pouco vento. Esta alternativa evitou que os intervalos entre os portos fossem maiores que o previsto; mesmo assim, o deslocamento entre o Rio de Janeiro e o Cabo da Boa Esperança consumiu 25 dias.

Em cada escala da viagem, Wandenkolk tinha de reabastecer o navio, comprando água, carvão e “frescos” (como eram chamados os alimentos perecíveis). O carvão tinha de ser queimado para vencer as regiões das calmarias, o reservatório de

1 WANDENKOLK, E. *Relatório de viagem à Europa da corveta Vital de Negreiros, comandante Eduardo Wandenkolk, em 13 de outubro de 1882*. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, 1882, doc. 3.

água suportava quantidade limitada para suprir as necessidades por algumas poucas semanas e, como ainda não havia frigorífico, os alimentos frescos não se mantinham por muito tempo.

Quando ainda não havia caldeiras para auxiliar as velas, os lugares em que os ventos se tornavam escassos ou inexistentes transformavam-se em verdadeiros pesadelos para as guarnições. Era o momento em que “escasseavam os gêneros, e o regime da carne-seca e das conservas em lata aproximava-se ameaçadoramente, causando apreensões à marinhagem”.² Mas, no caso da Vital de Negreiros, esse problema somente aconteceria se acabasse o carvão. Mesmo assim, Wandenkolk reclamava de não dispor de “pessoal robusto, ativo, regularmente exercitado e brioso” o que o impedia de “tentar uma entrada ou saída à vela sem se expor a um triste espetáculo”.³ Com certeza, isso aumentava o consumo de carvão e os gastos com sua reposição.

A água para consumo também era um problema. Na verdade, água era especificamente para beber e cozinhar alimentos, podendo, em casos específicos, dispensar uma pequena quantidade semanal para banhos de água doce. No calor do mar, além do maior consumo de água para beber, sentia-se necessidade de se refrescar o corpo. Adolfo Caminha também fez uma

2 CAMINHA, A. (1894). *No país dos lanques*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1979.

3 WANDENKOLK, 1882, f. 1v.

viagem como a de Wandenkolk, em 1886, e explicou a importância da água nestas viagens.

Reinava a ‘calmaria podre’. Ferraram-se⁴ as velas à míngua da mais leve aragem, armaram-se os toldos para que pudéssemos suportar o calor na tolda, e os banhos salgados de ducha foram recebidos com especialíssimo agrado. Suava-se a valer. Imagine-se embaixo, no porão, as fornalhas [da caldeira] acesas, e em cima o sol ardente, o medonho sol do equador, caindo como um cáustico sobre o navio. [...] Demos graças a Deus quando nos vimos fora de tão desagradáveis regiões.⁵

Outro problema envolvendo a água dizia respeito a doenças que se espalhavam a bordo. Uma das mais comuns na Marinha de Guerra ao longo do século XIX e início do XX era o beribéri, que se deve à falta de vitamina B1, encontrada justamente entre os alimentos “frescos”. Na época não se sabia ao certo sua causa, como pode ser visto nas medidas preventivas de Wandenkolk,

Houve alguns casos de beribéri quando entramos no Trópico de Câncer e apenas um fatal. No dia 23 de setembro faleceu dessa enfermidade o foguista Manuel Inocêncio; seu corpo foi lançado ao mar com as honras fúnebres do costume. É assaz notável a manifestação do beribéri neste navio em todas as viagens a [sic] anos

4 Enrolar ou amarrar a vela à verga ou ao mastro do navio; deixá-la pronta para colher qualquer vento.

5 CAMINHA, 1979.

a esta parte. Entendo ser necessário senão indispensável proceder quanto antes a uma rigorosa limpeza nos porões dos tanques e à desinfecção geral retirando para terra todo o lastro — tanques — amarras. Talvez, que o mal se manifeste em maior escala se não se tomar essa medida preventiva antes de qualquer viagem nas águas do império.⁶

Além disso, a origem e o acondicionamento da própria água não eram confiáveis. A corveta possuía um “estado sanitário [...] sempre muito regular”, razão pela qual o comandante acreditava terem aparecido alguns casos de “disenteria produzidas pela mudança constante de água e sua má qualidade”. Wandenkolk entendia ser

mais higiênico usar sempre da água destilada a bordo em todos os portos, como fazem os americanos, sistema em alguns lugares mais econômico e noutros mais caro; entretanto, torna-se menos dispendioso pelo fato de não se despendar com as moléstias.⁷

Por causa do frio nos países por que passaram, muitos marinheiros baixavam a enfermaria à procura de roupa e abrigo. Wandenkolk obrigou os marinheiros a usarem sempre sapatos e meias e, em dias de chuva, as vestimentas apropriadas para

6 WANDENKOLK, 1882, f. 6v. Sobre a alimentação dos marinheiros, v. ALMEIDA, S. C. P. Corpo, saúde e alimentação na Marinha de Guerra brasileira no período pós-abolição, 1890-1910. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 19, supl., p. 15-33, dez. 2012.

7 Ibidem.

enfrentar essas intempéries. Aconteceram também dois acidentes e um caso de tuberculose com marinheiros que resultaram em baixas hospitalares em países estrangeiros; mas como o navio não podia esperar pela recuperação dos enfermos, o comandante deixou-os aos cuidados do cônsul geral do Brasil.

Com meses de viagem, parece que os marinheiros começavam a se cansar daquele cotidiano nos conveses e porões. Isto não ficou bem claro, mas três marinheiros desertaram em Cherbourg, França, outro e mais dois foguistas em Amsterdã, Holanda. Os três primeiros foram capturados e enviados para o navio. Todas as despesas efetuadas para capturá-los foram descontadas em parcelas dos vencimentos das referidas praças. Embora Wandenkolk não mencione, muito possivelmente esses marinheiros devem ter sofrido algum castigo corporal, como previa o regulamento disciplinar da Armada. Os que fugiram em Amsterdã, não foram encontrados pela polícia local.

Cada turma de guardas-marinha formada na Escola Naval fazia uma viagem de instrução por alguns países do mundo. Por ser a única Força Armada que poderia representar o país no exterior, os oficiais da Marinha de Guerra tinham educação que ultrapassava o simples conhecimento de náutica e armamento. Ele deveria ser ilustrado, falar uma ou mais línguas

— preferencialmente a francesa e a inglesa —, saber regras de etiqueta aplicáveis em banquetes, cerimônias e danças, etc.⁸

No caso da Wandenkolk, ele foi recebido pelo rei da Suécia, a quem cumprimentou “de parte de Sua Majestade”, o imperador D. Pedro II. Desta forma, o oficial de Marinha tinha de estar preparado para receber e ser recebido por qualquer autoridade estrangeira nos mais diversos e requintados espaços — dos suntuosos salões aos gabinetes ministeriais —, correspondendo a todas as cortesias, gentilezas e comunicados recebidos. Os guardas-marinha já punham em prática estes aprendizados nos salões nacionais, mas ficavam atentos à conduta dos seus comandantes quando em portos estrangeiros, pois futuramente algum deles seria o primeiro oficial de uma expedição como aquela.

As inovações tecnológicas que se desenvolviam a passos largos na Europa e Estados Unidos da América também atraíam os olhos dos guardas-marinha e de toda a oficialidade. E estas viagens permitiam conhecer as inovações em armamentos navegação e propulsão.

Wandenkolk ficou maravilhado com a experiência da luz elétrica no cruzador francês Duguay Trouin. Este encontro o levou a comprar “dois aparelhos elétricos [...] com as respectivas

máquinas”, mesmo sem estar “autorizado” a realizar tal compra. A luz elétrica parece tê-lo encantado, a ponto de fazer com que ele se esquecesse das regras para os gastos. Além disso, pusera-se maravilhado com as “lanchas torpedo” que conhecera na Inglaterra e na Rússia, pois “sua velocidade vertiginosa pasma, espanta e causa medo; não se pode desejar nem quicá obter maior presteza de evolução. É mister fugir delas no mar como se foge de uma locomotiva em terra”.⁹

A indústria naval no Brasil conseguia construir parte de suas embarcações, mas ainda estava distante daqueles avanços tecnológicos encantadores. Deixara de ser vantajoso, por exemplo, carregar diversos canhões de um mesmo calibre e curto alcance. Dependendo da sua classe (cruzador, corveta, torpedeiro, encouraçado, aviso, submarinos) a embarcação teria de carregar canhões de diferentes calibres, para curto, médio e longo alcances bem distribuídos. Por ser movido também a vapor, grandes estoques de carvão estariam disponíveis para alimentar as caldeiras que giravam as máquinas e a hélice, exigindo navios com maior potência para puxar esta carga extra. Precisava também de pessoal apto a controlar a pressão nas caldeiras, pistões e engrenagens.

9 WANDENKOLK 1882, f. 7v.

Os navios movidos à vela eram bem mais leves, mas tinham limitações para deslocar grande tonelagem. Também se tornavam alvos fáceis de tiros de canhão e torpedos que furavam seus cascos com maior facilidade quando comparados aos navios revestidos por aço, principalmente os da empresa alemã Krup. Havia “resistências tradicionalistas e receios” na utilização da propulsão somente a vapor.¹⁰ Possivelmente, pelo fato de os mais antigos temerem ficar ilhados no mar, caso a caldeira, engrenagens e hélices apresentassem alguma avaria.

A Marinha procurava aposentar este tipo de navio ainda presente no início da República assim como outros gravemente destruídos durante a Revolta da Armada e da Revolução Federalista. Mas enfrentava problemas e viu-se obrigada “a anular uma parte dos pedidos, a vender alguns navios já terminados e a cancelar as construções planejadas para o Brasil, por falta de meios para pagar o pessoal”.¹¹

Não havia muita saída para o alto comando da Armada em fins do século XIX. Os navios encomendados na década de 1890 ou envelhecidos mantiveram-se com dupla propulsão, alguns mais modernos e outros imprestáveis. E foi nestas embarcações que João Cândido e oficiais de carreira singraram

10 CAMINHA, H. M. *História administrativa do Brasil: organização e administração do ministério da marinha na república*, v. 36. Brasília: FUNCEP/ SDGM, 1989.

11 ALMEIDA, 2010.

diferentes mares e rios até a chegada dos navios movidos especificamente a vapor em fins da década de 1900.

O cruzador Andrada era um dos poucos a vapor, comprados emergencialmente em 1893. Curiosamente, ele operava como navio mercante em Nova York, onde era conhecido por *Midnight Sun*, mas foi adaptado para a guerra pela Marinha, tamanha a limitação financeira. Em março de 1897 João Cândido era um artilheiro a bordo desse navio adaptado e também passou a exercer as funções de “máquinas”.

Essa troca de funções de João Cândido revelava a dificuldade de se encontrar pessoal. Enquanto não houvesse substituto adequado, deslocavam algum marinheiro para o ofício, na esperança do aprendizado prático – após alguns breves e parcos ensinamentos.

Algumas vezes em sua carreira João Cândido voltou a trabalhar nas máquinas. E este é um detalhe bem interessante. Não havia maiores informações sobre em qual parte das “máquinas” ele trabalhava.

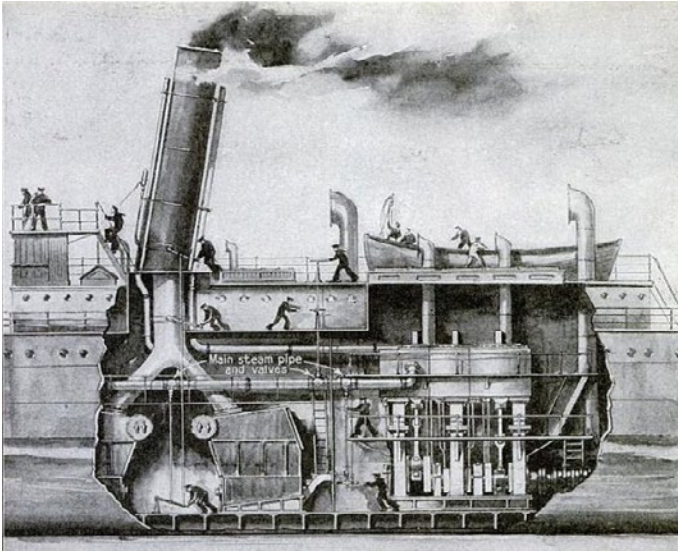


Figura 3 – Funcionamento de um navio a vapor
Fonte: Navios e Portos (s.d.)

Havia necessidade de pessoal especializado e de outros nem tanto nesta sessão. Os Maquinistas eram assemelhados a oficiais no século XIX. Seus auxiliares eram cabos e marinheiros especializados (ou aprendiam na prática) e exerciam tarefas de verificação dos controles de pressão da caldeira e outras atividades. Os foguistas alimentavam a fornalha com o carvão, e os carvoeiros eram os que abasteciam os reservatórios. Poderiam se queimar centenas de quilos de carvão em pedra para movimentar o navio, aumentando o consumo caso o comandante exigisse força total. E o maquinista responsável tinha de pôr todo seu pessoal para trabalhar em ritmo forçado.

João Cândido estava pronto para atuar em navios movidos à vela, a vapor e mistos. Tinha experiência em batalhas, na logística de municiamento e deslocamento de tropas. Era especializado em artilharia e faltava-lhe a formação de timoneiro. O futuro líder estava quase pronto.

NAS CINZAS DOS MOVIMENTOS POPULARES: O EXEMPLO DE TRABALHADORES E MARINHEIROS

Entre setembro de 1903 e abril de 1904, embarcou num navio bem pequeno, usado para navegação em rios, o Aviso Jutahy. Chegou a Belém do Pará num navio comercial, sendo imediatamente incorporado à tripulação do Jutahy. Partiu em direção a Manaus, passando por Gurupá, Prainha, Santarém, Óbidos, e outras localidades. A Jutahy foi incorporada à Flotilha do Amazonas, em setembro de 1903, e, a partir daquela data, ele e ela estavam sediados em Manaus. Dali, partiram para duas viagens incríveis e marcantes pelos rios Amazonas e Tapajós.

A flotilha esteve em situação frenética entre 1903 e 1904 devido à questão acreana. Como sabemos, tal região pertencia à Bolívia, mas seringueiros brasileiros desrespeitavam a fronteira e invadiam a região. O gaúcho Plácido de Castro chefiou grupos de seringueiros e fundaram o estado independente do Acre. Foi nessa ocasião que João Cândido chegou ao local hoje conhecido por Boca do Acre. Uma viagem longuíssima,

entre 25 de outubro e 29 de novembro, por rios com curvas que mais lembravam serpentes em movimento.

Chegaram naqueles dias tensos na política internacional com militares de ambos os lados. A delicada situação foi resolvida com a compra do Acre pelo Brasil.¹ Fizeram ainda comissões entre seis de dezembro e 15 de janeiro, passando o natal naquelas águas. Não sabemos se alegou alguma doença, mas foi transferido para o Rio de Janeiro, em abril de 1904.

O mais importante dessa história é que João Cândido iniciava sua experiência em navegação fluvial, por rios estreitos e longuíssimos em meio à mata, ampliando ainda mais seu conhecimento naval. Tal aprendizado em máquinas e estreitos rios o levaria, futuramente, ao posto de “timoneiro” no maior navio de guerra do mundo em 1910. Além disso, mais uma vez percebia como se fazia política, independentemente de oficiais militares ou políticos badalados: os principais atores políticos eram seringueiros e indígenas, trabalhadores pobres, que fundaram um estado independente, incorporado às fronteiras brasileiras, logo depois. A força dos homens mais simples e alguns milhões de libras esterlinas resolveram a contenda em torno do Acre.

1 PLÁCIDO DE CASTRO. In: ABREU, A. A. (coord.). *Dicionário da elite política republicana (1889-1930)*. Rio de Janeiro: FGV, 2010.

De volta ao Rio de Janeiro, em setembro de 1904, na função de sinaleiro embarcou no Cruzador Tiradentes, mais um navio misto, que foi incorporado à flotilha do Mato Grosso. Ou seja, do Norte para o Sul navegando em rios imensos e outros tantos estreitos, patrulhando e defendendo as fronteiras.

Monitorava a região navegando entre Montevideo, Assunção, Rosário, Corrientes, Buenos Aires. Assunção tornou-se a cidade base da flotilha e ficou por ali navegando entre Villa Hayres, Formoso e Villeta por este tempo. Retornou ao Rio, saindo daquela flotilha em março de 1905. Foi neste período que, após idas e vindas, João Cândido ingressou num navio também misto que mudaria sua vida.



Figura 4 – Cruzador Benjamin Constant (1906)

Fonte: Benjamin Constant / Acervo Fundação Biblioteca Nacional

Foi nessa viagem do Benjamin Constant que João Cândido fez sua primeira visita à Europa. O navio deixou a Bahia em sete de julho de 1906 para levar a turma de guardas-marinha para sua viagem internacional, assim como Wandenkolk fizera em 1882 a bordo da Vital de Oliveira. Em sua rota estavam três arquipélagos próximos ao continente africano antes de chegar à Europa: Cabo Verde, Canárias e Açores. Logo em seguida, continuaram singrando o oceano Atlântico em direção aos portos de Plymouth, na Inglaterra, e, depois, Antuérpia, na Bélgica. Após alguns dias rumaram para Cristiania e Copenhagen, na Dinamarca.

Entre a ilha de São Vicente nos Açores e Cristiania, foram quase 30 dias cruzando o Canal da Mancha, o Mar do Norte e o Mar Báltico, entre 25 de junho e 23 de julho de 1906. Posteriormente partiram para Estocolmo, na Suécia, Kiel e Willenshaven, na Alemanha. Finalmente, iniciaram o retorno passando por Amsterdã, na Holanda, Dover, Inglaterra, Havre e depois Cherbourg, ambas na França. Para despedirem-se da Europa, ficaram mais alguns dias em Lisboa, Portugal, depois ilhas Canárias (Espanha), Fernando de Noronha e ancoraram no Rio de Janeiro a 24 de outubro de 1906.²

2 PROCESSO... Pacotilha 2, folhas 350-353 (Arquivo Nacional); e BRASIL. Ministério da Marinha (Alexandrino Faria de Alencar). *Relatório do Ministro da Marinha*. Rio de Janeiro: Imprensa Naval, 1907, p. 15.

Foi em Havre ou Cherbourg que a foto do Benjamin Constant e de outros foram produzidas. Numa delas, inclusive, é possível identificar parte do rosto de João Cândido encoberto por um seu colega. Afora as descobertas vividas por aqueles homens do mar em terras europeias, algo me chamou a atenção na narrativa sobre os portos visitados pela tripulação do Benjamin Constant. Ao explicar brevemente a viagem ao presidente da República, através do seu relatório, o ministro da Marinha informava que o comandante do navio evitou o “porto de Kronstadt em consequência dos acontecimentos que ali se produziam”.

O que estava ocorrendo em 1906 numa pequena ilha russa no mar Báltico? A região estava em conflito havia quase um ano. Junto aos apelos de famílias por comida e melhores roupas, os militares reivindicavam para si salários mais altos, turnos de serviço mais curtos, o relaxamento da disciplina militar, e a derrubada imediata da autocracia. Desejavam uma república democrática com liberdades civis para todos. As forças governamentais contra-atacaram, resultando em 17 mortes, 81 feridos e 3000 presos.³

As reivindicações não foram atendidas como desejavam os revoltosos e, em 19 de junho de 1906, retornaram à carga

3 AVRICH, P. *Kronstadt, 1921*. Princeton: Princeton University Press, 1970.

contra o governo. O *New York Times* noticiou que em Krons-tadt marinheiros, soldados, fuzileiros e mais operários puseram o governo czarista novamente em polvorosa sacudindo a calma das ruas, produzindo quebra-quebras, desobedecendo a regimentos militares e a própria autoridade do governo. O ódio à autoridade e à disciplina foi a força motriz da fúria dos marinheiros. Um deles chegou a gritar para um comandante: “Você bebeu nosso sangue por tempo suficiente”. Trinta e seis líderes foram executados, além de centenas presos ou banidos para a Sibéria.⁴

Fica mais transparente a decisão tomada pelo comandante do Benjamin Constant em desviar sua rota e não aportar em solo russo daquela vez. Ele não queria estar no lugar do seu colega russo, ouvindo gritos de marinheiros estourando-lhe os tímpanos, a reivindicarem o relaxamento dos regimentos militares, através da abolição de castigos corporais, e a melhoria da alimentação servida a bordo. Além disso, embora a República no Brasil já não fosse uma criança, ainda não havia completado a maioridade, e seguidamente estouraram movimentos tentando modificá-la. A Revolta da Armada, a Revolução Federalista, os positivistas em meio à Revolta da Vacina demonstravam que os insatisfeitos foram calados à bala.

4 MUTINY at cronstadt feared. *New York Times*. 19 jun. 1906.

O marinheiro que lideraria a revolta dos marujos brasileiros, em 1910, estava novamente num local de conflito, observando os acontecimentos políticos nas ruas, como ocorrera em Porto Alegre, Rio Grande, Rio de Janeiro, Belo Monte e nos seringais do Acre. Agora estava ele aprendendo com seus colegas estrangeiros, vendo-se na pele de marinheiros russos, revoltados pelas condições de trabalho em que viviam.

E não foi somente João Cândido que percebeu as movimentações no “estrangeiro”. Um jovem marinheiro cearense, Francisco Dias Martins, bastante letrado à época, lembrou Kronstadt numa carta enviada ao oficial imediato do cruzador Bahia, e assinou com um pseudônimo extremamente racializado: Mão Negra. Dizia o signatário que as “viagens aos países civilizados” serviam para aprender como se reivindicava e ameaçava os oficiais solicitando que lembrassem da esquadra russa no “[mar] Báltico”.⁵

Durante muito tempo especialistas na Revolta dos Marinheiros de 1910 acreditavam que havia sido a revolta do encouraçado Potenkym, que influenciara parte dos marinheiros brasileiros. Os marinheiros russos do Potenkym protestaram e mataram oficiais revoltados pela péssima alimentação, aplicação

5 COELHO, A. D. *Algozes e vítimas*. Rio de Janeiro: Typ. Jornal do Commercio, 1911.

de castigos corporais e baixos salários recebidos. Esta revolta entrou para os anais da história mundial e foi imortalizada na película de Sergei Eisenstein, em 1925, em comemoração aos 20 anos daquele movimento. Um marco na cinematografia mundial. No entanto, ela ocorreu na baía de Odessa, no mar Negro, em 1905, ou seja, um ano antes que Kronstadt. Enfim, quando Dias Martins referiu-se ao mar Báltico ele não se confundira, muito pelo contrário, ele sabia muito sobre o quê estava falando.⁶

A revolta dos marinheiros no Brasil estava em construção.

6 A tese de Maestri ainda é possível de ser provada, mas foi Kronstadt a que realmente marcou aqueles marinheiros brasileiros. Cf. MAESTRI, M. *Cisnes negros 1910: a revolta dos marinheiros contra a chibata*. Porto Alegre: FCM, 2014.

PRIMÓRDIOS DA REVOLTA

Nas Forças Armadas, os valores que garantem o poder e a voz de comando são a hierarquia e a disciplina. Manda quem pode mandar, e obedece quem tem juízo. Essa máxima popular nos ajuda a entender os lugares intocáveis da hierarquia e da disciplina no militarismo. Obedecer às ordens de uma pessoa, classificada como “superior”, sem recusa ou questionamento, representa uma forma de o “inferior” anular-se enquanto indivíduo pensante e senhor das suas próprias ideias e vontades. Os corpos presentes nas tropas são treinados para reconhecerem-se enquanto “inferiores” ou “superiores” a alguém. A disciplina nas unidades militares está atrelada à hierarquização desses corpos. Há regulamentos próprios para punir de forma exemplar o insubordinado à disciplina e à hierarquia militares.

Estes valores são incutidos na consciência de cada um através de formação educacional, treinamentos repetitivos, “ordem unida” e experiências cotidianas em quartéis e navios de

guerra. Para que não haja dúvidas acerca das hierarquias, os corpos carregam informações em suas fardas (medalhas, distintivos laterais “para inferiores” ou sobre os ombros no caso dos “superiores”, formatos de quepes etc), identificando e classificando quem eles são. As vestimentas também abrem ou fecham as portas dos espaços militares a depender da patente do indivíduo.

A arquitetura empregada na construção dos quartéis e o tipo de mobiliário encontrado nestes espaços também refletem as diferenças hierárquicas. O tamanho dos espaços de convivência e repouso, a quantidade de camas por cômodo, a qualidade dos talheres e louças, a privacidade (ou falta de privacidade) nos banheiros apresentam os privilégios dos “superiores” em relação aos “inferiores”.

Conflitos nas forças armadas podem ser duramente reprimidos. Não se deve ter espaço para resistências a ordem que vem de um posto hierárquico acima. Se a ordem é manter o navio limpo, sem embriaguez dos tripulantes, relação pacífica entre colegas, enfim, tudo isso tem de ser obedecido. Confrontar estas ordens configurará um ato de indisciplina.

As regras das Forças Armadas permitem a promoção na carreira militar. Mas regras específicas geram alguma flexibilidade de promoção entre os “inferiores” – entrar como soldado ou marinheiro, ir a cabo e terminar a carreira enquanto sargento ou

subtenente. Os “superiores”, ou seja, os que ocupam os postos de oficiais militares – tenentes, capitães, coronéis, generais, almirantes e brigadeiros – seguem carreiras de promoção mais automática de uma patente a outra. Com exceção das promoções urgentes, provocadas por mortes de oficiais em campos de batalhas, foram poucas as brechas em regulamentos que levaram “inferiores” a receberem patentes do oficialato ao longo do século XX.

Na Marinha de Guerra das primeiras décadas republicanas, o abismo entre “superiores” e “inferiores” era gigantesco. As formas de recrutamento, os espaços de convivência e repouso, o valor dos soldos, a qualidade dos alimentos servidos, as formas de punição eram sofríveis aos marinheiros. A ausência de um projeto bem sistematizado de modernização da Marinha, o tempo obrigatório de serviço militar, e os costumes senhoriais dos oficiais contribuíam para o ambiente nocivo a bordo. Para manter a disciplina tal qual desejavam, oficiais da Marinha de Guerra lançavam mão do castigo físico, sendo a chibata o mais doloroso e humilhante entre eles.

Não era um equívoco afirmar que a Marinha mais parecia uma fazenda de poucos senhores, os brancos no oficialato, e repleta de negros escravizados nos postos de grumete, marinheiro, cabo a sargento. A seleção para a carreira no oficialato exigia formação escolar, ter idade entre 14 e 18 anos, ter

aptidão física e ser de origem nobre ou fidalga.¹ Não havia critérios de cor para que cursassem a Escola Naval, mas o fato de pertencerem a nobreza ou a fidalguia e o alto preço na aquisição do enxoval funcionavam como primeiras barreiras a candidatos negros e pobres.

Aos negros e poucos brancos pobres restava outro caminho. Aquele de quem deveria amarrar cordas, dar nós, limpar o convés, carregar materiais, remar os botes, abastecer as caldeiras de carvão, erguer as velas, consertar equipamentos danificados e carregar os canhões contra o inimigo. Para iniciar a carreira não se exigia tanto quanto ao candidato a oficial. Bastava ter o corpo sem limitações físicas e somar 12 anos no mínimo. Marinheiros não precisavam ler e falar nas línguas inglesa e francesa, fazer cálculos matemáticos em aparelhos de direção e rotas, estudar e preparar estratégias de combate, ter o donaire nos banquetes ou na redação de uma carta, como o exigido aos oficiais formados na Escola Naval. Na virada do século, com o desenvolvimento dos navios a vapor e a introdução de novas tecnologias, passaram a exigir aos candidatos a marinheiro o conhecimento de saber ler, escrever e realizar as quatro operações matemáticas.

1 SILVA, C. A. L. Os aspirantes e guardas-marinha do primeiro reinado: heranças e talentos na profissionalização nos quadros da marinha imperial. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 27., 2013, Natal. *Anais...* Natal: ANPUH, 2013.

Enquanto havia sempre candidatos à escola de oficiais, o mesmo não se pode dizer da escola de formação de marinheiros. Na verdade, durante quase todo o século XIX a Marinha de Guerra buscava seus marinheiros a sopapo, carregados a laço, por terem sido presos por pequenos delitos, alcoólatras, mendigos, rapazes órfãos e os que vagavam pelas ruas. Raros eram voluntários. Para interromper o recrutamento destes homens, criaram-se as Escolas de Imperiais Marinheiros (com o advento da República passou a chamar-se Escola de Aprendizizes Marinheiros), que recebiam garotos órfãos, abandonados, entregue por juízes, delegados, pais e mães empobrecidos ou encaminhados a pedidos, como fez Alexandrino Alencar com João Cândido. Embora tenham surgido estas escolas, permaneceu a prática de recrutar a laço os adultos, sendo os recrutadores pagos de acordo com a quantidade de homens entregues na Marinha de Guerra.

Para manter o respeito à hierarquia e à disciplina em um ambiente nocivo como os navios de guerra, os oficiais aplicavam punições nos corpos dos marinheiros: golilha, prisão a ferros, solitária, palmatória. O uso da chibata era uma das punições mais cruéis e simbólicas, devido à similaridade com os castigos que recebiam os que haviam sido escravizados.

Um dos marinheiros chegou a receber 500 chibatadas num único dia, em 1873. E o oficial comandante confir-

mou o ato. Ele não via o “efeito” de humilhação e do sofrimento que o castigo deveria gerar. Havia uma “praxe” entre os oficiais para alcançar o famigerado “efeito”. O regulamento estipulava os limites do castigo corporal, mas os oficiais frequentemente desrespeitavam a letra da lei.²

Um jovem oficial testemunhou contra seus colegas mais antigos. Disse ele que o comandante aplicava “duzentas chibatadas e depois mandava botar na parte [Livro de Castigos] do navio como duas horas de golilha”. Então “no Rio [de Janeiro], ninguém sabia como os marinheiros da Flotilha sofriam”. Presenciou o caso de três marinheiros que haviam desertado e, após capturados, foram severamente castigados “com duzentas chibatadas” cada um, mas o comandante registrou “nos livros como ‘solitária’”. Finalmente, ainda denunciava que os “castigos de chibata eram feitos sem camisa”.

Os castigos corporais eram antigos, e havia legislação própria para isso. Deserção, insubordinação leve, jogos de azar, embriaguez, brigas e discussões, serviços mal feitos e outras indisciplinas eram passíveis de castigo corporal. Os oficiais preferiam castigar para “corrigir” o marinheiro indisciplinado, assim como senhores faziam com cativos. Tanto oficiais quanto senho-

2 NASCIMENTO, 2001.

res de escravizados seguiam esta conduta. A Marinha recebia poucos voluntários por oferecer condições detestáveis para o serviço, e raramente os oficiais ouviam seus comandados. A saída encontrada era castigar os recrutados à força, a fim de corrigi-los, lhes ferindo o corpo e a moral.

Mas essa prática passou a ser questionada logo após a abolição da escravidão e o golpe civil militar que derrubou a Monarquia. Ora, se nem escravos havia mais, por que permanecer castigando marinheiros, militares brasileiros que eram livres? Não à toa, um dos primeiros decretos da República extinguiu os castigos corporais em marinheiros, no dia 16 de novembro de 1889.

Em 12 de abril de 1890, os oficiais foram contemplados com uma nova legislação que permitia o retorno dos castigos corporais. Ela ficou vigente até a revolta de 1910, em plena República, regime que havia sido apresentado como o substituto da “atrasada” Monarquia. Com essa nova legislação, além de receberem castigos físicos, os marinheiros indisciplinados eram rebaixados de patente, tinham reduzidos seus parques vencimentos e formavam em separado da tropa, entre os de pior conduta, enquanto seu superior imediato assim o mantivesse.

Ocorreram punições físicas tão cruéis após o retorno dos castigos físicos, que chegaram às páginas dos jornais. Verda-

deiros crimes não punidos à época. Na “Divisão do Norte”, no porto de Manaus, por exemplo, “castigos bárbaros” eram praticados por seus comandantes. Em 1904, o repórter do *Correio da Manhã* demonstrava desconhecer as mudanças na legislação punitiva da Marinha de Guerra, ocorrida entre 16 de novembro de 1889 e a de 12 de abril de 1890. Ele contestou os oficiais por estarem “desrespeitando os regulamentos em vigor e os deveres da humanidade” aplicando no corpo dos “seus subordinados flagelações impróprias de um povo que aboliu a escravidão e a tirania [referia-se aqui à Monarquia]”.

O cabo Sebastião da Costa levou 885 chibatadas e foi rebaixado de posto. O marinheiro Augusto Pereira pegou 300. Outros três marinheiros levaram 100 chibatadas cada um. Vitor Crescêncio, 150, Joaquim da Costa, 175, Clímaco de Abreu, 85, Benjamin Lopes, 75. Outro marinheiro, Olavo Cinco Paus, estava preso com dois pares de machos – comparadas às atuais algemas, as de Cinco Paus tinham barras de ferro no lugar de correntes. Cinco Paus estava com um par de machos atando-lhe os punhos e outro aos tornozelos quando se jogou ao mar... Sem a flexibilidade das correntes, era impraticável nadar. Não “voltando à tona d’água”, era esperado que o comandante tentasse algum tipo de socorro a Olavo, mas parece nada ter feito.³

3 NA DIVISÃO do Norte. *Correio da Manhã*, 3 jan. 1904.

Como veremos, João Cândido, anos após a revolta, disse que havia nascido livre no Império, por ser trazido à luz como ventre-livre, mas que se havia tornado escravo na República. Essa não era a República dos sonhos do repórter e de muitos outros republicanos desiludidos...

Os marinheiros começaram a reagir com pequenos movimentos. Alguns surgiram na década de 1890, logo após a nova constituição, sendo uma das mais salientes a que ocorreu no porto de Rio Grande, Rio Grande do Sul. Os amotinados denunciaram, através do jornal da cidade, que o levante havia ocorrido em resposta aos severos castigos aplicados por oficiais. Foram extremamente audaciosos, ameaçando bombardear a cidade de Rio Grande caso um grupo de marinheiros não retornasse após ser entrevistado pelo jornal local.

Um oficial saiu do Rio de Janeiro, após ser escolhido por eles, para tomar o comando do navio e retornar a Capital.⁴ Aconteceram outras tentativas de levantes ainda na década de 1890 e outras na de 1900. Uma destas tentativas estourou a bordo do navio de guerra Deodoro, no deslocamento entre Rio de Janeiro e Salvador, em novembro de 1902, quando levava o corpo do médico, ex-governador da Bahia e ex-vice-presidente

4 NASCIMENTO, 2001.

da República Manoel Victorino Pereira.⁵ O comandante deste navio morreria oito anos depois quando tentou interromper a mais estrondosa e vitoriosa revolta de marinheiros, liderada por João Cândido em 1910.

5 MANOEL Victorino. *Correio da Manhã*, 3 dez. 1902. Para informações sobre a revolta, v. MOREL, 1986, p. 60.

DESCOBRINDO AS ARMAS

Já falamos do momento claudicante vivido pela Rússia durante a viagem de João Cândido e de seus colegas a bordo do Benjamin Constant. A Europa sinalizava estar à beira de um conflito armado e os governos percebiam isso encomendando armas e munições à indústria bélica. A corrida armamentista antevia a chegada da sanguinolenta Primeira Guerra Mundial.

A marinha brasileira e seus homens do mar entravam no epicentro do mapa das transformações vigentes no Mundo Atlântico e que empurrava os chefes de estados europeus a enfrentarem o tenebroso quadro de guerra. A indústria bélica trabalhou fortemente neste processo. Uma das mais famosas nesta época era a W.G. Armstrong and Co. A empresa aperfeiçoou-se no desenvolvimento de armas para o exército britânico, no meado do século XIX, e começou a desenvolver tecnologia para a marinha, como canhões de maior precisão e alcance, e armaduras de aço mais resistentes aos tiros.

Aos poucos, para além da Armada inglesa, a Armstrong começou a vender seus navios para diversas outras marinhas, inclusive a brasileira. A empresa cresceu imensamente seu capital, comprou sua principal concorrente e construiu os navios que seriam utilizados pelos marinheiros brasileiros na Revolta dos Marinheiros, em 1910.

O governo brasileiro desejava diversos navios de guerra, três deles similares ao britânico Dreadnought, mais poderoso navio naquele tempo, com 18.000 toneladas. Os navios brasileiros teriam 20.000 toneladas cada um e mais armamentos e maior velocidade que o original. O Minas Gerais e o São Paulo foram construídos, sendo o terceiro descartado (vendido posteriormente para a Turquia). Uma marinha moderna era mais que uma expressão simbólica do poder de guerra. Ela enchia de orgulho seus habitantes e o país figuraria entre uma das maiores nações do mundo, como desejavam políticos e militares brasileiros.

Para aprender a lidar com aquelas poderosas tecnologias de guerra, foram enviados para Inglaterra centenas de marinheiros, criando-se uma “colônia brasileira em Newcastle”. Lá viveram em hotéis, distantes dos oficiais e em maior liberdade do que no cotidiano dos quartéis e navios presentes no Brasil. Eles se meteram em confusões, casaram, namoraram, embriagaram-se, brigaram e estudaram. Também observaram e contataram pessoas

e instituições marcantes: os trabalhadores do porto (que tinham na experiência e memória as duras greves como a que conquistou o direito a nove horas de trabalho), e os marinheiros britânicos (que conseguiram reformas importantes como o fim dos castigos corporais, melhor tratamento diário na alimentação e nos cuidados médicos etc.). Os marinheiros ingleses, enfim, tornaram-se um modelo de respeitabilidade e orgulho para o povo inglês.¹

Os marinheiros brasileiros aprenderam como conduzir aqueles navios e deram um passo importante para uma “nascente consciência política” naquela temporada vivida na Inglaterra. Embora a Revolta da Chibata não possa ter suas origens explicadas somente pela experiência nos estaleiros da Armstrong Co. situados na cidade de Newcastle, foi a revolta profundamente inspirada, imaginada e moldada naqueles bares, ruas e docas da cidade.

Quando retornaram ao Brasil, ao longo do ano de 1910, os cabeças do movimento criaram quatro “comitês”, nos quais confabulavam sobre as tensões e questões diárias a bordo. Possivelmente falavam sobre oficiais mais duros, a qualidade dos alimentos servidos ao longo do dia, o cansaço oriundo do sobre-trabalho a bordo.

1 MORGAN, Z. *Legacy of the lash: race and corporal punishment in the brazilian navy and the Atlantic World*. Bloomington: Indiana University Press, 2014.

Os novos navios comprados pelo Brasil exigiam uma carga de trabalho muito maior de trabalhadores do mar, para o qual não havia marinheiros. Houve um grave erro de planejamento por parte dos criadores do projeto de reaparelhamento naval, com uma defasagem entre a quantidade de mão de obra exigida e a disponibilizada.

Um vice-almirante reconheceu posteriormente que, muito possivelmente, a tripulação foi levada a exercer “intensa e desorganizada atividade” nos navios. Os maiores, o São Paulo e o Minas Gerais, foram reorganizados nos moldes norte-americanos na década de 1920 e passaram a ter aproximadamente mil homens cada um. Mas quando chegaram, em 1910, havia metade dessa quantidade para guarnece-los, “perto de 500 homens” cada um!²

Em outro navio, o Bahia, a situação foi extremamente penosa para a tripulação que foi participar das comemorações pelo centenário da independência do Chile. Havia 288 marinheiros a bordo, mas o trabalho era tão estafante que foram registradas 911 faltas disciplinares nesta viagem. Um dos marinheiros desta tripulação era Francisco Dias Martins, que se tornaria um dos quatro cabeças da revolta dos marinheiros. Numa carta anônima, durante a viagem, chegou a ameaçar o

2 MARTINS, H. L. *A revolta dos marinheiros, 1910*. Rio de Janeiro: Cia Editora Nacional, 1988.

oficial Alberto Durão Coelho de morte, fazendo-o lembrar dos eventos presenciados em Kronstadt, no mar Báltico, em 1906. Dizia que a tripulação se esforçava para manter o navio limpo e organizado, mas a qualquer falha eram castigados. Assinou a carta como “Mão Negra”.³

Dias Martins e os demais marinheiros estavam orgulhosos de pertencerem à Marinha de Guerra e à tripulação daquele navio. Havia um sentimento patriótico de pertencimento à comunidade de brasileiros, com aquelas armas de guerra. Mas faltava algo fundamental, uma organização, uma ordem em meio àquela catástrofe resultante de um planejamento frágil e desequilibrado. Sem a ordem que os comandantes deveriam propor, vinham os excessos de trabalho e castigos. Eles não eram socialistas, anarquistas, comunistas ou liberais. Muito pelo contrário, estavam mais para o que chamamos hoje de conservadores e reformistas. Hastearam inclusive uma faixa com o dístico “Ordem e Liberdade”. Ou seja, para alcançar a liberdade necessária seria a ordem, mas o alto comando da Marinha calculou muito mal o projeto.

Então lá foram eles, os marinheiros pôr ordem na casa. Um comitê funcionava a bordo do encouraçado Minas Gerais. Um segundo, no Morro da Conceição, à rua Jogo da

3 COELHO, 1911.

Bola, muito perto da região portuária e da sede da Marinha de Guerra. Uma terceira ficava na casa de um camarada, à rua dos Inválidos, 71, na Vila Ruy Barbosa, muito próxima a então novíssima sede da chefatura da polícia do Rio de Janeiro. O quarto estava localizada ao lado da Praça Tiradentes, na atual rua Gonçalves Ledo, onde morava João Cândido. Desnecessário dizer que a clandestinidade das atividades nestes comitês era extremamente necessária.⁴

Estes encontros revelavam uma conscientização racial e de classe, construída na experiência forjada no cotidiano de sobre-trabalho a bordo, no aumento das punições severas e da observação da agitação de operários e marinheiros principalmente na Rússia e na Inglaterra. Reuniam-se para esquadrihar um projeto político de reorganização da Marinha de Guerra. Uma proposta surgida a partir da observação vista de baixo. Organizaram-se para apresentar a proposta no dia em que tomaria posse o novo presidente da República, em 15 de novembro. Mas choveu forte e os planos iniciais foram temporariamente abortados.

Sete dias depois, em 22 de novembro de 1910, os marinheiros aumentariam o volume das suas vozes e finalmente apresentariam sua proposta ao presidente marechal Hermes da

4 MOREL, 1986; e REVISTA DA SEMANA. Rio de Janeiro, 11 out. 1947.

Fonseca. Não foi numa audiência previamente agendada em seu gabinete presidencial, mas por intermédio de estrondosos canhões dos mais poderosos navios de guerra do mundo.

A REVOLTA EXPLODE

A que horas ele chegaria? Esta era a pergunta que passava pela cabeça dos marinheiros do Minas Gerais, São Paulo, Bahia e Deodoro. Encontravam-se organizados e hierarquicamente distribuídos, dos respectivos comandantes escolhidos nos comitês ao mais simples membro da revolta. Em poucos minutos eles entrariam para as histórias da Marinha e do Brasil.

João Cândido Felisberto, André Avelino, Francisco Dias Martins e Manoel Gregório eram os cabeças de cada um dos navios. O primeiro era o mais velho e participara ou presenciara diversos movimentos pelo Brasil e mundo, entre os séculos XIX e XX como observamos anteriormente. Sua experiência era inquestionável. Não à toa, foi ele conduzido pelos comitês para assumir a direção geral do movimento.

Quando o som da barca tornou-se mais forte, anunciando a chegada do comandante ao Minas Gerais, a ansiedade

aumentou: em poucos minutos dois mil marinheiros infligiriam o Código Disciplinar da Armada, passando a correr o sério risco de serem condenados à morte pelo ato que cometeriam. O comandante do Minas Gerais, João Batista das Neves estava naquela barca, e retornava do jantar oferecido pelo comandante do navio de guerra francês Duguay-Trouin.

Oito anos antes, João Batista das Neves havia comandado o Deodoro na ocasião do sepultamento do corpo do médico, ex-vice presidente da República e ex-governador da Bahia, Manoel Vitorino Pereira. A Marinha de Guerra disponibilizou o Deodoro e sua tripulação para realizar o traslado do corpo embalsamado entre o Rio de Janeiro e a cidade de Salvador, no estado da Bahia. Como vimos, esta viagem de aproximadamente cinco dias, entre novembro e dezembro, de 1902, trouxe dissabores ao comandante: uma parte da sua tripulação tentou se levantar contra os castigos físicos. Se naquela oportunidade Baptista das Neves se saíra vencedor, a sorte o abandonaria de vez na noite de 22 de novembro de 1910.

Ao subir os degraus do Minas Gerais, logo percebeu movimentos e agrupamento incomum de marinheiros àquela hora da noite. Havia ânimos exaltados e olhares mais vibrantes, imperativos e desafiadores dos seus comandados. A hierarquia e

a disciplina, que marcavam a diferença entre oficiais e marinheiros, mostrava-se suspensa quando encararam-se frente à frente. Os primeiros gritos de “Viva a Liberdade e “Abaixo a Chibata” ecoaram pelo convés.

João Batista das Neves e mais cinco oficiais tentaram retomar a disciplina e a hierarquia, exigindo a obediência ao seu comando. Os oficiais procuraram desembainhar suas espadas e sacar seus revólveres. Mas era tarde! Começaram a cair um a um com pancadas e espadadas. Morreram ali mesmo na entrada do Minas Gerais. Há relatos de alguns marinheiros urinarem nos corpos dos oficiais, tamanho o ódio aprisionado no peito daqueles homens.

Na manhã seguinte, os corpos chegaram ao cais. O deputado José Carlos de Carvalho, oficial reformado e deputado federal, foi ao encontro dos marinheiros revoltados e abriu o diálogo. Ele era respeitado pelos marinheiros por ter proposto um projeto de lei na Câmara dos Deputados para aumento do soldo, que foi rejeitado pelos demais legisladores. Carvalho retornou com um manifesto ao presidente da República e aos brasileiros que se tornou um documento monumento na História do Brasil.

Rio de Janeiro, 22 de novembro de 1910.

Ilmo. e Exmo. Sr. presidente da República Brasileira,

Cumpre-nos, comunicar a V. Excia. como Chefe da Nação Brasileira

Nós, marinheiros, cidadãos brasileiros e republicanos, não podendo mais suportar a escravidão na Marinha Brasileira, a falta de proteção que a Pátria nos dá; e até então não nos chegou; rompemos o negro véu, que nos cobria aos olhos do patriótico e enganado povo. Achan-do-se todos os navios em nosso poder, tendo a seu bordo prisioneiros todos os Oficiais, os quais, tem sido os cau-sadores da Marinha Brasileira não ser grandiosa, porque durante vinte anos de República ainda não foi bastante para tratar-nos como cidadãos fardados em defesa da Pátria, mandamos esta honrada mensagem para que V. Excia. faça os Marinheiros Brasileiros possuímos os direitos sagrados que as leis da República nos facilita, acabando com a desordem e nos dando outros gozos que venham engrandecer a Marinha Brasileira; bem assim como: retirar os oficiais incompetentes e indignos de servir a Nação Brasileira. Reformar o Código Imoral e Vergonhoso que nos rege, a fim de que desapareça a chibata, o bolo, e outros castigos semelhantes; aumen-tar o soldo pelos últimos planos do ilustre Senador José Carlos de Carvalho, educar os marinheiros que não tem competência para vestir a orgulhosa farda, mandar por em vigor a tabela de serviço diário, que a acompanha.

Tem V. Excia. o prazo de 12 horas, para mandar-nos a resposta satisfatória, sob pena de ver a Pátria aniquilada. Bordo do Encouraçado São Paulo, em 22 de novembro de 1910. Nota: Não poderá ser interrompida a ida e volta do mensageiro. – Marinheiros..

Conhecedores dos problemas internos, mostraram o que poderia ser uma proposta vista de baixo para cima, que contribuisse para o bem da Marinha e de todos os homens do mar. Como antes não foram ouvidos, passou de proposta a reivindicação. A partir daquele momento eles exigiam a retirada dos “oficiais incompetentes”. Os marinheiros percebiam que as novas embarcações careciam de uma nova distribuição dos serviços e de mais marinheiros. Os oficiais não assumiam tais problemas, e tantas vezes castigavam quando os navios não ficavam limpos e disciplinados como desejavam. Sem uma ordem coerente, vinham as injustiças e a exploração. Daí chama-los de “incompetentes” e reivindicarem “Ordem e Liberdade” numa flâmula estendida no Minas Gerais. Sem a ordem e a direção de quem manda, os marinheiros não saberiam os limites da liberdade que teriam a bordo dos navios.

Em segundo lugar, queriam o fim do “código [disciplinar] imoral e vergonhoso” que permitia os castigos corporais, principal instrumento usado pelos oficiais para gerar medo

e terror sobre os marinheiros. Os oficiais confiavam ser este o método mais “eficaz” para garantir a disciplina junto a homens indisciplinados. Rotineiramente excediam a quantidade de castigo permitida no código imoral e torturavam marinheiros a exemplo do que vimos na Divisão do Norte. Não havia um projeto para modificar esta realidade, embora jornais viessem a público denunciá-la.

Em terceiro, “aumentar o soldo pelos [...] planos do ilustre Senador José Carlos de Carvalho”, pois como denunciou um sorteado para o serviço militar na Marinha, o vencimento era “insignificante, mal dá para os cigarros”.¹ João Cândido somava 15 anos de serviço e recebia 60 mil réis mensais. O aluguel do cômodo de uma casa, na Rua Tobias Barreto (atual Gonçalves Ledo), onde morava, custava o mínimo de 30 mil réis ao mês.

A quarta reivindicação partia de uma auto-avaliação dos marinheiros enquanto grupo. Conscientes dos problemas apresentados por uma parte dos seus próprios colegas, os marinheiros reivindicaram “educar os marinheiros que não [tinham] competência para vestir a orgulhosa farda”. Referiam-se aqueles que embriagavam-se, brigavam nas ruas e nos navios, estavam embrutecidos pelas condições pessoais que viviam. Assim, ao

1 CARTA de um sorteado. *Correio da Manhã*, 31 dez. 1903.

contrário de reivindicar expulsá-los, ou tortura-los com chibata, como faziam oficiais, exigiam mantê-los na Marinha desde que existisse educação para os mesmos.

Finalmente, para estabelecer uma ordem na desorganização das atividades laborais diárias, mandavam “pôr em vigor a tabela de serviço diário” – infelizmente nunca encontrada. As tripulações das novas embarcações deveriam ser dobradas, mas oficiais exigiam que o número reduzido alcançasse as metas estipuladas diariamente.

Este manifesto apresentava um projeto de modernização da Marinha, resultante das discussões realizadas pelos marinheiros naqueles comitês. Eles retiraram a política da Câmara dos Deputados, Senado, Ministério da Marinha e Presidência da República, e a trouxeram para a baía da Guanabara. A decisão política sobre suas vidas não mais aguardaria uma solução apresentada pelo ministro da Marinha, debatida e aprovada por deputados e senadores para posterior aprovação do presidente da República. Estes homens tiveram tempo mais que suficiente para resolver esta situação caótica.

Da leitura do manifesto também percebemos que nem tudo saía como inicialmente planejado. Havia poucos homens para movimentar todos os navios da esquadra ancorados na baía. Daí trazer cerca de dois mil marinheiros para

ocuparem somente os quatro – o São Paulo e o Minas Gerais necessitavam de quase mil cada um.² Também foi desnecessário informar que o “mensageiro” não deveria ser preso, substituído que foi pelo deputado José Carlos de Carvalho, no ofício de levar a mensagem ao presidente Hermes da Fonseca. Estas mudanças porém nos informam a organização dos comitês, desde a Inglaterra, dando provas sobejas da ação propositiva dos marinheiros com a revolta. Enfim, ela não resultara de um espasmo reativo a alguma injustiça provocada por oficiais naqueles dias, a exemplo dos “castigos bárbaros” aplicados na “Divisão do Norte”.

Houve um castigo que enfureceu ainda mais os marinheiros, um dia após os cabeças do movimento decretarem o adiamento da revolta. Em 16 de novembro, Marcelino José Rodrigues enfureceu-se com um cabo que vivia lhe “atazando havia muito tempo” e o navalhou. O mesmo Marcelino, trinta anos depois do ocorrido, disse que “na hora da raiva [agiu] impulsivamente [...] e puxei da navalha e furei-o um pouco [...] não foi caso grave. Ele está vivo ainda hoje”. Recebeu 385 pancadas de chibata e foi “acorrentado no porão do Minas”. Dali só saiu na noite de 22 de novembro, quando foi libertado pelos colegas “e entrei logo na luta”. Aquelas chibatadas deixaram suas

2 REVISTA DA SEMANA, 11. out 1947.

costas que eram “só sangue pisado e carne viva”. Esta tela de horror estava pintada com sangue, aberta à observação de seus colegas, aguçando ainda mais o sentimento de ódio aos “oficiais incompetentes”, dos quais reclamaram no manifesto enviado ao presidente Hermes da Fonseca. Se faltava alguma dose de coragem àqueles homens do mar, ela foi injetada naquele momento. A revolta ia estourar.

Os dias seguintes àquela noite de 22 de novembro foram extremamente tensos na Capital Federal da República. Os poderosos e modernos canhões do Minas Gerais e São Paulo poderiam alcançar e destruir com enorme facilidade o Palácio do Catete que, à época, antes da construção do Aterro do Flamengo, distava menos de quinhentos metros da praia do Flamengo, localizada na baía da Guanabara. Mesmo a Câmara dos Deputados poderia ser atingida diretamente, localizada próxima à beira-mar. As páginas dos jornais mostravam este desespero, estampando desde as primeiras páginas até tomarem quase edições inteiras. João Cândido e seus colegas passaram a dominar a baía da Guanabara e a parar o Brasil, como ele mesmo disse quando já envelhecido.

Absortos e estáticos ficaram membros da política, do poder econômico, do campo das letras e das famílias mais enriquecidas da Capital Federal. Como aqueles marinheiros se

atreveram a inverter a ordem, tornando-se protagonistas de um espetáculo que não lhes cabia? E mais, expondo o oficialato da Marinha de Guerra, filhos das famílias mais respeitadas e reverenciadas por seus iguais desde o Império. Os negócios, as pautas da Câmara e do Senado, os passeios pelas avenidas construídas na reforma do prefeito Pereira Passos, os encontros nos cafés mais famosos, enfim, tudo fora paralisado por aquele grupo de centenas de marinheiros negros, liderados por João Cândido. E mais, viram-se obrigados a fugir para locais mais distantes da beira do mar.

Os marinheiros haviam tentado falar com o senador Rui Barbosa e mesmo com o ex-presidente Nilo Peçanha para explicar a situação em que vivam. Mas as tentativas foram inúteis. Não podiam eleger um marinheiro enquanto deputado para representa-los pois a constituição não lhes concedia direitos políticos para votar ou serem eleitos. Direitos políticos limitados a poucos pode ter um preço extremamente salgado. A parte excluída pode cobrar ferozmente por isso.

Após tomarem os navios, estenderam faixas e bandeiras vermelhas e iniciaram a rotina de tempos de guerra. João Cândido e os demais líderes da revolta ordenaram que toda a bebida alcoólica fosse jogada ao mar, mandaram fechar e guardar intactos os camarotes dos oficiais. Depois comandaram que tiros

de canhão varassem os céus da cidade capital do Brasil e Niterói. Estrondos terríveis rasgavam o céu e explodiam, provocando o terror entre os sonolentos moradores. Acordavam desesperados com aquele bombardeio. Afinal, qual seria o próximo alvo? Difícil descrever o temor daquelas pessoas. Em uma das casas, no Morro do Castelo, um tiro caiu matando mãe e duas filhas.

Tudo aquilo demonstrou ao governo a gravidade do momento. A capital estava sitiada e sob ataque. Chamados os chefes militares para avaliar as possibilidades de enfrentarem a revolta, percebeu logo o presidente a inexistência de um plano elaborado para enfrentar navios cujo similar mais próximo estava na Inglaterra, o *Dreadnought*, e mesmo assim ele era inferior aos dois irmãos brasileiros. Ninguém havia imaginado que as armas de guerra mais poderosas do mundo se voltariam contra a própria casa.

Içaram as âncoras e passaram a manobrar aquelas magníficas embarcações pela baía da Guanabara e depois singraram para o mar aberto, protegendo-se de qualquer incursão dos demais navios do restante da Armada ou mesmo tiro de canhões das fortalezas. Experiente nas batalhas vividas, conhecedor de estratégias militares, João Cândido sabia que uma reação começaria atacando o principal líder do movimento, que era ele.

Para confundir as forças legalistas procurou “desfa-

zer tudo o que diferenciava o Minas [Gerais] do São Paulo”. E ordenou que cobrissem os nomes dos navios “com massa”. Também era “hábito” mudar de navio vez ou outra “de maneira que nunca as forças legais [soubessem] com precisão o navio em que [se] achava”.³ Com estas estratégias, quem tentasse obstruir a revolta enfrentaria navios revestidos de aço Krupp, resistente aos canhões e torpedos de época. As forças legalistas ainda enfrentariam os poderosos canhões para curto, médio e longo alcance, instalados nos moderníssimos navios.

Não havia aviões nem aeroportos. Muito menos ônibus e caminhões. Para entrar e sair do Rio de Janeiro somente através da Estrada de Ferro ou por algumas poucas ruas que ligavam o Centro aos atuais subúrbios, como a Matacavalos (atual Riachuelo) e a novíssima Avenida Men de Sá. Navegar naqueles dias era arriscado. Os moradores do Rio de Janeiro, incluindo os políticos, poucas vezes perceberam o quanto a baía da Guanabara era vital para o transporte de pessoas e gêneros alimentícios.

João Cândido comandava o navio e fazia demonstrações para quem desejasse ver como eram azes no deslocamento daquelas embarcações. Antes do aterramento para a

3 NASCI livre no império e fui escravo da república. *Diário da Noite*, 18 jan. 1930.

construção do aeroporto Santos Dumont, havia ali a passagem das águas da baía entre o continente e a ilha de Villegaignon, hoje encoberta pelos prédios da Escola Naval. Pois foi por este espaço que João Cândido, com sua maestria de antigo timoneiro, passou com as 18 toneladas do Minas Gerais, provocando sentimentos conflitantes em quem assistiu aquela difícil passagem. Aplaudiam ou recriminavam? Era uma interessante questão naquele momento.

A imprensa dividia-se em opiniões. As primeiras notícias eram desencontradas, açodadas, sem muitas certezas sobre o que estava ocorrendo com os marinheiros revoltados. Com o passar dos dias, seus repórteres conseguiram colher entrevistas com as mais diversas pessoas, acompanharam as sessões no Senado e perceberam o medo instaurado. Ao folhear as páginas daqueles jornais, observamos ângulos de uma cidade sitiada. Moradores fugindo para chácaras na Tijuca, tomando trens para o subúrbio, procurando caminhos para bem longe. Outros, mais curiosos, rumavam para a beira-mar assistir cenas que entrariam para a História do Brasil, como o escritor Oswald de Andrade, ainda jovem, que se via como “um homem sem profissão”.

Parte dos jornais, ao descobrirem as motivações da revolta, estampavam suas reclamações contrárias a oficiais severíssimos, disciplinadores dos tempos da escravidão. Outros

poucos jornalistas não toleravam aquela revolta, e entendiam a necessidade urgente de o governo mostrar sua força e dominar os revoltosos.

O governo ganhou algum tempo e iniciou o debate sobre as reivindicações possíveis de serem atendidas. O antigo Palácio do Conde dos Arcos e o Palácio do Catete, onde estavam o Senado Federal e a Presidência da República, eram espaços extremamente concorridos por senadores, deputados, militares e jornalistas.

As sessões expunham a dificuldade de aceitar as reivindicações por mais que elas fossem justas. O governo de Hermes da Fonseca estava no poder havia oito dias. Aceitar o imposto por um grupo imenso de marinheiros poderia significar uma derrota acachapante, capaz de enfraquecer Hermes da Fonseca pelos quatro anos do seu mandato. Afinal, se um grupo de marinheiros alcançasse seus intentos, o que impediria outros grupos sociais de fazerem o mesmo? Oposição e situação temiam pelo que poderia acontecer ao país e à cidade, caso os marinheiros voltassem a apertar o gatilho, mas aproveitaram a situação para medir forças entre si.

A proposta saída do Senado e da Presidência da República foi extinguir o castigo corporal, prometer um novo código penal e disciplinar para Armada, mais humano e adequado aos

novos tempos e, principalmente, anistiar todos os envolvidos, perdando-os pelos crimes de homicídio, insubordinação e revolta. Caso condenados, as penas iriam de prisão por longos anos até a morte. Mesmo que não tenham conseguido todas as reivindicações, com alguns tiros de canhão sobre a cidade, obrigaram membros do Legislativo e Executivo a negociar suas demandas. Como muitas vezes na história, as pessoas precisaram aumentar o volume para serem ouvidas, mesmo que a tiros de canhão.

Os marinheiros aceitaram a proposta sem conquistarem o aumento salarial, a expulsão dos oficiais torturadores e nem a confirmação de formas mais humanas de educar colegas envolvidos cotidianamente em indisciplinas. Mas extinguiram o castigo corporal, derrubaram o código e aceitaram a oferta da anistia. Era uma proposta tentadora, sem condenações e desligamentos do serviço militar, que poderia tirar-lhes a casa (muitos moravam nos navios), parte da alimentação diária e soldos mensais. Por isso, havia um sentimento de alívio e alegria na vitória alcançada por eles ao fim da revolta.



Figura 5 – A disciplina do futuro
Fonte: Acervo Fundação da Biblioteca Nacional

Quando ancoraram os navios, repórteres e fotógrafos invadiram os navios e passaram a entrevista-los e fotografá-los. A revista satírica *A Careta* aproveitou aquelas imagens para alimentar seus leitores do discurso racista, naturalizado no Brasil até os dias atuais. Numa das suas capas, estava a charge de João Cândido vestido de almirante, tendo acima o título “A disciplina do futuro”. Possivelmente os responsáveis pela capa procuraram alfinetar àqueles entusiastas de João Cândido, que elogiaram o líder dos amotinados pela sobriedade na condução

do movimento que reuniu centenas de marinheiros. Estas qualidades levaram os jornais *Correio da Manhã* e *Diário de Notícias* a intitulá-lo “almirante” João Cândido.

Se outras folhas descreveram a seu jeito o marinheiro que ascendera ao posto de “almirante”, agora, então, era a vez de *A Careta* representar o líder da revolta. No canto do convés João Cândido ostenta uma farda com as dragonas do oficialato nos punhos. No peito está um tipo de medalha, como se fosse uma condecoração pelos sucessos alcançados em “23 de novembro de 1910”; data em que estourou a revolta. João Cândido não está descalço, mostrando sua condição de oficial frente aos marinheiros que lhe rendem continência. E sapato era artigo consumido pelos mais abastados, sinal distintivo da condição social e econômica desde o século XIX.⁴ Mas tudo isso contrasta com a fisionomia do marinheiro, que está carregada de traços “simiescos”.⁵

João Cândido tem o rosto totalmente caricaturado, carregando orelhas imensas, pálpebras volumosas que encobrem os olhos em sua quase totalidade, lábios protuberantes e muito vermelhos. Seu rosto e até suas pernas, que estão arqueadas, contrastam com a perfeição das linhas com que foram desenhados os dois marinheiros brancos — estes que têm os rostos

4 GRAHAM, S. L. *Proteção e obediência*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1992.

5 SILVA, M. A. *Contra a chibata*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

traçados finamente, sem nenhuma caricatura, conferindo-lhes a imagem de homens. O rosto de João Cândido, pelo contrário, não tem semelhança com a de um ser humano; mais parece a de animais, com orelhas próximas as de um elefante ou burro, com formas grotescas de um macaco.

Outro fator relevante que surge da charge é a cor dos uniformes. Realmente, durante as revoltas os principais fotógrafos da cidade, como Augusto Malta e Brun, captaram em suas lentes uma série de marinheiros vestida com a farda branca tal qual a utilizada pelos dois marinheiros brancos. O que não aconteceu nos instantâneos tirados dos oficiais, que geralmente vestiam dólmã e calças azuis. Raramente encontramos fotografias em que os oficiais vestiam a farda de gala branca. Para gerar o efeito humorístico desejado o chargista modificou a cor do uniforme, eliminando o azul do dólmã para aumentar ainda mais o contraste, e assim vestiu a caricatura do almirante negro João Cândido com o branco da farda do oficialato. Assim a cabeça do pretenso oficial fica excessivamente realçada, pelos traços simiescos e pelo contraste das cores na qual o branco engole o negro.

E finalmente, o chargista talvez tenha usado como modelo uma foto de Brun realizada naquele dia final da revolta. Como se pode notar, comparando as duas imagens, de um lado estão marinheiros negros fazendo continência ao comandante

branco vestido com dólmã e calças azuis — o capitão de fragata Pereira Leite que assumira o comando do encouraçado Minas Gerais — e na charge da Careta encontram-se marinheiros brancos rendendo continência à estranha criatura em que se transformou João Cândido no pincel do chargista.



Figura 6 – Troca de comando

Fonte: Correio da Manhã (29 nov. 1910) / Acervo Fundação da Biblioteca Nacional

Podemos observar outras particularidades que revelam o uso dessa fotografia como modelo para a charge. João Cândido aparece na fotografia de Brun, num degrau mais baixo fazendo continência, e na charge ele é quem está no lugar de Pereira Leite. As dragonas do punho do dólmã do comandante são idênticas à da farda da bizarra caricatura. E finalmente, o único marinheiro branco da fotografia está de pés descalços.

Enfim, a ideia do chargista fora evidenciar o improvável — um negro como oficial comandante —, acentuando os traços e carregando nas tintas que compuseram a imagem de João Cândido — o simiesco, o paquiderme —, assim gerando um quadro que por ser estranho aos códigos sociais, tornara-se risível aos olhos dos leitores reprodutores do racismo.

A charge materializou a imagem que o autor possuía do contingente que ocupava os vários postos da Marinha de Guerra. Além de reconhecer que a estratificação hierárquica acompanhava a cor e, ambas, a socioeconômica na Marinha de Guerra, ele também reconhecia os valores do seu público a ponto de explorar os signos dessas mesmas estratificações e transformar aquele instantâneo em modelo de algo risível para o leitor: a charge. Ele possivelmente viu aquela foto em alguma folha na manhã de 26 de novembro, quando foi publicada pela primeira vez, e deve ter achado no mínimo curioso ver o grande navio de guerra ser entregue a um oficial pelas mãos de um marinheiro (O que seria uma primeira inversão dos códigos militares e sociais). O segundo ponto, óbvio, é o poder a que chegara um homem negro, já que subalterno, ostentando o posto de comandante de uma revolta que ameaçara a capital do país e, com o triunfo, passara o comando novamente a um oficial. Era uma dupla inversão: o negro no lugar do branco, o marinheiro no

posto de comandante de um encouraçado. Ao jogar com essas inversões, realçando a figura do negro João Cândido com partes semelhantes às de animais, o chargista deve ter alcançado seu principal objetivo: o riso de um público marcadamente racista através do sarcasmo.

Passado aquele momento alvissareiro para os marinheiros, um novo dia chegou. A rotina nunca mais seria a mesma. Oficiais não se esqueciam dos seus colegas mortos, principalmente da forma como havia ocorrido. Marinheiros, por seu turno, experimentaram a liberdade de viver sem o temor de oficiais castigadores, extremamente elitistas, hierarquicamente superiores, os inferiorizando por suas cores e classe social. Alcançaram a consciência quando irmanaram-se e lutaram como camaradas para implementar novas relações trabalho a bordo dos navios, retirando o principal símbolo do poder da classe opressora naquele momento: a chibata. A paz, contudo, nunca mais voltaria.

Não à toa, os oficiais começaram a orquestrar a vingança desconhecendo o decreto de anistia. Em primeiro lugar, mandaram desarmar os canhões dos navios, em 27 de novembro de 1910. Movimento muito estranho. Um dia depois o presidente da república baixou o Decreto n. 8400, com o seguinte teor: “Atendendo ao que lhe expôs o ministro da Marinha,

resolve autorizar a baixa, por exclusão, das praças do Corpo de Marinheiros Nacionais cuja permanência no serviço se tornar inconveniente à disciplina”. Era um recado direto a dois mil homens “inconvenientes”. Centenas de marinheiros envolvidos na revolta começaram a ser excluídos.

Com os navios desarmados e o silêncio de senadores (exceto Ruy Barbosa) e da presidência contra este desrespeito à lei de anistia, os marinheiros perceberam a delicada e perigosa situação em que se encontravam. Começaram a fugir enquanto outros permaneceram confabulando sobre aquelas recentes medidas, entre estes João Cândido.

No Batalhão Naval da ilha das Cobras, a tensão era ainda maior. Ali era a casa dos fuzileiros navais, ou seja, aqueles que possuem funções mais próximas às forças do Exército e conhecem bem pouco da arte de navegar. Eram combatentes importantes, mas ainda não tinham as funções dos dias atuais. Mesmo estando à parte dos colegas de mar, estavam próximos em ocasiões diversas.

Havia uma tensão marcada pela desconfiança e insegurança entre oficiais e marinheiros. Vingança, apreensão e temor eram sentimentos que possuíram boa parte dos tripulantes a bordo dos navios de guerra fundeados na baía da Guanabara. Por outro lado, havia também a certeza que boa parte

das reivindicações estabelecidas pela revolta de 22 de novembro ficara sem uma proposta de mudança. E aqueles que se haviam amotinado e tiveram o direito à anistia assegurado poderiam perder seus empregos através do Decreto n. 8400. Esta era a expectativa naqueles primeiros dias após a revolta. Os boatos de que algo aconteceria em breve não tardaram a ficar mais fortes. Havia inclusive um boato de que o exército invadiria os navios a fim de auxiliar oficiais da Marinha de Guerra para vingar os mortos em 22 de novembro. Segundo o capitão Anthero José Marques, que na época havia sido sargento do Batalhão,

no dia 29 de novembro começaram a circular boatos de nova sublevação nos navios e também no Batalhão Naval. No dia 2 de dezembro a polícia efetuou a prisão de 8 marinheiros e um soldado naval, que se achavam conspirando em uma casa, na rua do Lavradio. No dia 4, foram presos pela polícia mais 22 marinheiros, que se achavam reunidos em uma casa, na Piedade. Pelo inquérito a que estas praças responderam, ficou apurado tratar-se de nova revolta a bordo dos navios, na qual o Batalhão Naval tomaria parte. No dia 5, foi ordenado no Batalhão Naval rigorosa prontidão, recolhendo-se ao quartel os destacamentos que estavam fora e que não eram necessários.⁶

O relato do oficial Anthero José Marques revelou que os oficiais já suspeitavam de uma nova revolta, e começaram a

6 MARQUES apud SILVA, 1982, p. 90-106.

tomar todos os cuidados para debelar qualquer foco de sublevação, inclusive com o auxílio da polícia. No dia 6 de dezembro de 1910, o marinheiro Manoel Pedro de Oliveira, do scout Rio Grande do Sul, enviou bilhetes a João Cândido e Manoel Gregório, respectivamente, desculpando-se por não ter participado da revolta e perguntando “se revolta continua no dia 8”.⁷ Pelo que se pôde apurar, os destinatários não responderam aos bilhetes.

Contudo, no dia 9 de dezembro, a guarnição do *scout* Rio Grande do Sul iniciou a revolta, trocando tiros com os oficiais, vitimando um destes. Isolados e sem apoio dos colegas anteriormente amotinados, os marinheiros do Rio Grande do Sul acabaram por render-se ao poder dos oficiais. Segundo o oficial H. Pereira da Cunha, o comandante do navio ficara sabendo do movimento por intermédio de um marinheiro foguista que dera inclusive o nome dos cabeças. Assim foi possível aos oficiais prepararem-se para o contra-ataque, aniquilando os propósitos dos amotinados.⁸

No entanto, às 22h30, foi ouvido o toque de corneta de “Batalhão Naval, Avançar”. Iniciava-se a segunda revolta, agora na ilha das Cobras e em meio a soldados do Batalhão. O líder foi Jesuíno da Lima Carvalho, vulgo “Piaba”, natural do

7 CGM. Processo n.º. 565 (Arquivo Nacional).

8 CUNHA apud SILVA, 1982.

Rio Grande do Sul, de 39 anos, solteiro, cabo de esquadra, que sabia ler e escrever. Por ser mais experiente convocou o cabo corneteiro Bernardino dos Santos Ferreira e mandou que ele desse o toque, reunindo os soldados no pátio. Logo em seguida, em meio a balburdia que se instalou, nomeou alguns soldados e cabos para assumirem diversas funções. Assim, ordenou que os flancos fossem guarneceados, que arrombassem o paiol e distribuísse o armamento, inclusive aos presos por ele libertados. Na posse do telégrafo, manteve um canal de comunicação com os anistiados em novembro e o próprio governo.⁹ A ideia era evitar uma invasão das forças do Exército.

A troca de tiros e os gritos de “Viva a Liberdade” foram novamente repetidos pelos soldados do Batalhão. Os marinheiros que haviam se amotinado em novembro não os apoiaram. O Batalhão Naval ficou só e não foi difícil destruí-lo por ser um alvo fixo. As barricadas foram montadas e espalhadas rapidamente pela beira da praia, da praça XV de Novembro ao mosteiro de São Bento. Com o auxílio do Exército, os oficiais da Marinha já estavam preparados para realizar o intenso bombardeio que praticamente destruiu a maior parte das instalações da ilha das Cobras, causando inúmeras mortes. Desta vez não

9 GIFI. 6C-385 (Arquivo Nacional). “Inquérito da 3ª Delegacia Auxiliar para Averiguar as Causas que Motivaram a Revolta das Guarnições dos Couraçados Minas Gerais, São Paulo, Scout Rio Grande do Sul e Batalhão Naval”. Agradeço a Henrique Samet, que gentilmente cedeu a transcrição desta fonte.

houve negociação. Esmagada a revolta do Batalhão Naval, foi decretado o estado de sítio. Com esse instrumento, o governo de Hermes da Fonseca pôde então agir com toda liberdade para destruir qualquer foco de rebeldia na Armada. Começou, assim, a perseguição aos marinheiros e soldados suspeitos.

Os anistiados de novembro foram considerados co-participantes da segunda revolta, mesmo que não tivessem tomado parte na revolta do Batalhão Naval. Eles estavam com os canhões dos navios desarmados desde 27 de novembro. No dia que estourou a segunda revolta, os oficiais ao ouvirem os primeiros tiros da ilha das Cobras, abandonaram seus respectivos postos, arriaram os botes e zarparam para terra. João Cândido estava no Minas Gerais e decidiu assumir o navio, levando-o para longe da linha do tiroteio, lá para as bandas da ilha do Viana.

Após a rendição ao governo em 26 de novembro o grupo formado por João Cândido, Francisco Dias Martins, Manoel Gregório, André Avelino e outros parece ter perdido a unidade de liderança frente aos marinheiros. Não havia uma direção planejada para esse novo contexto. Quando entregaram as armas, eles imaginaram que a anistia realmente funcionaria como escudo protetor, mas não era isso o que ocorreria.

A partir daí começaram as cisões entre os marinheiros e a formação de outros grupos que já não reconheciam a

liderança de João Cândido e seus colegas. Segundo depoimentos dos oficiais, havia um grupo denominado “faixas pretas” que começou a assumir posição de destaque. No Rio Grande do Sul e no Batalhão Naval havia marinheiros que decidiram pela continuação da revolta e até convidaram João Cândido, Manoel Gregório, por intermédio de bilhetes, a participar. Mas, como se sabe, dos navios rebelados em novembro não veio a ajuda esperada...

Num processo aberto pela 3ª delegacia para apurar as causas da revolta do Batalhão Naval surgem algumas pistas. A maior parte das testemunhas disse não saber a razão do movimento: soldados, cabos, sargentos e oficiais revezaram-se em dar esta resposta. No entanto, alegavam que estavam de prontidão desde os dias em que os marinheiros se revoltaram em novembro, razão pela qual estavam muito excitados. Para piorar o ambiente, começou a circular pelo quartel boatos de que as forças do Exército se uniriam ao Batalhão Naval para combater os marinheiros anistiados e vingar os oficiais mortos. E mais, que alguns oficiais estavam mandando afiar suas espadas. O soldado Calixto da Silva Jardim, acusado de ser outro cabeça do levante, afirmou em seu depoimento que o tenente Radamante do Campo Amoedo, secretário do batalhão, “disse-lhe que era preciso que o Batalhão Naval fosse a bordo do Minas

Gerais degolar todos os marinheiros que se achavam por terem estes assassinado covardemente o comandante acorrentado, que seriam acompanhados pelas forças do exército”.

No depoimento do cabo Piaba isso fica claro. Segundo ele, um capitão tenente, do qual não lembrava o nome, com certa camaradagem, o convidou a tomar parte de uma abordagem ao couraçado Minas Gerais e que para isto contava com cerca de “cem mil homens” dos estados de Minas e São Paulo, com forças do Exército e com o Batalhão Naval. A ideia era “castigar severamente os marinheiros que tinham covardemente [assassinado] o seu comandante”. Realmente, Piaba teve uma conversa com este oficial, que, segundo uma das testemunhas, o escrevente Guilherme Williams, chamava-se P. Rocha. Se o dito pelo cabo for certo, o interesse do capitão tenente em convencer Piaba tinha sua razão de ser. Ele era um dos mais antigos militares do Batalhão, tinha 39 anos, e seria um elo importante entre os oficiais e o restante dos soldados. Principalmente, pelo oficial saber que o ataque seria contra marinheiros, que estavam nas mesmas posições hierárquicas dos soldados do Batalhão. No depoimento, Piaba disse ter procurado outros colegas seus para dizer do ocorrido, sendo que Calixto lhe contou da história que ouvira do tenente Radamante. E mais, que na serralheria confirmou a história de afiar as espadas. O grupo formado pelos cabos

Piaba, Calixto, Bernardino e outros acabaram sendo aqueles que deflagraram e organizaram o movimento, sob a firme condição de evitar a invasão do Exército.

Pedro Ferreira da Silva, pernambucano, 20 anos, solteiro, marinheiro nº 112 da 20a Companhia, tinha a seu cargo a estação telegráfica da Ilha das Cobras. Ele foi cercado por um grupo de soldados que não o deixou sair da estação. Os amotinados mandaram que ele enviasse dois radiogramas para o Minas Gerais e outro para o presidente da República dizendo “que tinham se revoltado porque os oficiais pretendiam com forças do exército apoderarem-se do Batalhão para abordagem do Minas Gerais”, o que a presidência respondeu pedindo que tivessem “calma” por que daria providências. Pelo depoimento do telegrafista, nota-se que os líderes do Batalhão Naval tinham uma posição bem definida: não deixariam que os oficiais fossem contra os anistiados e o governo por intermédio do Batalhão Naval. Haja vista o teor dos radiogramas enviados. Ao mesmo tempo, os gritos que se escutavam no Batalhão na noite do levante foram “vivas a liberdade” ao “marechal Hermes” e ao “Governo”. Ou seja, além do radiograma enviado ao governo, este se tornou outro claro sinal de que não desejavam ficar na ilegalidade. O levante no Batalhão Naval não procurava validar reivindicações como em novembro, nem pôr o governo contra a

parede. Na verdade surgiu como reação à possibilidade de vingativos oficiais alcançarem os intentos veiculados nos boatos espalhados pelos capitães tenentes Radamante e P. Rocha. Piaba e os demais cabeças parece terem agido em defesa do governo e dos marinheiros anistiados, impedindo que os oficiais se unissem ao Exército e cometessem um atentado contra a ordem republicana. Daí àqueles vivas tão legalistas.

Fica difícil saber se realmente esses cabos e soldados foram convocados pelos oficiais. Mas não há razão para duvidar desta hipótese sabendo do sentimento de vingança que tomou conta dos oficiais da Armada após a revolta de novembro e o assassinato dos seus colegas de ofício. No entanto, é improvável que estes oficiais tivessem tanto apoio como afirmou Piaba em seu depoimento, para dar conta de um bando de marinheiros anistiados, que estavam de posse de navios desarmados. Unir forças do Exército, de Minas Gerais e São Paulo, oficiais da Marinha, cerca de “cem mil homens” para degolar aqueles marinheiros, que eram poucos nas embarcações... era pura balela. Certamente, estes oficiais desejavam criar um ambiente de intranquilidade, atizar mesmo os ânimos, para que existisse a possibilidade de suspender aquele direito conseguido pelos amotinados em novembro. Com a revolta do Batalhão Naval, os oficiais puderam prender, excluir, deportar, processar e até matar

aqueles que haviam quebrado a hierarquia militar e enfrentado seus “superiores”.

Uma segunda hipótese, remotíssima, poderia indicar que a revolta no Batalhão fora uma tentativa de golpe de estado para derrubar o marechal Hermes da Fonseca. Na época houve grande desconfiança dessa possibilidade. Tanto assim que a 3ª delegacia de polícia abriu um inquérito e iniciou as investigações para apurar o que vinha ocorrendo desde a revolta de novembro. Assim, embora anistiados e distantes do movimento de dezembro, João Cândido e Francisco Dias Martins foram convocados a depor mesmo antes de se apresentarem a um tribunal militar.

Ao mesmo tempo, o delegado convocou o famoso capoeira José Elysio dos Reis e outros indivíduos que estavam empregados no jornal *Diário de Notícias* durante a campanha presidencial, para descobrir se havia ou não ligação entre a revolta e um pretenso golpe. Possibilidade que foi se perdendo assim que as investigações continuaram. A polícia chegou a desconfiar do sargento Benedicto Rodrigues de Oliveira, que parece ter sido um dos principais articuladores dentro do Batalhão. Mas após ajudar a deflagrar o movimento com Piaba ele tratou de fugir. O sargento negou as acusações.

De tudo isso constata-se a desconfiança da polícia em relação às dimensões daquela revolta. Um movimento com

tamanha envergadura, na visão dos policiais, deveria ter recebido apoio externo, ou seja, dos civilistas, tanto durante a campanha presidencial quanto depois da posse de Hermes da Fonseca. Daí abrir o inquérito que levou o delegado a perambular por delegacias, Casa de Detenção, Hospital da Marinha e presídio da ilha das Cobras a fim de esclarecer o movimento. Como não conseguiu comprovar ligação alguma entre as revoltas e a disputa pela presidência da República, o inquérito foi arquivado.

A PERSEGUIÇÃO AOS MARINHEIROS...

A repressão começou no dia seguinte ao levante no Batalhão Naval. Assim que pôs os pés em terra João Cândido foi preso por ter assumido novamente o comando do Minas Gerais. Durante o bombardeio à ilha, o navio estava sem oficiais e os tiros de canhão começaram a ameaçá-lo, o que levou João Cândido a levá-lo para longe da batalha. Assim como o líder do Minas centenas de outros começavam a ser presos e a lotar a Casa de Detenção, quartéis do Exército e da polícia, assim como o presídio da Ilha das Cobras. Isso tudo já na manhã do dia 11 de dezembro.

Antes de se julgar qualquer ex-amotinado, a Marinha já começava a puni-los. Como ocorrera ao fim da revolta da Vacina, em 1904, centenas de marinheiros foram deportados para o Pará nos porões do paquete Satélite. A viagem, contudo,

terminaria no Acre, onde foram oferecidos para o trabalho nos seringais e na abertura da ferrovia Madeira-Mamoré. O relatório da viagem feito pelo comandante Storry permite-nos conhecer um pouco mais a carga do pacote: “[...] partimos conduzindo 105 ex-marinheiros, 292 vagabundos, 44 mulheres e 50 praças do Exército”.¹ Ou seja, a polícia, a Marinha e o Exército aproveitavam a mesma viagem do pacote para limpar a cidade, extirpando todos aqueles que representassem ameaça à ordem e à disciplina: marinheiros, soldados, presos e presas civis. Porém, antes de chegarem ao destino, alguns marinheiros foram fuzilados sob a acusação de estarem tramando uma revolta a bordo do Satélite.

No dia 22 de dezembro chegavam ao presídio da ilha das Cobras o marinheiro João Cândido e outros que passariam a noite numa das piores celas daquela instituição. No total o presídio estava com uma lotação de 210 presos civis e militares “implicados nos últimos acontecimentos”, segundo o oficial de serviço.² Esta cela era remanescente do período colonial, estava encravada nas pedras da ilha impedindo a entrada de luz natural e maior circulação do ar. Uma pequena cela para 18 homens. Todos estavam sendo alimentados somente com pão e água.

1 STORRY, C. B. *Relatório de viagem do comandante Carlos Brandão Storry* (Fundação Casa de Rui Barbosa).

2 SDM — livro n.º 3537, 21/12/1910 a 13/06/1911.

Cal diluída em água era jogada por baixo da porta da cela para desinfetar o local; não havia banheiro. Conforme a água evaporava lentamente e os marinheiros se locomoviam, a cal retornava ao seu estágio anterior entrando pelas narinas dos marinheiros como pó. Após grande movimentação, o silêncio foi pouco a pouco sendo estabelecido até que nenhum murmúrio pudesse ser escutado. Dezesseis marinheiros morreram asfixiados pela cal em pó naquela hora, somente João Cândido e mais um colega de cela sobreviveram. O Dr. Ferreira de Abreu, designado para fornecer os atestados de óbito, comentou em entrevista ao jornal *O Correio Da Manhã* o que havia presenciado durante a visita.

As solitárias são prisões horrorosas, nas quais o ar só entra depois de ter percorrido dois estreitos cubículos, onde o ambiente começa sendo envenenado. Imagine: em seguida a uma porta de grades, há um pequeníssimo espaço, de um metro, se tanto; segue-se uma porta toda chapeada de ferro; depois um espaço igual ao primeiro, após esta nova porta de ferro apenas um orifício a certa altura [...] quando a minha cabeça chegou à altura do orifício que serve para a entrada de ar na solitária, recuei aterrado, tão pestilencial era o fétido que de lá vinha! E ainda lá estava gente viva!³

Foi um assassinato comandado pelos oficiais quando prenderam dezoito marinheiros numa mesma cela, de restri-

3 MORAES, E. (1922). *Reminiscências de um rábula criminalista*. Belo Horizonte: Brigueit, 1989.

tíssima ventilação. O Dr. Ferreira de Abreu, em situação delicada, a fim de evitar a “vergonha” caso declarasse no atestado de óbito a verdadeira “causa-mortis” dos marinheiros, atestou terem sido eles vitimados por “insolação”. Tempos depois João Cândido, segundo os oficiais, deu sinais de loucura e foi enviado para o Hospital de Alienados, onde permaneceu por aproximadamente dois meses até receber a alta hospitalar assinada pelo doutor Juliano Moreira. Depois retornou para o presídio da ilha das Cobras, permanecendo preso por mais dois anos. Aproximadamente cem marinheiros conseguiram escapar para outras regiões do país. E a Marinha enviava “mandados de intimação” aos delegados de polícia das principais capitais do país, para que prendessem os “réus” e os retornassem ao Rio de Janeiro...

O processo criminal foi aberto. Aproximadamente cem marinheiros foram indiciados inclusive os dois sobreviventes da Ilha das Cobras. Os mandados de intimação expedidos aos delegados de polícia não alcançaram o resultado esperado e, assim, somente dez marinheiros foram julgados; entre eles João Cândido, Francisco Dias Martins e Gregório do Nascimento – os líderes da primeira revolta.⁴ Durante dois anos, o Conselho de Guerra – o tribunal militar da marinha – registrou no processo

4 PROCESSO... Conselhos de Guerra da Marinha, Processo nº 565, 1912. (Arquivo Nacional, cx. 13789).

o depoimento das testemunhas e dos envolvidos. Em 1912, o advogado Jerônimo de Carvalho e o então rábula criminalista Evaristo de Moraes defenderam os dez marinheiros no julgamento. Segundo Evaristo de Moraes, a acusação estava

reduzida a isto: haverem os réus movido os navios sem ordens superiores [...] uma ridicularia, comparada com a imputação primitiva. [...] Era o que eu dizia tinha correspondência no juízo formado pelo próprio Conselho, intimamente envergonhado com as revelações do processo. Daí a justíssima absolvição.⁵

Após a absolvição, João Cândido e seus colegas foram “excluídos” da Marinha sem nada a receber. Presos, torturados, extraditados, processados e fuzilados por reivindicarem seus direitos, e exigirem ordem, organização e planejamento da Marinha de Guerra. No relatório enviado ao presidente Hermes da Fonseca, o ministro da Marinha Marques de Leão procurou não sublinhar as reivindicações dos marinheiros. Preferiu apresentar propostas de mudança para formação de uma nova Armada. Suas propostas, no entanto, estavam ligadas diretamente às reivindicações citadas no manifesto dos marinheiros em novembro.⁶

5 MORAES, 1989.

6 Ministério da Marinha (Almirante José Marques Baptista de Leão). *Relatório do Ministro da Marinha*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1911.

A revolta de 1910 abalou profundamente a ele e a seus colegas do alto escalão. Seus colegas britânicos e norte-americanos, sempre por eles citados como exemplos, leram os jornais internacionais e tiveram a certeza que a Marinha brasileira não possuía estrutura e pessoal aptos para manejar aquelas maravilhosas armas de guerra. Uma revista americana taxava ser “ignominioso” que os oficiais dos navios dominados pelos rebeldes se deixassem “desembarcar como estudantes.” O New York Times chamou a rendição do governo de “vergonhosa”.⁷ O oficialato, mesmo o mais jovem, também foi nacionalmente comparado a atrasados senhores de escravos.

Lamentava Marques de Leão que “a Nação brasileira”,

iludida por uma miragem, assistiu a formação de uma Esquadra respeitável supondo que isto bastasse para uma boa organização naval: no entanto, os fatos vieram mostrar-lhe agora que a posse de um material flutuante aperfeiçoado não é um elemento essencial de uma Marinha de primeira ordem.

Ora, se havia uma ilusão, também existiriam os ilusionistas.

O projeto de reaparelhamento naval estava sendo pensado desde 1904, no governo de Rodrigues Alves (1902-

7 LOVE, J. *The revolt of the whip*. Califórnia: Stanford, 2012.

1906), para ser concretizado na presidência de Afonso Pena (1906-1910). Os ministros da Marinha destes governos e a alta cúpula de oficiais da Marinha, que lhes assessoraram, planejaram a compra de equipamentos sem um estudo profundo acerca das tripulações fixadas nas futuras embarcações.

Os criadores do projeto não calcularam a quantidade de marinheiros no quadro ativo de militares com a incorporação destes navios. No caso dos oficiais abaixo do alto escalão, eles eram formados na Escola Naval como se fossem comandar navios mistos ou no máximo adaptados como o nova-iorquino *Midnight Sun*. Ora, agora eles seriam os oficiais dos navios mais poderosos do mundo! Exemplo significativo desta falta de comando foi a presença de oficiais maquinistas britânicos a bordo dos novos navios. Oficiais brasileiros deveriam ter sido preparados para isso durante os quatro anos de construção das embarcações, no entanto, ainda havia enorme preconceito de oficiais de convés igualarem-se aos de máquinas.

Ciente de que o alto escalão errara cabalmente, mostrou-se “convencido de que os nossos males se originam de descabidos preconceitos, mantendo artificialmente hábitos em antagonismo com o estado de nossa época”. Assim sendo, propôs “providências que, implicando numa transformação de costumes, exigem principalmente a boa vontade e o concurso de todos para

a regeneração da Marinha”. Assim, fechava o relatório, sendo taxativo quanto ao seu próprio futuro e o de seus colegas: “Precisamos retirar do serviço ativo, tanto pela reforma como pela organização de uma segunda classe, todos os que não se sintam ou não estejam em condições de permanecer na nova Marinha”.

Era a confissão das limitações da sua geração às mudanças que chegavam. Esta desordem que vinha de cima teve um preço e os marinheiros não desejaram mais pagar. Exigiram “Ordem e Liberdade”.

A VIDA LONGE DO MAR...

A vida de João Cândido ganhou um novo sentido após a absolvição. Ele nunca mais conseguiu desgarrar-se da Revolta dos Marinheiros. A fama daqueles poucos dias derrubou qualquer possibilidade de esconder-se da imprensa - salvo alguns poucos períodos, ela perseguiu seus passos onde quer que estivesse. Se nos primeiros anos manteve-se morando em lugares como o bairro das Laranjeiras, próximo ao Centro do Rio de Janeiro, salários cada vez mais baixos distanciaram-no, primeiro, para Osvaldo Cruz e, finalmente, em diferentes endereços na ainda longínqua cidade de São João de Meriti, Baixada Fluminense, repleta de loteamentos sem urbanização à época.

Repórteres o procuravam no cais, no Mercado de Peixes, em hospitais quando doente e na cidade maltratada pelas autoridades, onde habitou até a morte. As matérias começavam amarrando-o àqueles meses de novembro e dezembro de 1910,

geralmente realçando a relevância humanitária do ato, a liderança exemplar e a sua coragem. Como “Almirante Negro”, tornou-se notícia por todo o século XX (e até os dias atuais). Um jornal de época chegou a noticiar que “João Cândido não se livra mais dos incômodos e inconveniências da celebridade: os atos da sua vida íntima são prontamente divulgados pela imprensa e nos quatro cantos da cidade fervem os comentários”.¹

Embevecia-se durante os diálogos pelo seu feito, mas a perseguição vingativa dos oficiais era implacável e lhe reduzia as possibilidades de alcançar bons empregos. Era um ex-marineiro, sem aposentadoria, com responsabilidades batendo-lhe à porta: subemprego, família crescendo, transporte público precário para vencer a enorme distância entre a casa e o trabalho, moradias humildes, por vezes também habitadas pela penúria alimentar. Esta era a realidade por trás do ícone.

Não conseguia emprego como marinheiro ou timoneiro. Quando assim tentava, seus patrões sofriam ameaças de oficiais da Marinha de Guerra para o demitirem. O almirante Alexandrino de Alencar tentara evitar este problema, mas não o suficiente para mantê-lo em qualquer barco pesqueiro ou transporte. Restou-lhe a função de carregador de peixes no mercado

1 SUBLEVAÇÃO dos sargentos. *Jornal do Brasil*, 16 jul. 1915.

da Praça XV ou vendedor ambulante da mesma mercadoria nas cercanias da região. Embora fosse um homem para singrar mares e rios, com sua vasta experiência pelas mais diferentes águas da Europa, América Latina e Brasil, ele ficou à beira do cais na baía da Guanabara. Oficiais da Marinha de Guerra que o perseguiram devem ter se regozijado quando ele foi resumido a carregador dos frutos do mar. Nunca mais poderia aquele homem negro mostrar sua grande habilidade no comando de um barco nem ser comparado a seus antigos “superiores” brancos, que ostentavam galões dourados sobre os ombros. O Almirante Negro não poderia mais navegar.

As dificuldades de João Cândido para sobreviver poderiam aumentar quando o “Almirante Negro” era lembrado na imprensa... Defendê-lo ou emprega-lo poria qualquer pessoa na rota de vingativos oficiais da Marinha ou de repórteres interessados em alcançar a primeira página dos jornais da Capital Federal. Com o noticiário poderiam vir a perseguição policial, os interrogatórios em delegacias para esclarecimentos, horas atendendo a repórteres e fotógrafos. Sem emprego fixo, vivendo de biscates, perdia horas ou dias de trabalho com essas paralisações, agravando ainda mais sua condição financeira. Esta situação se repetiu em diferentes momentos de sua vida. Edmar Morel, seu maior biógrafo, quando carregou o caixão de João Cândido, a

quem intitulou “herói da ralé”, testemunhou a presença de policiais secretos no sepultamento.

Mas por que tantos secretos o acompanharam em variados momentos de sua vida, inclusive no seu sepultamento? Não era unicamente seu corpo e voz que preocupavam as autoridades. Seu legado manteve-se vivo, e ao longo da história vem sendo utilizado sucessivamente para destacar exemplos, comparar ações, unir pessoas em movimentos políticos e sociais e até realizar ameaças. São mais de cem anos de história deste legado vivo.

Menos de três anos após ser absolvido do processo que respondeu na Marinha de Guerra, já estava ele sendo ligado a um movimento no Exército, mesmo sem ter participado dele. “A Sublevação dos Sargentos”, como ficou conhecida à época, ganhou os jornais em 1915, e João Cândido foi citado como inspiração. O movimento teve elementos semelhantes aos dos marinheiros.

Assim como o projeto de lei do então deputado federal José Carlos de Carvalho foi lembrado durante a revolta de 1910, outro deputado, Maurício de Lacerda, ocupou a tribuna para defender seu projeto de lei, de 11 de outubro de 1915, beneficiando a classe dos sargentos. Ambos atendiam às expectativas das tropas abaixo do oficialato. Com a aprovação da proposta de Lacerda, os sargentos teriam direito a aumento de soldo, aposentadoria, montepio e outras melhorias na carreira. A classe pas-

sou a reunir-se com o deputado em sua residência e a discutir o assunto em corredores de quarteis do Exército.

Maurício de Lacerda era indivíduo conhecido por suas ideias voltadas para a defesa dos interesses das classes mais pobres, participando ativamente das lutas operárias. Em 1915, ainda faltavam alguns poucos anos para ele encontrar o pensamento comunista, conviver com Luiz Carlos Prestes e estar presente em diversos movimentos políticos, que lhe marcariam o restante da vida pública. Pai do futuro governador do extinto estado da Guanabara, homenageou os dois pensadores da proposta comunista, Karl Marx e Friedrich Engels, ao nomear o filho Carlos Frederico Lacerda.²

A proposta do jovem deputado federal ganhou força entre as praças do Exército, que se animaram com isto. Num jornal de Recife, uma nota publicada dizia que os “sargentos de todas as corporações militares federais” procuravam “a fusão e organização de uma liga secreta em reação” aos obstáculos contrários “ao humanitário projeto de Maurício de Lacerda”.³

O levante não chegou a concretizar-se. A mobilização no dia da votação do projeto de Maurício de Lacerda, em torno da Câmara dos Deputados, e a movimentação desusada de

2 Motta, M. S. Carlos Lacerda: de demolidor de presidentes a construtor de estado. *Nossa História*, Rio de Janeiro, n. 19, p. 72-25, mai. 2005, p. 1.

3 A PROVÍNCIA. Recife, 17 nov. 1915.

sargentos em reuniões na Vila Militar alarmaram as autoridades militares e policiais para evitarem o ocorrido em 1910, de tão fresca memória em 1915.

Reprimido o movimento, cerca de 150 sargentos foram presos, humilhados e deportados para Manaus, Rio Grande do Sul e Bahia, a bordo de navios de transporte. Um passageiro que acompanhou o embarque dos presos no navio Maranhão, narrou e publicou no jornal *A Rua* o constrangimento dos passageiros e a péssima situação em que estavam os revoltosos. Aproveitou ainda e entrevistou um “sargento antigo do Exército, casado e com seis filhos”.⁴

O passageiro disse ter ouvido daquele homem que os revoltosos haviam se lembrado “do gesto de João Cândido, que arrancara com sua audácia, em 24 horas, um projeto de anistia do Parlamento”. Percebendo que o projeto de Maurício de Lacerda não seria aprovado na Câmara, “resolveram seguir o exemplo do ‘Almirante Negro’”.

Planejaram ser os “senhores das forças de terra”, tal qual os marinheiros ocuparam parte relevante das “forças do mar”, para “impor a aprovação do projeto de Maurício [de Lacerda]” em “24 horas”. Este depoimento revelava a políticos, policiais e militares que silenciar ou deslegitimar a história da

4 A RUA. Rio de Janeiro, 30 dez. 1915.

Revolta de João Cândido seria um proveitoso caminho para evitar a influência sobre futuros movimentos sociais.

Principalmente as elites políticas desconfiavam destes levantes, apostando mais em tentativa de golpe de estado. Daí procuravam incriminar homens brancos, com algum grau de instrução e poder político e/ou econômico, capazes de contaminar as “pacíficas” e “ordeiras” massas de trabalhadores(as) com ideias “perigosas”. Num primeiro momento, não acreditavam na autonomia dos movimentos sociais organizados e disparados por grupos mais pobres de trabalhadores, sem a direção de uma liderança intelectual, orgânica ou política.

As pessoas envolvidas em revoltas eram autônomas, racionais e com experiência na observação do universo social em que vivam. Sabiam os limites do aceitável, compreendiam as desigualdades produzidas e reproduzidas diariamente pelas diferenças de classe, raça, sexo entre outras e procuravam encontrar soluções através de reivindicações negociadas no dia-a-dia, como pedir um adiantamento de salário, mudar o horário de trabalho para “fazer um bico”, xingar o patrão mesmo que o desemprego ameaçasse sua existência. No limite, quando nada mais fazia sentido, uniam-se a outras pessoas nas mesmas condições que as suas e observavam as divergências com outro grupo de pessoas, geralmente mais poderoso. Quando se conscientizavam

dos problemas em comum, poderiam virar e destruir bondes, como na Revolta da Vacina, e pegar em armas como em Canudos, Chibata ou Contestado.

Os sargentos em 1915 sabiam o que estavam fazendo, e deveriam ter muitas histórias para nos contar, não registradas pelos repórteres. Elas seriam fundamentais para entendermos que foi Lacerda quem serviu aos interesses dos sargentos, assim como José Carlos de Carvalho aos marinheiros. E não parou por aí. Surgiam seguidas referências ao líder da revolta de 1910.

Senadores, deputados, oficiais militares e jornalistas utilizaram a imprensa enquanto veículo de transmissão das suas expectativas quanto ao futuro político, econômico e social do país. Nas conjunturas de conflitos abertos na arena política do restante da Primeira República, extinta em 1930, os legados de João Cândido e da revolta de 1910 foram trazidos à baila nas folhas de jornais e revistas do país. O ícone do Almirante Negro foi elevado à referência em diferentes momentos da história republicana, por mais que alguns tentassem desqualificá-lo com termos racistas e pejorativos.

Em 1921, os militares envolveram-se detidamente na campanha eleitoral que elegeria o ocupante da presidência da República, entre 1922 e 1926. Jovens tenentes e capitães e alguns antigos oficiais estavam entrando para a história do país naquele

envolvimento. Mas as campanhas são construídas com muitos diálogos nos corredores até a escolha dos candidatos à eleição, representando a situação e a oposição. Muita vez, os primeiros nomes são postos à prova em debates recheados de retórica no Senado e na Câmara dos Deputados – no limite podem chegar aos socos e pontapés.

Num destes debates, o senador cuiabano Antônio Azeredo atacava seu colega Irineu Machado por ter ele realizado “virulentas objurgatórias” contra o marechal Hermes da Fonseca. Azeredo acusava Machado de ter defendido, no passado, que “a palavra do Almirante Negro (João Cândido) valia mais que a do marechal”... Para entendermos este ataque, importante sabermos um pouco mais destes bastidores.

O marechal era figura respeitadíssima entre os militares, além de ter sido o primeiro nome defendido pela classe para disputar a campanha presidencial. Ele abriu mão da disputa após os acordos de corredores indicarem Nilo Peçanha como candidato mais forte a representar a oposição. Porém, quem desejava seguir no grupo de Nilo Peçanha não poderia desqualificar ou ter desqualificado o marechal Hermes, que trazia o apoio de militares e trabalhadores. Esta parte do discurso de Antônio Azeredo poderia azedar a relação de Irineu Machado com os militares, enfraquecendo-o no grupo candidato a vencer a eleição.

Acusar Irineu Machado de ter realizado tal comparação, duvidando da palavra de um marechal branco, herói da Guerra do Paraguai, frente à de um marinheiro, foi uma grande estocada. Afinal, foi esse mesmo marinheiro, arvorado a “Almirante Negro”, que tornou refém o governo do recém-empossado presidente da república, o mesmo marechal Hermes da Fonseca, que em seu sétimo dia de mandato, se viu ameaçado por uma revolta de marinheiros, negros na imensa maioria.⁵

Com a derrota de Nilo Peçanha nas eleições de 1 de março de 1922, seu eleitorado formado por oficiais (tenentes e capitães principalmente), soldados, cabos e marinheiros, além de uma ampla quantidade de civis, trabalhadores e políticos das oligarquias de segunda grandeza, não aceitou os resultados das urnas. Foram esses jovens militares que iniciaram a revolta do Forte de Copacabana, em 1922, acendendo o rastilho de pólvora que a ampliou para outras partes do país, como São Paulo, em 1924. Daí também saíram os embriões da Coluna Prestes e Miguel Costa, que mantiveram-se como força armada em deslocamento constante pelo país, para derrubar os governos de Artur Bernardes e seu sucessor, o último presidente da Primeira República, o paulista Washington Luiz. O Tenentismo foi uma

5 GAZETA DE NOTÍCIAS. Rio de Janeiro, 10 dez. 1921; PRESTES, A. L. *Os militares e a reação republicana: as origens do tenentismo*. Petrópolis: Vozes, 1993; e PINTO, S. C. S. *Só para iniciados: o jogo político na antiga Capital Federal*. Rio de Janeiro: Mauad X/Faperj, 2011.

tentativa reformista de mudança e deu muita dor de cabeça às autoridades na década de 1920.

O editorial da *Gazeta de Notícias* comparou o levante dos militares do Forte de Copacabana às revoltas de João Cândido e da Vacina, acontecidas no Rio de Janeiro. Criticava veementemente os oficiais militares por não terem reconhecido o resultado das urnas. Embora reprovasse tais revoltas, entendia que a Vacina tinha sua razão, por ter sido uma afronta à “liberdade espiritual desrespeitada pela intervenção oficial do estado na discussão de um problema de terapêutica”, quando obrigou os cidadãos a vacinarem-se.

No caso “do levante de João Cândido” havia a “necessidade de repulsa à severidade de castigos excessivos. Pelo menos foi essa a desculpa apresentada pelos rebeldes.” Ele ainda tocava numa questão espinhosa e demasiadamente incômoda a oficiais da Marinha de Guerra e a diferentes formadores de opinião: a anistia. João Cândido havia “sido coroado por uma anistia tão covarde quanto nociva, concedida às pressas pelo governo”.⁶

Este assunto seria retomado numa coluna do mesmo jornal cinco anos depois, quando se discutia o que fazer para

6 TRIGÉSIMO Dia. *Gazeta de Notícias*, 5 ago. 1922. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/103730_05/6757. Acesso em: 20 jun. 2020.

terminar com a existência da Coluna. O jornalista e médico José Madeira de Freitas, sob o pseudônimo Mendes Fradique, opinou sobre uma possível anistia aos oficiais envolvidos na Coluna Prestes-Miguel Costa, na *Gazeta de Notícias* de 2 de fevereiro de 1927. Para ele, por mais que fossem oficiais, um simples decreto de anistia não “bastaria para que os anistiados se sentissem em absoluta confiança”. Afinal,

toda a gente sabe como foi cumprida e respeitada aquela famosa anistia: os anistiados conheceram a proibição do governo a bordo do *Satélite* e nas solitárias da ilha das Cobras, com cal viva para refrescar o pelo. Em suma, uma sujeira, uma vergonha a história da tal anistia.⁷

O senador Irineu Machado, mesmo assim, fez o pedido pela anistia, mas teve negada sua proposta. Em matéria não assinada, no *Correio da Manhã*, o autor reclamava virulentamente do senador pelo Sergipe, Lopes Gonçalves, por ter rejeitado a iniciativa de Machado. Lembrava também que se os tenentes da coluna estivessem na “situação do marinheiro João Cândido [com os canhões voltados para a cidade]” o “Senado já lhes teria concedido a medida”.⁸

7 REVOGAM as disposições em contrário. *Gazeta de Notícias*, 2 fev. 1927. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/103730_05/21557. Acesso em: 20 jun. 2020.

8 A COVARDIA. *Correio da Manhã*, 26 nov. 1927. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/089842_03/32823. Acesso em: 20 jun. 2020.

Em janeiro de 1928, outra crônica, novamente sem autoria definida, no mesmo jornal, enfatizava a necessidade de anistiar os envolvidos na coluna. Parece que o Clube de Engenharia fez o “apelo” ao presidente Washington Luiz, mas seus “ouvidos de granito” permaneceram moucos. Era um jornal de oposição ferrenha. E bradava que a anistia só era compreendida quando “imposta pelos revolucionários em armas, todas voltadas sobre as [...] casas [dos políticos] e sobre a mamadeira do Tesouro”. E aí expunha o exemplo de João Cândido, que conseguira a anistia em horas. Fechou seu texto lamentando o erro dos antigos rebelados do Forte de Copacabana: “esquecidos da lição do passado, deslembados do exemplo de João Cândido [...] eles não recorreram à eloquência convincente do marinheiro preto”.⁹

O Jornal O Paiz era o avesso do Correio da Manhã, quando se reportava a João Cândido, e ainda mais quando o assunto era a anistia. O jornalista Adoasto de Godoy também publicou artigo questionando a capacidade do líder da revolta de 1910. Satírico, perguntava aos leitores se lembravam-se “da revolta de João Cândido? Aquele preto boçal apoderou-se do [navio] Minas Gerais e durante dois dias dominou a

9 APELO! *Correio da Manhã*, 5 jan. 1928.

capital da República”. Após essa fala racista, afirmou que João Cândido “não sabia dar um tiro com aquelas formidáveis peças de artilharia”.¹⁰

Independente das virulentas e racistas opiniões e Godóy, companheiro de uma geração famosa de intelectuais à época, a situação havia melhorado imensamente para os marinheiros após a revolta, mas a luta havia de ser constante. Em 1928, o jornal *Diário Carioca* expunha que a revolta de João Cândido havia sido vitoriosa, mas ainda restavam sérios problemas na Marinha de Guerra. A redação do jornal aproveitou-se da efeméride dos 18 anos da revolta para publicar trechos de uma carta, enviada e assinada por “Alguns marinheiros”, reclamando de falta de pagamentos e da exploração de marinheiros presidiários: “Já vê o ‘Almirante Negro’ que nem tudo são rosas ainda na Armada”. Oficiais continuavam a desrespeitar leis e regras.

Dois anos após esta matéria, João Cândido aproveitou para traçar uma chocante definição da República brasileira aos repórteres do *Diário da Noite*. Para ele, os governos brasileiros “procuram imitar as leis americanas, inglesas e de outros países adiantados. Mas do que serve fazer leis avançadas se os atos não obedecem a essas leis?”. Pareceu cirúrgica sua resposta a

10 JOÃO Cândido. *O Paiz*, 3 mar. 1928.

refletirmos sobre todas as matérias que vimos até aqui acerca da fragilidade dos decretos de anistia, e das denúncias enviadas pelo grupo identificado por “Alguns Marinheiros”, que vimos acima.

E, nessa mesma matéria, asseverou que o regime republicano não lhe sorria enquanto sinônimo da liberdade: “Quando eu nasci, embora filho de escravos, nasci livre, por já estar em vigor a lei do ventre-livre. Mas na República, nesta República que se diz democrática, eu já fui escravo quando envergava a farda de marujo”. Foi inclusive por essa razão que não votaria nas eleições de 1930, nem havia se alistado nas juntas eleitorais para tal.¹¹ Via e rebatia o racismo estrutural livremente exposto por figuras como Adoasto de Godoy.

A bela charge do famoso cartunista paraguaio Andrés Guevara, no jornal *Diário Carioca*, em 23 de novembro de 1928, relembrando os 18 anos do movimento, revelava a importância histórica que o marinheiro assumira na imprensa. João Cândido ficaria cada vez mais pobre, mas continuaria a ser uma pedra no sapato de muita gente na agitada década de 1930...

11 NASCI..., 18 jan. 1930.

JOÃO CÂNDIDO E O INTEGRALISMO

O Estado Liberal pouco intervinha na solução de problemas sociais gritantes, como saúde, educação, proteção a trabalhadores e trabalhadoras entre outros direitos - atualmente ameaçados pelo neoliberalismo. O capitalismo e os capitalistas mostravam-se cruéis às pessoas de baixa renda pela exploração da mão-de-obra e, àquela década, pelos prejuízos gerados com o crash da Bolsa de Valores de Nova York em 1929.

O entreguerras levava a Europa a um momento mais sisudo, repleto de ideologias que apontavam para soluções econômicas, políticas e sociais mais extremadas, veiculadas em terríveis discursos de ódio. Organizações político-partidárias foram criadas ou repaginadas e difundiram estas ideologias, permitindo a ascensão do fascismo e do nazismo. A Revolução Russa, por seu turno, abriu caminho para a implementação da ideologia comunista na terra dos czares, e ampliou suas células de luta pelo mundo a partir da criação de partidos comunistas, entre eles o

Partido Comunista Brasileiro (PCB). Em resumo, a democracia, o capitalismo, os capitalistas e o Estado Liberal eram questionados pelas guerras, pobreza, desobediência a valores cristãos, crises econômicas, governos frágeis e outros malefícios sobre os cidadãos. Abria-se espaço para propostas de Estados mais extremados, que equilibrassem o tamanho das suas forças aos desejos da maioria de pretensos “legítimos” nacionais.

Na prática, entre outras medidas, estas ideologias apontavam para a criação de ditaduras capazes de garantir um mesmo governo por anos ou décadas, visto como necessário à efetivação de reformas ou revoluções políticas, ao aumento da intervenção do Estado na economia, e, no limite, à seleção dos membros da comunidade vistos como “legítimos” ou racialmente “puros”, abrindo caminho para um nacionalismo excludente e danoso a judeus, ciganos, não brancos e homossexuais.

A economia brasileira estava concentrada na agricultura e na exportação de produtos, sendo o café a principal riqueza em época. Politicamente, os governos presidenciais, o Senado e a Câmara dos Deputados Federais – que se sucederam após o golpe que derrubou a Monarquia e implementou a República – eram repletos de representantes das oligarquias locais ligadas à produção agrícola. O Brasil ainda não era um país industrializado.

O golpe de estado de 1930 deu início à Era Vargas (presidente entre 1930 e 1945) e derrubou aquele formato de Estado Liberal, vigente desde 1889, ampliando as expectativas dos que lutavam e almejavam por mudanças. Entre estas pessoas, destacamos as mais agitadas. Parte volumosa de oficiais do Exército já havia demonstrado sua força no Movimento Tenentista por toda a década de 1920. Os trabalhadores e trabalhadoras exploradas e sem direitos sociais fundamentais faziam movimentos de greve e fortaleciam os sindicatos. Os políticos cansados da hegemonia de poder das oligarquias de primeira grandeza no cenário nacional - São Paulo e Minas Gerais - desejavam mais espaço e conquistas para as demais unidades da federação. E outros grupos ideológicos também tinham propostas reformistas e revolucionárias: anarquistas, comunistas, socialistas, católicos e integralistas.

Estas pessoas engajaram-se em três associações políticas surgidas naquele processo histórico e destacaram-se nacionalmente: Aliança Integralista Brasileira (AIB), Aliança Nacional Libertadora (ANL) e Frente Negra Brasileira (FNB). As três questionavam os rumos da democracia e do liberalismo sob governos oligárquicos da Primeira República e propuseram reformas ou revoluções para o futuro da nação após o golpe de estado de 1930. Difícil era definir um caminho ideal às clivagens

políticas e ideológicas no interior destas mesmas organizações. Afinal, boa parte dos insatisfeitos com a República Oligárquica estavam em alguma delas.

A AIB, fundada em 1932, resultava de outros movimentos vividos por seus membros, e propunha uma ideologia mais à direita, através do nacionalismo verde-amarelo. O cristianismo, enquanto sentimento de união sob a fé, havia de ser forte entre homens e mulheres integralistas. Seu lema resumia bem suas propostas: “Deus, Pátria e Família”. Construiu dinâmicos canais de disseminação de suas propostas nacionalmente, e implementou uma série de rituais e condutas militarizados que deveriam ser seguidos por seus membros. Embora tenha se aproximado do fascismo italiano, suas raízes possuíam sólidas marcas no contexto brasileiro de época.

A ANL, oficialmente criada em 1935, estava mais à esquerda e surgiu justamente para combater os avanços do nazifascismo e do imperialismo no Brasil. Se os integralistas seguiam uma doutrina mais encapsulada e definida, a ANL englobava pessoas de diferentes matizes políticos, que uniram seus esforços para impedir a ascensão da AIB. Também foi uma aliança que alcançou grande quantidade de membros no país, mas aos poucos tornaram-se cada vez mais presentes os intelectuais e militares ligados ao Partido Comunista Brasileiro, como Appa-

rício Torelly, o Barão de Itararé, Adão Pereira Nunes entre vários outros. E a proposta revolucionária na ANL cresceu vertiginosamente em poucos meses.

A luta dos membros da FNB, ou fretenegrinos, não era pela tomada do poder do Estado. Estavam mais interessados na implementação de uma “Nova Abolição”, ou seja, aquela que os levaria à igualdade com os brancos pela “elevação moral” dos “homens de cor”, ampliando a lei de 13 de maio de 1888. Agiam enquanto grupo para aprimorar o conhecimento, costumes e valores das pessoas negras, derrubando qualquer barreira impeditiva de assumirem atividades profissionais bem remuneradas. A organização da FNB primava por cursos, reuniões familiares, implementação de atividades práticas, e o contínuo uso de jornais da imprensa voltada aos “homens de cor” como meio de conscientização de mudanças. Em 1936, com a força alcançada ao longo dos anos, seus principais membros a transformaram em partido político, defendendo um projeto autoritário e ultranacionalista. Esperavam capitalizar os votos da “população de cor” nas eleições.¹

Estas três históricas organizações políticas passaram pelas trajetórias de João Cândido e da memória da revolta de

1 DOMINGUES, P. Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos. *Tempo*, v. 12, n. 23, p. 100-122, 2007.

1910 ou as evitaram cabalmente. A ANL atribuiu-lhes imagens atreladas a sua própria causa, a ABI convidou e recebeu João Cândido, e a FBN desvinculou-se do legado de lutas do “Almirante Negro”. Como isto aconteceu? Não encontramos fontes informando se João Cândido lia os escritos dos comunistas Luiz Carlos Prestes e Octavio Brandão, dos integralistas Plínio Salgado e Miguel Reale, ou se chegavam a ele os jornais da imprensa negra dos frentenegrinos José Corrêa Leite e Arlindo Veiga dos Santos. Não há como saber se e como estas propostas foram absorvidas pelo líder da revolta de 1910. Mas voluntaria ou involuntariamente a revolta e seu líder foram trazidos à baila naqueles primeiros anos da década de 1930, marcados por forte agitação política no Brasil e no mundo.

A única certeza que temos é que João Cândido tornou-se integralista no núcleo Pavuna, bairro carioca fronteiriço à cidade de São João de Meriti, onde residia. Ele vestiu a farda verde da AIB, defendeu o lema Deus, Pátria e Família, marchou à frente do Palácio do Catete e gritou a saudação “Anauê” (do Tupi, “Você é meu parente”). Para as gerações posteriores pode ser no mínimo intrigante o líder de uma revolta marchar ao lado dos integralistas e não entre os membros da Aliança Nacional Libertadora, mais à esquerda, e, por ser negro, não fazer qualquer alusão aos frentenegrinos. Adiantamos ser um

grande anacronismo cobrar de João Cândido qualquer postura sem conhecer o contexto histórico e o homem que defendia a liberdade, mas também a uma ordem apreendida em anos de militarismo.

O integralismo possuía alguns significados que atraíram uma parte dos negros e negras no Brasil. Algo inimaginável se relacionamos esquematicamente o integralismo ao fascismo, e daí aos resultados que levaram à Segunda Guerra Mundial. Sem dúvidas, houve influência do fascismo sobre pensadores do integralismo no Brasil. Inclusive o governo italiano observava sua penetração entre brasileiros e parte volumosa dos imigrantes italianos no Brasil.² Mas o fascismo não foi sua única referência. Afinal, o Brasil era um país com ampla maioria de negros, pardos e mulatos. Como crescer sem a participação destes?

Para a intelligentsia branca e racista do integralismo brasileiro a miscigenação entre brancos, negros e indígenas era um caminho evolucionista na constituição de uma nova raça que eliminaria os “defeitos” das raças entendidas biologicamente enquanto “inferiores”. Como diversos outros intelectuais e cientistas de época, esta intelligentsia integralista cria na teoria

2 BERTONHA, J. F. O Brasil, os imigrantes italianos e a política externa fascista, 1922-1943. *Revista. bras. polit. int.*, v. 40, n. 2, p. 106-130, dez. 1997.

racista do branqueamento, ou seja, eles acreditavam que por uma pretensa superioridade biológica dos brancos, a miscigenação tornaria brancas todas as cores de pele de brasileiras e brasileiras em poucas décadas.³

A experiência de um dos maiores nomes do movimento negro brasileiro do século XX, Abdias do Nascimento, também pode nos ajudar a entender a filiação de João Cândido ao integralismo. Quando jovem, Abdias também engajou-se nas fileiras dos “camisas verdes”. Para ele, o integralismo foi uma rica escola da vida. Foi no integralismo que começou “a entender realmente de arte, literatura, economia, educação, defesa nacional; a realidade social, econômica e política do país e as implicações internacionais que o envolviam”. Para ele, “a juventude integralista estudava muito e com seriedade”.⁴ Mas, conforme participava dos eventos e assumia responsabilidades percebia sinais do racismo no cotidiano dos seus integrantes. Daí abandonar definitivamente o movimento em 1937.

Antes dos massacres da Segunda Guerra Mundial, intelectuais frentenegrinos também elogiaram a posição de nazistas e fascistas pela defesa e veiculação do discurso antiliberal e nacionalista. No caso das regiões que mais receberam imi-

3 CRUZ, N. R. *O integralismo e a questão racial: a intolerância como princípio*. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2004.

4 NASCIMENTO, E. L. *Abdias Nascimento*. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2014.

grantes até as vésperas daquela guerra, a chegada de estrangeiros gerava o aumento da concorrência por oportunidades de trabalho e ascensão social, assim como punha em debate o projeto de embranquecimento da população brasileira.

Um governo forte para a “pátria” deveria primeiro atender aos brasileiros frente aos estrangeiros. Para os frentegrinos alinhados ao nacionalismo fascista, sendo Arlindo Veiga dos Santos seu maior defensor, o nacionalismo unira brancos, índios e negros desde a chegada dos portugueses às Américas, em séculos de história. Estes, sim, na visão de frentenegrinos, constituíam a raça brasileira. Não precisavam de imigrantes para embranquecer a nação, como ocorria maciçamente entre fins do século XIX e primeiras décadas do XX. Daí pôr governos oligárquicos e liberais republicanos como inimigos, por suas tentativas de “arianizar”, ou seja, embranquecer a “gente negra”, trazendo influências externas e desrespeitando sua própria história.⁵

No caso de João Cândido, havia a afeição do velho marinheiro pela Marinha de Guerra. Segundo ele próprio, “entrei no integralismo, por ver a minha gente, de corpo e alma, mergulhada no casarão da rua Sachet [Quartel General dos camisas verdes]. Fiz parte da marcha sobre o [Palácio Presidencial do]

5 OLIVEIRA, A. *Quem é a “gente negra nacional”?* Frente negra brasileira e a voz da raça (1933-1937). 2006, Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas: UNICAMP, 2006.

Catete, ao lado de patentes superiores das Forças Armadas”. O integralismo, mais que o comunismo, penetrou nos navios da Armada e João Cândido preferiu estar ao lado das novas gerações de marinheiros. O convite para entrar nas fileiras foi realizado pelo próprio Plínio Salgado, que seguiu orientações de oficiais da Marinha integralistas, conscientes que trazê-lo poderia arrebatar muitos outros marinheiros para a organização.

Poderia haver outro interesse não exposto pelo próprio João Cândido ao aceitar este convite: o de ser readmitido na Marinha de Guerra, como reservista, a fim de receber uma aposentadoria. Entre agosto e setembro de 1935, o *Diário da Noite* publicou uma série de matérias sobre João Cândido, que havia mandado chamar repórteres daquele jornal para expor seu sofrimento e o da família composta por ele, sua esposa, D. Anna do Nascimento, e mais seis filhos, sendo um ainda de colo. Ele estava morrendo “à míngua” por doença e fome numa casa de sapê em São João de Meriti, deitado em cama rústica. Uma dor corria-lhe dos rins aos ossos e o impedia de trabalhar. Sempre saía da casa à meia noite para embarcar no trem com destino à Central do Brasil e ir a pé até a Praça XV onde trabalhava no desembarque de peixes, que se iniciava por volta das 3h00 da madrugada. Seu pedido era por um leito de hospital a fim de recuperar-se da enfermidade e retomar suas duras atividades

laborais. Os repórteres conseguiram ambulância e internação no Hospital São Francisco de Assis. Fizeram também uma subscrição que arrecadou quase 1 conto de réis para alimentar a família. A Casa do Bom Socorro ofereceu uma vaga em seu asilo, não pudemos saber se foi ocupada.

Esta rápida passagem pela vida privada de João Cândido nos oferece a oportunidade de levantar uma outra hipótese para sua entrada ao lado de oficiais e marinheiros nas fileiras do integralismo. João Cândido, em mais de uma oportunidade, revelava seu respeito e agradecimento à Marinha de Guerra. Sua vida mudara para melhor, conhecera o Brasil e países mundo a fora, havia deixado de ser “bisonho”, como dizia, ampliara seus conhecimentos e tornara-se figura famosíssima. Então, mesmo após ter sofrido todas as perseguições, prisão e torturas nas mãos de oficiais, por liderar a revolta de 1910, ele mantinha essa afeição pela Marinha e pelo mar. Mas a debilidade de sua saúde, 55 anos de idade à época e a penúria da família podem ter sido decisivos para ele ver um caminho pelo integralismo que lhe restaurasse o vínculo com a Armada, como marinheiro ou cabo da reserva, recebendo uma aposentadoria.

Ele passou a ter reuniões com Plínio Salgado, um líder extremamente influente nacionalmente e capaz de chegar a presidência da República pelas vias democráticas ou golpistas. E

mais, João Cândido havia sido indicado por oficiais da Marinha de Guerra e marchou ao lado deles com a camisa verde. Esta poderia ser uma excelente tática para ser readmitido na Marinha de Guerra como desejava. Anos depois revelou que havia requerido sua readmissão diretamente ao presidente Getúlio Vargas, quando ditador, mas teve seu pedido negado. A resposta foi extremamente dolorosa ao marinheiro. O pedido não era inconstitucional, mas os oficiais encarregados do processo alegaram não existirem registros dos serviços prestados à Marinha nos arquivos da instituição. Esta foi uma das suas maiores dores e tristezas, como revelou numa entrevista fornecida à Revista da Semana, em 1947.

Participar de uma organização política nacional, com maior capacidade de integrar qualquer pessoa vestida com a camisa verde, permitiu sentir a possibilidade de intervir na arena política ao lado de intelectuais, estudantes e trabalhadores em debates públicos, aproximando pessoas de cores e classes diferentes. Alguns perceberam que o racismo limitava e hierarquizava esta aproximação, como foi o caso de Abdias Nascimento, abandonando suas fileiras, e outros, como João Cândido, voltaram para suas casas frustrados por mais uma luta inglória.

Outra dor pode ter alcançado o velho marinheiro, desta vez resultante da leitura que a FNB fazia do líder da revolta

de 1910. Ele não esteve entre os grandes nomes homenageados pelos jornais ligados à frente negra. Ao primarem justamente pela integração cultural do negro ao branco, figuras mais ligadas a formas radicalizadas de luta contra a opressão, como Zumbi e João Cândido, foram pouco lembradas ou esquecidas. Havia, enfim, a proposta de uma estratégia conciliatória de combate ao “preconceito de cor”, nos quais figuras como Luiz Gama, Cruz e Souza, André Rebouças e José do Patrocínio melhor se adequavam e eram lembradas anualmente naquelas folhas.⁶

Por tudo dito até aqui, João Cândido não aproximou-se dos membros da Aliança Nacional Libertadora, entre eles alguns comunistas. Estes encontros ficariam para bem mais tarde. Com esta distância, os membros da ANL mantiveram João Cândido e a Revolta da Chibata enquanto referências positivas de luta dos trabalhadores, soldados e marinheiros contra a opressão de patrões e oficiais. A revolta, ao completar vinte e cinco anos, foi lembrada em jornais diversos mas também foi explorada por membros da ANL e do PCB. Os próprios ex-marinheiros foram visitar os túmulos dos mortos durante a revolta, e encomendaram uma missa na igreja de São Francisco de Paula, em 22 de novembro de 1935.

6 DOMINGUES, P. *A nova abolição*. São Paulo: Selo Negro, 2008.

Mas desde o ano anterior, em 1934, membros do PCB estavam trabalhando nas imagens de João Cândido e da revolta. Apparício Torelly, o Barão de Itararé, era famosíssimo por seu tirocínio e respostas rápidas e criativas, repletas de humor sarcástico. Era membro do PCB e diretor do Jornal crítico e humorístico *A Manhã*. Em 1934, fundou o Jornal do Povo, de imprensa militante de combate ao integralismo e voz do partido comunista, embora assim não se definisse. Logo no primeira número informou aos leitores que publicaria uma história da revolta de 1910 em capítulos. Apporelly e seus colegas de redação, na verdade, planejaram dividir o texto de um livro quase artesanal, possivelmente publicado em Pelotas, Rio Grande do Sul, em 1934, escrito pelo jovem comunista e recém-formado médico Adão Manuel Pereira Nunes. Com o pseudônimo Benedito Paulo, Nunes escreveu e publicou *A Revolta de João Cândido* em 1932. O autor não se dizia comunista mas seu objetivo foi o de escrever sobre a revolta para que as classes pobres e oprimidas encontrassem a sua “força”.

A luta dos pequenos contra os grandes continua e ela há de ter o seu fim. Os marinheiros e soldados, filhos do povo, sairão vitoriosos pelo determinismo da história. E além dos oficiais amigos, aos batalhões de terra, se ajuntarão, camponeses e intelectuais, sem cujo apoio toda e qualquer insubordinação nunca passará de uma

aventura de fácil esmagamento, como o que aconteceu em 1910.

A revolta dos marinheiros havia sido uma prova dessa luta esmagada pelos dominantes. Interessante notar que este jovem médico já percebera a divisão racial existente na Marinha de Guerra em outro trecho da sua obra: eram “os negros, mulatos, caboclos e brancos oprimidos a quem os republicanos acenaram com a igualdade que se revoltaram contra o espezinhamento da ala rica da raça branca”. Mas as palavras de Adão Nunes procuravam gerar a união de todos os indivíduos, independentemente da cor da pele ou da posição social, com o fim de estabelecer a revolução. No seu entender, o problema era aquele quinhão de pessoas ricas e brancas, responsáveis pela opressão sobre os trabalhadores, fossem estes civis ou militares.

Após a publicação do oitavo capítulo do folhetim, a 19 de outubro de 1934, Apparício Torelly foi sequestrado por oficiais da Marinha de Guerra encapuzados e sem fardas, que fecharam seu carro numa rua próxima a sua casa, retiraram-no do veículo e seguiram para fora da cidade. O jornalista percebeu que não eram bandidos, quando um deles ordenou que Torelly assumisse o “compromisso de retirar o *Jornal do Povo* e o folhetim sobre a revolta dos marinheiros de 1910” de circulação. Negando-se veementemente a assim proceder, seus sequestra-

dores passaram a ameaça-lo de morte, espancaram-no, cortaram seus cabelos e o deixaram “despojado de tudo que possuía, num local deserto para os lados de Jacarepaguá”.

Foi um escândalo na imprensa, mas os sequestradores nunca foram presos e condenados pelos crimes cometidos. A revolta estava viva e não seria a única intervenção de oficiais da Marinha de Guerra em jornais contra João Cândido, mas sem as violências física e moral praticadas contra o Barão de Itararé. O jornalista se sentiu desprotegido para prosseguir com a série de matérias no jornal e, com seu jeito sarcástico, pendurou em sua porta a placa “Entre sem bater”...

Um ano depois, em 1935, Adão Pereira Nunes e o próprio Apparício Torelly apareciam como filiados à ANL, embora estivessem organizando a aliança desde o ano anterior. Em abril, Pedro Mota Lima lançou o jornal porta-voz da ANL, *A Manhã*, de curta duração, que passou a publicar uma série de matérias sobre a revolta dos marinheiros, procurando trazer os militares da Marinha para o movimento ligado ao PCB.⁷ Sabiam que os oficiais estavam ligados ao integralismo e que os marinheiros os haviam seguido, inclusive João Cândido. O oficial da Marinha reformado e um dos fundadores da ANL, Roberto Henrique

7 GASPARIAN, H. *A Manhã* (verbete). Rio de Janeiro: FGV-CPDOC.

Sisson, fez uma convocação aos seus antigos colegas da Marinha e mais marinheiros para ingressarem no movimento que rebentaria contra Getúlio Vargas em alguns dias. Em discurso inflamado defendia que “o dever de toda Marinha de Guerra, de seus oficiais, de seus suboficiais, de seus marinheiros é marchar com [Luiz Carlos] Prestes para a libertação do Brasil”.⁸

Aquela convocação foi seguida de outra ação da ANL junto à Marinha. Além da ampla cobertura da revolta dos marinheiros nas folhas de *A Manhã*, um grupo fundamental entrou e trouxe a imagem de João Cândido novamente para a mira da polícia secreta. Uma nova geração de marinheiros havia surgido e envolveu-se com o Partido Comunista Brasileiro e a ANL. Assinado por um grupo de “marinheiros libertadores”, o panfleto abaixo demonstrava que aqueles oficiais sequestradores de Torelly tinham inimigos mais próximos, trabalhando diariamente nos conveses dos navios que comandavam.

VIVA 22 DE NOVENBRO!

Há 25 anos passados — em 22 de novembro de 1910 — os nossos heróicos companheiros sob a chefia do bravo João Cândido acabaram com a chibata! Aqueles super-homens sentiam já a necessidade de extinguirem os seus algozes, os algozes do povo brasileiro! E nós, os

8 A GRANDE data dos marinheiros do Brasil. *A Manhã*, 22 nov. 1935; e COUTINHO, A. Roberto Sisson (verbete). Rio de Janeiro: FGV-CPDOC.

atuais marinheiros revolucionários, honrando as tradições democráticas do nosso povo, não descansaremos um só minuto enquanto não for implantado neste Brasil dos Imperialistas estrangeiros (sic) e seus lacaios nacionais, o verdadeiro GOVERNO DOS EXPLORADOS E OPRIMIDOS!...[...] MARINHEIROS DO BRASIL!!! [...] Somos irmãos do povo e com eles devemos lutar ombro a ombro para derrubarmos o governo reacionário e cambaleante de Getúlio.[...] Só uma meia dúzia de parasitas têm direito a tudo, nós não temos direito a nada, os nossos tyranos (sic) ainda nos trazem acorrentados, vivemos debaixo da mais negra opressão! [...] COMPANHEIROS, nós somos os movimentadores dos navios, canhões, metralhadoras, fuzis e de uma infinidade de máquinas, portanto, façamos valer os nossos direitos e arrebentaremos todos os grilhões com as próprias armas que a burguesia nos confiou! AVANTE COMPANHEIROS!!! [...] 22 de Novembro é o nosso dia, é o dia da brava maruja brasileira! Nada de vacilações! Façamos uma UNIÃO FÉRREA com os nossos irmãos também explorados e oprimidos como nós — os operários, camponeses, soldados, estudantes e intelectuais sinceros e lutemos pela instauração do único governo que nos assegurará as mais amplas liberdades e nos dará: PÃO E TERRA — O GOVERNO POPULAR NACIONAL REVOLUCIONÁRIO com o nosso querido e heróico LUIZ CARLOS PRESTES à frente! ABAIXO O INTEGRALISMO, POLÍTICA DE FOME, GUERRA E REVOLUÇÃO!!!

VIVA OS NOSSOS COMBATIVOS COMPA-
NHEIROS DE 1910!..

VIVA 22 DE NOVENBRO!!!

VIVA A REVOLUÇÃO NACIONAL LIBERTA-
DORA!!!

“UM GRUPO DE MARINHEIROS LIBERTA-
DORES”⁹

Essa convocação foi distribuída nas ruas à véspera do que ficou conhecido na historiografia por Revolta Comunista de 1935. No dia 23 de novembro daquele ano o levante aconteceu em Natal. Na cidade do Rio de Janeiro, Capital Federal da República, ela estourou no dia 27 de novembro. Os “marinheiros libertadores” deveriam estar muito bem informados do plano de ação tramado pelos membros da Aliança Nacional Libertadora. O panfleto foi distribuído em alguns pontos do Rio de Janeiro no interregno entre as batalhas nas cidades de Natal e Rio de Janeiro, e procurava seduzir e arregimentar o maior número possível de marinheiros para o combate, que ocorreria dois dias depois.

Pode-se tirar pelo menos três conclusões através desse panfleto. A primeira é que a história da Revolta dos Marinheiros de 1910 já não era somente uma “triste” lembrança para os oficiais da Marinha de Guerra – tudo leva a crer que a esco-

9 DOPS. “Panfleto”, 228 (Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro) (grifo itálico nosso).

lha do dia para o levante não foi mera coincidência. A revolta se transformara num símbolo de luta atualíssimo para a época por ter extinguido a chibata e exposto os algozes da Marinha de Guerra. O “bravo” João Cândido também aparece como o líder à frente de outros companheiros. Assim, João Cândido e a revolta tornam-se símbolos, peças de uma memória coletiva que podia arregimentar forças de, pelo menos, um segmento social importante em qualquer tentativa de revolução armada: marinheiros e soldados das Forças Armadas. A segunda conclusão é decorrente da primeira, ou seja, os membros da Aliança Nacional Libertadora estavam interessados na participação dos marinheiros nos planos de uma revolução. E, por último, que possivelmente havia marinheiros filiados a organizações político-partidárias revolucionárias, participando de reuniões e começando a ter uma visão dos problemas do país contrária àquelas ouvidas dos oficiais a bordo.

Esses marujos estavam lendo o farto material produzido pelos membros do PCB, como o livro *A revolta de João Cândido*, de Adão Pereira Nunes, nas páginas do *Jornal do Povo* dirigido por Apparício Torelly. Assim, de uma parte e da outra havia interesses em jogo, uma possível coalizão de forças em formação. De um lado marinheiros animados com a causa e, de outro, membros da ANL necessitando de mão armada treinada.

A história da revolta de 1910 tornara-se símbolo de uma causa.

Após os eventos da Revolta Comunista, o governo Vargas endureceu e começou a aumentar seu poder até instaurar o golpe de 10 de novembro de 1937, que instalou a ditadura e o período conhecido por Estado Novo. Getúlio Vargas e seus apoiadores fecharam o Congresso Nacional, outorgaram nova constituição que pregava o estabelecimento de um Estado Forte e tutor da sociedade civil, afora a censura à imprensa. Era realmente perigoso falar de oposição, e movimentos que puseram o Estado em situação claudicante. O poder estava sem limites e o governo ditatorial poderia bater forte em quem tentasse opor-se a ele. Falar em João Cândido e na Revolta dos Marinheiros de 1910 tornou-se muito perigoso.

O ato terrorista contra Apparício Torelly também serviu como censura à imprensa, antes mesmo do golpe de 1937. Não havia garantias a repórteres, colunistas e editores dos jornais de que suas vidas estariam em segurança caso seu texto incomodasse a alguém do governo. Se Torelly, mesmo antes das sanções ditatoriais do Estado Novo, foi sequestrado, ameaçado e humilhado, por certo as garantias estavam imensamente reduzidas sob a ditadura Vargas. Publicar uma matéria relatando ou homenageando o marinheiro neste período seria um grande risco para o autor do texto, mas também recairia sobre o editor, por ter

autorizado a publicação, e mesmo para a existência do jornal, que poderia ser fechado pelo próprio governo.

O único que tentou foi o jornalista, integralista, antisemita, membro da Academia Brasileira de Letras e diretor do Museu Histórico Nacional, Gustavo Barroso. Desejava ele contar aos leitores do jornal *A Manhã*, em 31 de agosto de 1943, como ele havia sido contratado pelo *Jornal do Commercio* “graças a uma revolta da Esquadra e a um Almirante Negro”. Importante frisar que o jornal *A Manhã*, nesta época, já respondia a outro conselho editorial, bem distante da ANL e do PCB. Foi neste *A Manhã*, agora órgão oficial do Estado Novo de Vargas,¹⁰ que Barroso cometeu o erro de publicar uma parte de suas memórias, inapropriada na visão de oficias da Marinha de Guerra.

O título da longa matéria estava em letras bem destacadas: “O ALMIRANTE NEGRO”. O texto narra suas aventuras na primeira experiência jornalística circulando pelas ruas da cidade em busca de informações para o jornal em que trabalhava. Anos mais tarde, deu maiores detalhes dos bastidores ao seu colega R. Magalhães Jr. Barroso explicou que, na ocasião, foi convocado pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) para se explicar. O major Amílcar Dutra de Menezes, na

10 A ERA Vargas: dos anos 20 a 1945. Diretrizes do Estado Novo (1937-1945). *A Manhã* (verbete). *FGV CPDOC*.

verdade, tinha um recado direto do “Ministro da Marinha, almirante Guilhen” para o autor do artigo no *A Manhã*. O prenderia caso “voltasse ao assunto, exigindo ainda uma retratação” pelo atrevimento. Ele não fez a retratação mas não pôde prosseguir. Barroso foi um dos maiores historiadores dos famosos oficiais da Marinha, marchara ao lado de oficiais da Marinha no auge do integralismo, e mesmo assim teve de calar-se ante à ditadura.

Enquanto isso, as questões do velho marinheiro eram outras. Esteve muito doente e precisava retornar à luta para sobreviver com sua família. E sofreu bastante com o drama de ter perdido uma das filhas. Ela ateou fogo às vestes, como asseveraram os jornais de época, amargurada pelo fim de um relacionamento amoroso. A masculinidade hegemônica de época também era extremamente perversa com as mulheres, e o fato dela ter a coragem de tirar a própria vida poderia ter outros elementos não procurados pelos repórteres.

Encontrei também situações como a que envolveu-se numa briga de vizinhos, mas que não expunha seus feitos de 1910. Ele e a mulher tentaram acudir a uma vizinha idosa, doente e desempregada, que estava sendo agredida pelo senhorio que a cobrava por alugueis atrasados. João Cândido e Anna Nascimento foram recebidos a golpes de barra de ferro, e ficaram seriamente feridos. A esposa chegou a necessitar de internação

no hospital Carlos Chagas. João Cândido, o Almirante Negro”, líder da revolta só retornou às páginas de notícias com o fim da ditadura Vargas, e as garantias proclamadas na constituição de 1946.¹¹

11 ALMEIDA, S. C. P. Do marinheiro João Cândido ao Almirante Negro: conflitos memoriais na construção do herói de uma revolta centenária. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 31, n. 61, p. 61-84, 2011.

DA “REVOLTA DE JOÃO CÂNDIDO” À “REVOLTA DA CHIBATA”

Edmar Morel, o maior biógrafo de João Cândido, teve contato com a história da revolta às vésperas de tentar a vida na imprensa carioca. Quando embarcava para o Rio de Janeiro encontrou uma matéria sobre a internação de João Cândido, no Hospital São Francisco de Assis. Sua indignação acerca da perseguição à história do ex-marinheiro foi ampliada quando Apparício Torelly sofreu aquele ato terrorista, e se perguntou, “um herói da ralé não poderia ter história? [...] Que espantinho era João Cândido [...] para causar tanto pavor?”

Morel passou a investigar o caso, ler velhas edições de jornais, entrevistar pessoas e contatar o próprio João Cândido. Após mais de 20 anos, A Revolta da Chibata foi lançada, em 1958. Em pouco tempo, ao se referirem ao movimento de 1910, autores de matérias jornalísticas passaram a denominá-lo a Revolta da Chibata, e muito pouco empregavam o antigo

termo, a Revolta de João Cândido. O livro alcançou grande sucesso.

Embora estivesse juntando suas fontes, Morel tinha o trabalho regular na imprensa e outros projetos de publicação que foram encaminhados para o prelo antes de A Revolta da Chibata. Publicou sete livros entre 1939 e 1953, sendo três sobre personalidades como o marcante Padre Cícero Romão Batista, o aviador português Gago Coutinho, o jangadeiro e abolicionista negro Francisco José do Nascimento, o Dragão do Mar. Além disto, falar de João Cândido durante o período Vargas realmente era perigoso.

Com o fim do Estado Novo, em outubro de 1945, e a promulgação da nova constituição, em setembro de 1946, o país retornava à democracia. O artigo 141, § 5º, foi comemorado por garantir a liberdade de pensamento, a publicação de livros e periódicos sem a licença do poder público e os direitos de manifestação. Não era tolerada, mesmo assim, “propaganda de guerra, de processos violentos para subverter a ordem política e social, ou de preconceitos de raça ou de classe”. Aquelas trágicas experiências de Apparício Torelly e Gustavo Barroso não poderiam mais ser toleradas.

Com a constituição decretada, no aniversário da revolta, em 23 de novembro de 1946, uma coluna do Correio da Manhã narrava livremente a revolta em todas as suas fases.

Retomava o velho debate sobre a anistia, criticando o desrespeito à mesma, e voltou a utilizar o título de “almirante” para nomear João Cândido. É uma coluna com maior destaque e trazia uma foto do marinheiro ainda mais envelhecido, agora com 66 anos.¹

Três anos após o golpe que derrubou Getúlio Vargas, Raimundo Magalhães Jr reinaugurou os debates apimentados entre jornalistas e oficiais da Marinha de Guerra – poder ter sido este debate, inclusive, o empurrãozinho final para que Morel priorizasse a escrita do seu mais famoso livro. Em letras garrafais, à primeira página do *Diário de Notícias*, lá estava a manchete: “João Cândido, nas memórias de Afrânio Peixoto”² – artigo mais que apropriado para testar os limites da democracia no que tange à liberdade de pensamento.

Afonso Pena Jr. foi indicado para ocupar a cadeira de Afrânio Peixoto na Academia Brasileira de Letras, a famosa Casa de Machado de Assis e o maior cenáculo brasileiro até os dias atuais. Quando morre um membro, seu sucessor deve ser recepcionado por um acadêmico, a quem compete proferir um discurso citando o escritor falecido. Foi Alceu do Amoroso Lima (também conhecido pelo pseudônimo Tristão de Ataíde) quem recepcionou Afonso Pena Jr. O discurso trazia um elemento que

1 SOB o comando do marinheiro João Cândido. *Correio da Manhã*, 23 nov. 1946.

2 JOÃO Cândido, nas memórias de Afrânio Peixoto. *Diário de Notícias*, 17 ago. 1948.

provocaria os debates no Diário de Notícias, entre o jornalista Raimundo Magalhães Jr e o comandante da Marinha Luiz Autran Alencastro Graça.

Amoroso Lima selecionou um trecho das memórias de Afrânio Peixoto. Narrava o regresso do falecido escritor da sua primeira viagem a Europa. Mas as boas-vindas à cidade do Rio de Janeiro não saíram como de praxe. Pelo contrário, foi uma verdadeira aventura para Afrânio Peixoto, que desembarcou “nos dias da revolta de João Cândido; a cidade em pânico pela possibilidade de bombardeio. João Cândido, um “homem rude deixou-se embair pelas falas oficiais. Poupano o Rio e entregou-se de boa fé ao governo”. Mas a repressão chegou, e ele “foi mais tarde enclausurado num dos cubículos da Ilha das Cobras pelo Comandante Marques dos Reis, perecendo todos os seus dezesesseis companheiros, apenas resistindo ele João Cândido, porque Deus sabe depois de que lutas pela vida conseguiu, sobre um montão de cadáveres” sobreviver.³

Era sobre este assunto que Magalhães Jr passou a discorrer na coluna do Diário de Notícias. Tal comentário num artigo de primeira página já despertaria o debate, um duelo no qual as armas seriam as letras. O cenáculo era o lugar de culto e defesa da

3 LIMA, A. A. Discurso de recepção a Afrânio Peixoto. *Academia Brasileira de Letras*. [S.l.: s.n., s.d.].

língua, das obras imortais e de seus autores. Não poderia a proeza de João Cândido, contada com afinidade num discurso, ser lembrada numa das salas do Petit Trianon, para toda a elite intelectual e política reunida na recepção do mais novo imortal. Lá estavam embaixadores da Espanha e Peru, o deputado e ex-presidente Arthur Bernardes, Affonso Arinos de Melo e Franco representando o estado de Minas Gerais e outras personalidades.

Magalhães Jr fechava seu provocativo artigo num elogio ao velho marinheiro, que contava 68 anos naquele momento: “Talvez João Cândido não saiba que muita gente em grande toilette, casacas, fardões, smokings lhe ouviu o nome por três vezes, sábado último, na Academia. Nem talvez lhe interesse saber. É um homem que cumpriu sua missão. E pode tranquilo descarregar seu peixe”. O nome do Almirante Negro finalmente estava registrado nos anais dos discursos da Academia Brasileira de Letras, e aquela luxuosa plateia ouviu que o imortal Afrânio Peixoto reconhecia a injustiça praticada por oficiais da Marinha de Guerra para com o velho marinheiro, que descarregava peixes e caranguejos na Praça XV...

O comandante Luiz Alencastro Graça, contemporâneo daqueles dias de novembro e dezembro de 1910, sentiu o golpe e partiu para “revidar [os] ataques à Marinha” no mesmo Diário de Notícias. Ora, para ele, Magalhães Jr “pre-

tendia emprestar ao ex-marinheiro dotes que não merecia”, por ser o velho marinheiro “um indivíduo vulgar”. Alencastro Graça demonstrava claramente sua irritação pelo fato de o nome de João Cândido ter sido pronunciado na Academia Brasileira de Letras. Seis meses antes, lembrava ele, o mesmo ocorrera numa outra casa de imortais, ainda mais antiga que a Academia Brasileira de Letras, referindo-se ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). Na comemoração do centenário de nascimento do deputado José Carlos de Carvalho - que levou o manifesto dos marinheiros ao então presidente Hermes da Fonseca - também o nome de João Cândido havia sido pronunciado.

No restante da coluna, Alencastro Graça procurava justificar as ações dos oficiais que comandavam a Marinha de Guerra à época da revolta, perdoando-os por lançarem mão dos castigos corporais. Atacava ainda a imprensa, por tornar ele e seus colegas “alvo[s] de terríveis demolições da crítica jornalística”. E se o “infeliz [João Cândido]” havia de receber o título de herói, melhor que tal fosse registrado nos “anais da criminologia”, distante dos anais da História.⁴

Raimundo Magalhães Jr. respondeu ao comandante Alencastro Graça dias depois. E ele foi cirúrgico em sua fala,

4 O EX-ALMIRANTE João Cândido entre os imortais. *Diário de Notícias*, 05 set. 1948.

rebatendo cada posição do oficial, negando qualquer atrito com a Marinha de Guerra por parte da imprensa. Afinal, relembrar a revolta de 1910 não era sinônimo de ataque à marinha. E mais, “querer proibir que se discuta esse assunto é querer que se escreva a história parcialmente, de um lado só”. Raimundo Magalhães Jr aproveitou ainda para lembrar o quanto Gustavo Barroso havia sido ameaçado por oficiais da Marinha ao publicar o artigo no jornal *A Manhã*, em 1942.⁵

O ponto mais provocativo do texto, Magalhães Jr deixou para o fim. Ele publicou: “Quero tão somente dizer que João Cândido tem um lugar na nossa História. O nome de muitos almirantes, vice-almirantes e oficiais superiores desaparecerá. E o desse negro que descarrega balaio de peixe no cais Pharoux ficará.”

Numa entrevista feita décadas depois, Raimundo Magalhães Jr afirmava que “Houve ameaças, telefonemas de que havia um grupo de oficiais que iam lá com a chibata, iam me dar uma surra, mas não passou disso. Que queriam me dar uma surra, queriam, não é?”.⁶ A experiência de Apparício Torelly, como vimos, corroborava tal temor.

5 JOÃO Cândido e a chibata na Marinha. *Diário de Notícias*, 9 set. 1948.

6 MAGALHÃES JUNIOR, R. Raimundo Magalhães (depoimento, 1979). Rio de Janeiro: CPDOC/Fundação Getúlio Vargas (FGV), (1h 0min), 2018.

Alencastro Graça ainda publicaria mais um extenso artigo em resposta a Magalhães Jr, batendo na mesma tecla: defesa da Marinha, e proibição de João Cândido ser elevado a herói nacional. Ele se posicionava como um gladiador que, com seu escudo, defenderia a honra e a glória da Marinha de qualquer ameaça. Também desembainharia sua espada contra qualquer pessoa que pusesse um “Zé da Ilha”, tomado pelos “vícios da pederastia e alcoolismo” no lugar dos almirantes Tamandaré e Barroso.⁷

Não há relatos de pederastia ou alcoolismo na trajetória de João Cândido. Possivelmente, Alencastro Graça desejava acionar a homofobia e o moralismo dos leitores, incitando-os a rejeitarem qualquer proposta de João Cândido figurar como parte da História do Brasil ou de ocupar lugar de herói nacional, reservado aos almirantes da Marinha de Guerra. Alencastro Graça transformou sua caneta em canhão para atacar aqueles que “ora teimam em rememorar” aquela catástrofe, num momento de “práticas e doutrinas dissolventes”. Estaria ele pronto para defender a Marinha e combater até alcançar a “radical eliminação de cultos malditos”. E assim terminou o debate entre estes dois contendores.

7 JOÃO Cândido e a Marinha. *Diário de Notícias*, 26 set. 1948.

Quando João Cândido retornou a ser debatido por intelectuais e oficiais da Marinha, parte dos marinheiros passou novamente a avizinhar-se de políticos da Câmara dos Deputados e do Senado, em novembro de 1948, para reclamar dos ineficientes reajustes salariais aprovados pelas casas legislativas e aprovado pelo executivo, o presidente Eurico Gaspar Dutra. Se os “cultos malditos” denunciados por Alencastro Graça fossem o comunismo ou o socialismo, seus temores novamente retornariam à baila pouco mais de um mês após a publicação da sua tréplica a Magalhães Jr.

Após uma primeira incursão dos marinheiros na Câmara, o ministro da Marinha solicitou aos comandantes das unidades que avisassem a marinheiros, fuzileiros navais e sargentos para afastarem-se da política. Qualquer “manifestação pública” de militares era uma transgressão ao Regulamento Disciplinar para a Armada. O aviso, porém, não foi plenamente acolhido pelos marinheiros... Foram ao Senado.

Um grupo de marinheiros, no dia 22 de novembro de 1948, exatos 38 anos da revolta de 1910, compareceu na casa dos senadores para protestar e solicitar mudanças. Segundo a matéria do *Jornal do Commercio*, encontravam-se ali também “diversos elementos comunistas” infiltrados, que estavam distribuindo “grande quantidade de volantes entre os marinheiros, com fins

subversivos, exaltando [...] o marujo João Cândido, chefe da revolta de 1910”. Estes elementos eram marinheiros reformados, homens do trabalho portuário e a jornalista e comunista Maria da Graça Dutra, da Folha do Povo.

Foram enviados soldados do Corpo de Fuzileiros Navais que entraram em “atrito” com os “manifestantes”, resultando em prisões de marinheiros e ferimentos. A partir daí a Marinha de Guerra entrou em estado de “prontidão”.⁸ Havia três anos que o país saía de uma longa ditadura, na qual direitos foram suspensos e a imprensa tornou-se refém de um departamento de censura moral e política das piores possíveis. Os comunistas já haviam participado de manifestação igual a esta na vésperas da tentativa de uma revolução comunista em novembro de 1935, como vimos, e não há como negar a participação dos marinheiros ao evento.

O comunicado do ministro da Marinha publicado pelo jornal procurava silenciar esta participação, reduzindo-os à “massa de manobra” utilizada por “pessoal extremista”. Ora, militares das camadas mais baixas da hierarquia militar faziam política muito antes de o próprio Partido Comunista Brasileiro ser fundado no Brasil em 1922. Foi assim em 1910, quando mari-

8 TENTATIVA de perturbação da ordem. *Jornal do Commercio*, 25 nov. 1948.

nheiros possivelmente rondaram a Câmara para pedir aumento de salários, e o mesmo se repetiu com Maurício de Lacerda, no caso dos sargentos. Quando os membros do PCB se aproximaram, os marinheiros sabiam muito bem o que desejavam. Eles não eram uma folha em branco a ser escrita por qualquer um que lhes trouxessem ideias; a práxis era fundamental.

Em 38 anos (1910 a 1948), vimos quatro movimentos envolvendo militares: a revolta de 1910, a sublevação dos sargentos em 1915, a movimentação junto a ANL, de 1935, e esta última, de 1948. Como veremos, esta não foi a última vez que veríamos marinheiros a fazer política nas ruas. E em todas elas João Cândido fora citado ou compareceu e participou das atividades.

Enquanto Edmar Morel escrevia seu livro, outras manifestações ou comparações com João Cândido surgiram. E o momento político era extremamente delicado. O PCB havia sido posto na ilegalidade, em 1947. Vargas voltara à presidência da República em 1950, eleito democraticamente, mas enfraqueceu-se politicamente durante sua gestão, levando-o ao suicídio em 1954. O país foi abalado de ponta a ponta. Café Filho, o vice-presidente, assumiu o cargo no lugar do falecido Getúlio Vargas. Mas as novas eleições foram ameaçadas por um grupo de golpistas ligado à União Democrática Nacional (UDN), que desejava implantar um governo sem eleição.

Café Filho desejava seguir a constituição, mas adoeceu e deixou o cargo para o presidente da Câmara, o deputado federal Carlos Luz, como previa a constituição. Este era simpático ao golpe da UDN, que impediria uma nova eleição. Sabiam que a chapa opositora, encabeçada por de Juscelino Kubitschek, era uma forte concorrente.

Após uma série de artimanhas políticas que vinham fortalecendo a UDN e a possibilidade de um golpe, entrou em cena o general Henrique Teixeira Lott, que havia sido ministro da Guerra. Antecipou-se aos udenistas e deu um “golpe preventivo”, em 11 de novembro de 1955, enviando militares para ocuparem as ruas, órgãos de imprensa e prédios públicos. Derrubado Carlos Luz, assumiu a presidência o senador Nereu Ramos, presidente do Senado Federal, como também previa a constituição, que manteve-se no governo até a posse de Juscelino Kubitschek, vitorioso que foi no pleito de 1955.

O deputado federal Aliomar Baleeiro pelo estado da Bahia, pertencente à UDN, publicou em 18 de novembro de 1955, um artigo no Diário de Notícias procurando mostrar que general Lott havia praticado um levante, injustificável quando comparado ao do ex-marinheiro João Cândido, que defenderia seus colegas dos castigos corporais. Irritado com o golpe preventivo de Lott, Baleeiro o acusava de “rebelde” e delinquente.

No momento em que o herói [marechal Lott] ganha missa festiva [...] não é fora de propósito recordar outras gloriosas figuras de rebeliões, como João Cândido, que se não fosse preto e pobre, teria também os ditirambos de quantos louvaram atos da mesma natureza.⁹

Afinal, ele derrubou o presidente Carlos Luz com um golpe militar, que, temeroso, refugiou-se no navio Tamandaré, da Marinha de Guerra, com outros oficiais militares, Carlos Lacerda (que abandonara o comunismo e tornara-se liberal ligado ao capital internacional), ministros e mais pessoas. O navio tomou rumo para Santos e, na saída da baía da Guanabara, quase foram alvejados pelas fortalezas, sob as ordens de Lott.

Se compararmos os responsáveis pelos dois bombardeios, perceberemos que Lott deu um golpe de estado e ainda mandou bombardear quem exercia a presidência da república, crimes realmente imensos à constituição, que não seria menor que a de outros golpistas embarcados no Tamandaré. Mas todos estes personagens pertenciam às elites, eram brancos, não foram julgados, condenados e nem precisaram ser anistiados. O bombardeio de 1910, porém, foi comandado sob as ordens de um marinheiro “preto e pobre” que, como vimos, teve desrespeitado

9 JOÃO Cândido, herói mais esperto. *Diário de Notícias*, 18 nov. 1955 (grifo nosso).

seu próprio direito à anistia. As leis, como já havia refletido João Cândido, não são cumpridas igualmente para todos.

Observando sua pobreza, repórteres do jornal *Mundo Ilustrado*, em novembro de 1956, foram a sua humilde casa em Vila Rosali, e perguntaram se João Cândido estava arrependido do que havia feito, haja vista sua pobreza e o árduo trabalho aos 76 anos, respondeu com firmeza a pergunta, dizendo que “nunca” se arrependeu e “faria outra vez”.

Sou um homem sem instrução, mas que lê. Nos jornais só se fala em liberdade, humanidade e outras coisas nobres. Por que lutei? Não foi justamente para isso? Não me arrependo, e tenho o meu ato como a coisa mais decente que já fiz na vida. Lutei contra os maus tratos dado aos marinheiros, e fiz sem ódios pois nunca fui punido.

Não havia sido a primeira vez que havia respondido a esta pergunta nos 46 anos que o afastavam de 1910, mas a resposta era sempre a mesma. Após tantos solavancos em sua história de vida, na qual obteve protagonismo poucas vezes alcançados por homens negros na política nacional, esse mesmo homem estava num lugar inimaginável aos olhos de repórteres e outros comentaristas da imprensa. Como este ícone poderia estar pobre, trabalhando arduamente descarregando peixe ou fazendo bicos vendendo como ambulante nas proximidades do

mercado, e morando com a família tão distante do centro nervoso da política nacional?

Foi justamente neste momento difícil que veio a público *A Revolta da Chibata*. O autor levantou imensa pesquisa até chegar ao resultado final. Suas principais fontes foram os jornais, livros de memórias, o processo criminal da revolta, o relatório da viagem dos extraditados para o Acre, entrevistou pessoas e o próprio João Cândido por diversas vezes. Embora não fosse um historiador acadêmico, Morel produziu uma “história vista de baixo” conjugada ao seu compromisso biográfico com o “herói da ralé”. Revelou histórias de mais um homem comum e extraordinário, como fizeram historiadores representantes da História Social britânica como Edward Thompson e Eric Hobsbawm ou da micro-história italiana, a exemplo de obras de Carlo Ginzburg.¹⁰

Na noite de lançamento, João Cândido também autografava o livro publicado pela editora Irmãos Pongetti, pois também se sentia autor da obra, como em parte o era. Afinal,

contei tudo a Edmar Morel que escreveu *A revolta da Chibata* [...] que é a minha história verdadeira. É claro que tem muita coisa que não me agrada, inclusive os torpes insultos do comandante Luiz Autran de Alen-

10 ALMEIDA, 2011.

castro Graça, do escritor Coaracy. Tudo suporrei calado.
Agora desabafei.¹¹

Como esperado, oficiais da Marinha se posicionaram e o almirante Oliveira Bello foi o escolhido para redigir um tipo de resposta oficial da Marinha. Nada muito distante do dito por outros oficiais no passado em relação à figura do Almirante Negro: “criatura imperfeita, por complexos originais [...] individualidade destituída de propriedade e fibras para reagir, lutar e vencer, como realmente veio provando durante a longa existência de frustrações e conformidades”.¹² Mais uma tentativa infundada e preconceituosa de uma figura que estava ficando para a história e muito pouco poderia ser feito para reverter esta situação.

A partir daí, todos teriam acesso a uma primeira obra ricamente desenvolvida. Certamente, o livro de Adão Pereira Nunes foi uma primeira experiência, destituída, porém, da profundidade de pesquisa de Morel, e carregada pela propaganda do partido comunista. Embora Edmar Morel tenha sido da Aliança Nacional Libertadora, estando mais próximo aos comunistas, seu texto fora criado para registrar a história do herói da rale, e finalmente vinha a público.

11 A UM passo da eternidade o negro que violentou a história do Brasil. *Revista da Semana*, 27 dez. 1958.

12 BELLO, L. A. O. Versão oficial. In: MOREL, E. *A revolta da chibata*. 4. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

A repercussão foi imediata chegando convites para que João Cândido visitasse seu estado e cidade natal, onde diversas homenagens foram oferecidas. João Cândido, enfim, começava a ter o reconhecimento e a popularidade por ele esperada. E as reações eram diversas. Numa homenagem à Marinha de Guerra, em dezembro de 1959, um ano após lançamento do livro escrito por Edmar Morel, o deputado federal gaúcho Paulo Mincarone pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT) encerrou os discursos naquela oportunidade, onde estavam presentes o ministro daquela força armada e diversos oficiais. Até aquele momento tudo transcorria muito bem, mas Mincarone lembrou a revolta e chamou o ex-marinheiro de “Almirante Negro, apresentando-o como vítima de injustiças da armada, por se haver rebelado contra o regime da chibata”. Foi o bastante para o ministro levantar-se e ameaçar ausentar-se da Câmara após aquele “grave incidente”. Restou ao ministro Armando Falcão e ao presidente da câmara dos Deputados amenizar a situação, calando o orador.

Na sua visita ao Rio Grande do Sul, viajou de avião, convidado pelo governador do estado à época, Leonel de Moura Brizola. Cumpriu intensa agenda em Porto Alegre e Encruzilhada do Sul, município onde nascera e já emancipado de Rio Pardo. O próprio governador foi recepciona-lo no aeroporto,

mas um problema atrasou o voo, e o governador deixou um representante. Recebeu do mesmo governo uma módica pensão que o ajudou a cobrir pequena parte dos seus custos até sua morte.¹³ Ele não conseguia mais trabalhar na descarga de peixes no mercado da Praça XV. Estava com 79 anos de idade, e possivelmente essa pensão recebida o encorajou a parar no dia em completou “40 anos” de serviço.¹⁴ O pequeno provento não cobria os custos da família, e os filhos trabalhadores procuravam auxiliar o pai no que podiam.¹⁵

13 JOÃO Cândido recebe homenagens no R.G.S. *Diário da Noite*, 25 set. 1959.

14 Entrevista de João Cândido ao Museu da Imagem e do Som (1968).

15 CHEGADA de postes foi última das vitórias de João Cândido. *Jornal do Brasil*, 9 dez. 1969.

“REVOLTA DE MARINHEIRO SÓ DÁ CERTO NO MAR”¹

João Cândido estava vivo e mais conhecido. A limitação de suas forças físicas o havia impedido de exercer seu ofício, mas sua imagem ainda despertava interesse, era um ícone exemplar de luta para os marinheiros. Eles ainda o procuravam, e agora cada vez mais incessantemente. Entre 25 de março e 1 de abril de 1962, jovens marinheiros na ativa criaram e aprovaram o estatuto da Associação de Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil (AMFNB). Instituição que, em pouquíssimo tempo, ramificou-se em diversas embarcações e fortalezas espalhadas pelos mares e território do Brasil. Procuravam, enfim, unificar a luta “em torno dos seus problemas”.

Não se havia encontrado organização de praças tão grandiosa no Brasil até aquele momento. Eram conhecidas e aceitas as de oficiais militares, como o Club Naval e o Clube

1 MOREL, 1986, p. 255.

Militar, nas quais discutia-se a política nacional e até possibilidades de intervenção em governos ao longo do século XX. Os clubes de sargentos e subtenentes possuíam caráter recreativo em seus primórdios, no meado do século XX, e foram abrindo espaço para debates e incursões políticas ao longo dos anos, principalmente na década de 1960.² A AMFNB, por seu turno, se não foi a primeira, certamente tornou-se a maior em números de associados nacionalmente, com propostas mais ousadas de apoio a marinheiros e fuzileiros navais, encorajando o debate político. Alguns deles foram além e dialogaram com partidos de esquerda, como o PCB.

Nos estatutos figuravam finalidades como prestar assistências “social, cultural, desportiva, educacional a Marinheiros e Fuzileiros Navais, associados, e, assistência geral a seus familiares”. Percebiam problemas como a falta de amparo e informações aos recrutas provenientes de outras cidades, a ausência de cursos regulares para melhorar a formação escolar da marujada, incomodavam-se com a obrigatoriedade do uso de uniformes ao sair dos quartéis, reclamavam da péssima alimentação, da perseguição de oficiais e da humilhante obrigação de pedirem autorização dos oficiais para contrair matrimô-

2 ZIMMERMANN, L. J. Sargentos de 1964: como a disciplina superou a política. 2013. Dissertação (Mestrado em História) - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2013.

nio. Embora, tais reivindicações exigissem negociações com o Ministério da Marinha, os estatutos da AMFNB apresentavam finalidades mais recreativas e sociais que políticas.

Nos seus estatutos, contudo, figuravam objetivos políticos entendendo a “democracia e [a] liberdade [como] fundamentais dentro da AMFNB, sem distinção de graduação, raça e nível cultural”. As lideranças dos marinheiros demonstravam-se conscientes das desigualdades constituídas pelas diferenças raciais, hierárquicas e educacionais no Brasil, e não as queria reproduzir no interior da associação. A referência à democracia é significativa por a defenderem internamente, embora não tivessem o direito ao voto com o fim de eleger representantes dos Poderes Executivo e Legislativo. Pelo conjunto de suas iniciativas e propostas, a AMFNB passou a influenciar a formação de associações junto às demais armas militares e auxiliares.

As demandas geradas pelos conflitos ideológicos da Guerra Fria, os processos de independência de países africanos, as revoluções chinesa e cubana, a luta pelos direitos sociais por negros norte-americanos, que marcaram o momento político daqueles dois anos (1962/64), preocuparam os chefes militares, que buscavam evitar a ameaça de uma quebra da hierarquia militar. Cada vez mais aqueles marinheiros demonstravam estar conscientes do lugar que ocupavam na História, revelavam

a todos a disposição de conquistar espaço de atuação política enquanto cidadãos e desejavam ampliar direitos sociais e civis bastante comprometidos pela rigidez do serviço militar praticado na Armada até então.

Neste processo, procuraram o velho marinheiro João Cândido. O homenagearam e o ampararam em algumas oportunidades, por ter sido o mais importante líder jamais antes visto entre a marujada. João Cândido foi convidado para a reunião de aniversário de dois anos da AMFNB, no Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro, no bairro de São Cristóvão. Festa transformada em ato político com a participação de diversas personagens politicamente engajadas. Havia inclusive a possibilidade da participação do presidente João Goulart, que enviou o deputado Max da Costa Santos para representá-lo. A presença do velho marinheiro foi o “elo simbólico e real entre as duas gerações de marujos, sem contar ainda o mal estar que seu nome causava na oficialidade”. Como afirmou um jovem marinheiro envolvido nos acontecimentos, “Era a Revolta da Chibata na versão dos anos 60”.³ O movimento foi suspenso com promessa de anistia, mas nada segura.

3 CAPITANI, A. B. *A rebelião dos marinheiros*. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1997, p. 53.

Dias depois, como sabemos, chefes militares que comandaram o golpe militar de 31 de março de 1964 trataram de sufocar a AMFNB, perseguindo suas principais lideranças, as desligando da Armada e retirando-lhes a possibilidade de construir e seguir a carreira que tanto desejaram. Por motivos políticos e não por outra questão, foram injustamente desligados dos seus respectivos postos de trabalho. Tudo o que fora conquistado até ali se perdera sob o poder das leis draconianas provenientes da ditadura civil militar. João Cândido os avisara - “Revolta de marinheiro só dá certo no mar”.

A assembleia foi a última atividade pública de João Cândido antes da morte. Ele ainda foi convidado pelo Museu da Imagem e do Som para realizar um depoimento para a posteridade, estando presentes, entre outros, o historiador Hélio Silva, o representante da casa Ricardo Cravo Albim e o filho de João Cândido, Adalberto Cândido. A entrevista foi cercada de muita tensão devido à perseguição implacável das forças secretas e repressivas da ditadura civil-militar.

Havia uma expectativa por parte dos membros do museu, que tinham uma visão pré-concebida de João Cândido como indivíduo mais ligado à esquerda, baseados na sua atuação em defesa dos direitos humanos. Mas, no desenrolar da entrevista, quando João Cândido narrou que o golpe de 1964

havia sido algo necessário, percebe-se o momento de embaraço e decepção por parte dos entrevistadores.⁴

João Cândido não deveria ser classificado ou rotulado ideologicamente à esquerda ou à direita. Havia uma expectativa pelo tamanho e motivação do movimento por parte dos seus críticos e apoiadores. Ele desconhecia em profundidade os grandes teóricos das ideologias disponíveis, como o comunismo e o liberalismo. Das agremiações políticas parece-nos que frequentou somente as reuniões realizadas na Aliança Integralista Brasileira, à convite de Plínio Salgado. Os comunistas parecem não tê-lo convidado ou faltou interesse por parte do próprio João Cândido. Ele não esboçou se confiava em alguma ideologia, mas deixou bem claro em qual tipo de governo acreditava.

A forma de governar o Estado estava diretamente atrelada a sua visão de mundo, construída nas experiências dos quinze anos da Marinha de Guerra. Para ele, sem ordem não havia liberdade. Ordem esta pouco explicada por ele, mas presente em seus atos. Confiava que os militares poderiam dar uma direção, impor mesmo uma ordem. A obediência à hierarquia permitiria, na sua visão, a manutenção de uma disciplina, de uma ordem necessária ao cumprimento de objetivos previamente tra-

4 ARIAS NETO, J. M. *João Cândido 1910-1968: arqueologia de um depoimento sobre a Revolta dos Marinheiros*. S.l.: s.d.

çados. E ele já experimentara este sentimento de dever cumprido várias vezes em Canudos, no Acre, na revolta da Armada, na Revolta da Chibata e nas diversas viagens realizadas. Havia planejamento bem definido, dedicação para cumprimento correto das funções, apresentação de metas humanamente possíveis de alcançar, cuidados pessoais e do fardamento, e a postura convincente daquele que manda e de quem obedece. Com isso, se governava.

O militarismo, em sua visão, funcionava ainda como um agente transformador desde que o indivíduo fosse devidamente instruído e treinado. Ele mesmo dizia que havia entrado “bisonho” para a Marinha aos 14 anos: “toda luz que me iluminou, que me ilumina, graças a Deus, foi adquirida, posso dizer, na Marinha”.⁵ Esta visão de mundo se aproxima do positivismo e do integralismo. Mas não deve ser tomado de forma mecânica.

Caso o sistema parasse de corresponder às expectativas, gerando humilhações, tratamento desumano, barbárie e tirania, os injustiçados teriam todo o direito de reivindicar amigavelmente e a elevar o tom da voz ou, no limite, a voltar os canhões contra uma cidade. Enfim, ele sabia que as relações entre militares não eram perfeitas, e se a ditadura militar era

5 Entrevista MIS.

uma fase do evolucionismo, como desejavam os positivistas, ela não garantiria a perfeição. Tanto que, como vimos, apontava ser inútil aprovar belas leis e não cumpri-las, a exemplo de oficiais que excediam o regulamento disciplinar no uso da chibata e desrespeitavam o direito à anistia. O militarismo era o modelo desejado mas com acertos constantes a se fazer.

Quando do golpe de 1964, entendeu João Cândido que aquele era “um movimento de salvação pública [...] por que eles estão trabalhando [...] se não fizerem tudo farão o que puderem”, disse ele em 1968. Era a primeira vez que acompanhava uma ditadura encabeçada por militares. Acreditou que os militares trariam a ordem necessária para o povo gozar da liberdade devida a todos e todas, com alimentação, dignidade, segurança, educação etc. Talvez, tenha se cansado de tantos vais-e-vens políticos, com cinco golpes de estado (1889, 1930, 1937, 1945, 1964) e mais cinco tentativas frustradas de golpe pela tomada do poder (1922, 1935, 1938, 1954, 1961).

Quis acreditar nos militares. Mas não estava mais vivo para assistir as denúncias pelos crimes de tortura e assassinato praticados por militares para impor a tal ordem. Não observou em vida que a experiência da ditadura, comandada por generais do Exército, durante 20 anos, utilizaria quartéis e militares para agir contra civis, e atentaria contra os direitos humanos, tal qual

comandantes da Marinha retalharam as costas de Marcelino José Rodrigues com 385 pancadas de chibata em 1910...

Novamente a lei foi desrespeitada.....

João Cândido morreu sem ver esta dramática situação a 06 de dezembro de 1969, aos 89 anos, no Hospital Getúlio Vargas, deixando a esposa, filhos e netos.

O LEGADO DA REVOLTA NA DITADURA CIVIL-MILITAR

Em 10 de outubro de 1979, o jornalista Wladimir Pomar, à época, um militante do Partido Comunista do Brasil, com longa atividade de resistência à ditadura civil-militar, enviou correspondência ao padre Bernardo Strik, que estava em Utrech, Holanda. Pomar foi preso político entre 1974 e 1979, e passou à liberdade meses antes de enviar a correspondência. Em papel timbrado do Centro de Intercâmbio De Pesquisas e Estudos Econômicos e Sociais – CIPES, discorria ele sobre as formas de luta que estavam empreendendo na instituição através de cursos, livrinhos, palestras, com “forma” acessível “ao nível do pessoal”.

Em anexo enviava a “resenha” do livro do jornalista Edmar Morel, *A Revolta da Chibata*, da qual esperava que Strik conseguisse fundos para publica-la. Pedia que fosse num formato de “história em quadrinhos ou outro tipo de publicação”,

numa forma “de levar ao conhecimento do povo fatos de sua história.” E perguntava: “Vocês acham que vale a pena? Aceitariam financiar essa publicação?” e despedia-se do amigo.

O ano de 1979 prometia mudanças políticas importantes. O Decreto-Lei n. 6683, mais conhecido por Lei da Anistia, ampla geral e irrestrita permitiu o fim do exílio a diversas autoridades políticas, artísticas e intelectuais, que haviam sido perseguidas pelo regime autoritário, e voltaram a atuar e a defender seus ideais, como Pomar. Mas a lei de anistia inocentou indivíduos que torturavam e assassinavam detidos em interrogatórios, manteve cem presos políticos nos presídios, e não incluiu militares desligados, expulsos ou perseguidos por discordarem do golpe civil-militar. Para muitos historiadores, a lei de anistia foi, na verdade, “parcial, limitada e restrita”. E também não garantiu o fim das ações terroristas dos militares mais fervorosos, que puseram bombas na Ordem dos Advogados do Brasil (matando uma secretária), bancas de jornais, e no Riocentro, em 30 de abril de 1981, num grande show em comemoração ao Dia do Trabalho. Milhares deveriam ter morrido caso o artefato não explodisse acidentalmente no carro onde estavam um sargento e um capitão do Exército.

Em 1979 também ocorreu o lançamento da terceira edição do livro de Edmar Morel, em 24 de novembro daquele

ano, numa livraria de Ipanema. A segunda edição, de 1962, sumiu das livrarias com o golpe de 1964, que derrubou o presidente João Goulart. Estes 17 anos entre uma edição e outra tinham uma explicação óbvia: Edmar Morel perdeu seus direitos políticos e o emprego na ocasião do golpe de 1964, enquanto o editor retirou os exemplares das livrarias temendo represálias.

Pomar deve ter lido a edição de 1962. Livre da condenação e com a aprovação da lei de anistia, deve ter se sentido mais confiante para redigir a resenha do livro e pedir a seu colega a construção de uma história da revolta dos marinheiros de 1910. Ela havia de chegar a um público mais amplo, os trabalhadores, o povo, enfim, para que conhecessem sua própria história. Algo fundamental, no entender de Pomar e seus colegas do CIPES, para uma saída em relação à ditadura civil-militar.

A carta, pelo visto, antes de chegar ao destinatário, foi aberta e todo material “xerocado”. As cópias do envelope com a data da postagem e selos, páginas da resenha e a carta chegaram ao Ministro da Justiça, Petrônio Portella, em 12 de dezembro de 1979, por ordem do ministro-chefe do temido Serviço Nacional de Informações, SNI, o general Golbery do Couto e Silva.

O secreto do SNI constatou, em relatório, que o livro “A REVOLTA DA CHIBATA” [era] um documento de versão comunista sobre a Marinha Brasileira e de conteúdo deturpado e

distorcido”. Disse ainda que a resenha procurava “consolidar no público-leitor - principalmente nos marinheiros - que a força é o único instrumento capaz de resolver problemas sociais”.

O secreto, sempre anônimo, tocava no ponto nevrálgico que marcou a perseguição à memória de João Cândido: ele e seus camaradas de luta haviam contestado, enfrentado violenta e diretamente o poder do Estado. Enfim, fizeram o governante do Estado, o presidente da República Marechal Hermes da Fonseca, à época, ouvir à força as reivindicações da marujada: o risco de canhões extremamente poderosos destruírem a Capital Federal da República era iminente.

A marujada não tinha direito ao voto. Ao lado de analfabetos, mulheres, mendigos, religiosos de ordens monásticas e homens menores de 21 anos, os marinheiros formavam a imensa massa de pessoas – mais de 90% da população brasileira – que não poderia agir politicamente, enfim, exercer a cidadania política. Homens brancos decidiram e puseram na constituição que eram eles, em maioria absoluta, ao lado de alguns pouquíssimos negros, os responsáveis pelo ato de fazer política, e decidir o que era certo ou errado para quem não tinha o mesmo direito.

Apelar às justiças civil ou militar contra a tortura dos castigos corporais, no entanto, parece não ter sido pensada por marinheiros, individual ou coletivamente. As garantias de que se

tornasse um caso famoso, que poria as instituições disciplinares e os disciplinadores da Marinha de Guerra no banco dos réus, eram frágeis.

Mesmo que chegassem a instâncias superiores. Os marinheiros sabiam que os doze juízes militares e três civis, que vestiam as togas do Supremo Tribunal Militar, atuariam mais para assegurar “privilégios e distinções” a essa oficialidade, “que seriam mantidas ao longo da República”. As revoltas, a exemplo da marujada russa, eram mais eficientes e garantidas.¹

Em termos de impacto, esta revolta também foi imensa. Foram poucas que ameaçaram o Estado, tornando-o refém. A de 1910 tinha poder bélico e aproximadamente 2000 marinheiros treinados para condução daquelas armas de guerra apontadas contra o centro do poder brasileiro.

Não foi à toa que o agente secreto do SNI, em 1979, constatou, na resenha de Wladimir Pomar, a tentativa de disseminar que “a força [era] o único instrumento capaz de resolver problemas sociais”. E se esta “força” partia justamente das Forças Armadas, responsável por combater qualquer ameaça, interna ou externa, ao exercício do governo do Estado e à soberania nacional, o quadro se tornava alarmante, incontrolável e extremamente

1 SOUZA, A. B.; SILVA, A. M. D. A organização da justiça militar no Brasil: Império e República. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 29, n. 58, p. 361-380, jul. 2016.

perigoso para a administração do país, na visão do agente. E ele sabia muito bem que seria ouvido por seus superiores: o general Golbery do Couto e Silva enviou ao ministro da justiça. Se os militares não gostaram nada daquilo, civis que apoiaram os militares também preocupavam-se: queriam manter-se no poder e garantir seus privilégios sobre uma população de trabalhadores ordeiros e silenciados.

A quarta edição do livro de Edmar Morel, em 1979, um ano após o fim da ditadura civil-militar, trazia novo prefácio e um imenso posfácio. daquelas últimas páginas nos é possível criar uma verdadeira tese, tamanha a quantidade de informações acerca das homenagens e perseguições a João Cândido e à história da Revolta da Chibata após o fim da ditadura. Seu autor procurou retomar o impacto que aquela obra gerou após seu lançamento.

A repercussão foi incrível. E ela entrava nos livros didáticos de História para estudantes dos Ensinos Fundamental e Médio, ao lado de outros movimentos sociais envolvendo pessoas pobres, sertanejos, pequenos lavradores, trabalhadores urbanos e militares de baixa patente envolvidos nas revoltas de Canudos (1897), Vacina (1904) e Contestado (1912).

Falta uma pesquisa mais sistematizada sobre o retorno ou permanência de temas como revoltas populares nos livros didáticos, entre 1964 e 1990. Foi o livro de Francisco Alencar,

Lúcia Carpi Ramalho e Marcus Venício Toledo Ribeiro, *História da Sociedade Brasileira*, de 1979, que trouxe novamente A Revolta da Chibata a estudantes do Ensino Médio.

De lá aos dias atuais, a Revolta e João Cândido estão nos livros didáticos de qualquer escola, exceção feita a raros compêndios da Educação Básica, tamanha a relevância que o tema traz a tona quando pensamos nos caminhos da expansão da democracia, em direitos humanos e no desenvolvimento do senso crítico de estudantes.

E ela está indo além destas metas mais comuns ao professor da Educação Básica. A revolta e a figura de João Cândido são temas sensíveis que podem ser trabalhados “numa perspectiva problematizadora da violência” entre crianças e adolescentes das escolas, por exemplo.²

Diversas pesquisas acadêmicas surgiram no Brasil e exterior, resultando na publicação de livros e textos também em francês e inglês.³ Meu livro sobre a revolta foi publicado em 2008, e mais recentemente, em 2016, uma belíssima edição ampliada da Revolta da Chibata foi organizada pelo neto de Edmar Morel, o historiador Marco Morel.

2 SILVA, L. C. *Ensino de história e direito humanos: a revolta da chibata como um tema sensível para além da sala de aula*. 2019. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2019.

3 ALMEIDA, S. C. P. “Nous, marins, citoyens brésiliens et républicains”: identités, modernité et mémoire de la révolte des matelots de 1910. 2009. Tese (Doutorado em História) – École des Hautes Études en Sciences Sociales, Paris, 2009.

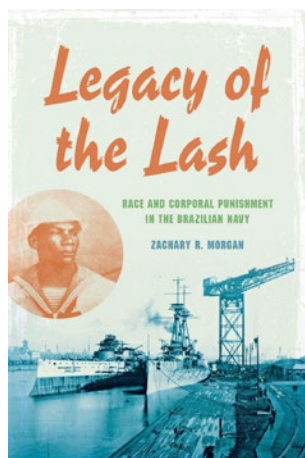


Figura 7 – Tese de doutorado

Fonte: Foto do autor

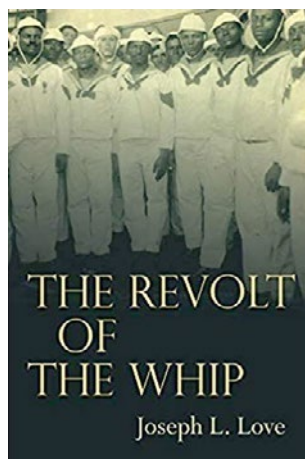


Figura 8 – Livro acadêmico

Fonte: Foto do autor



Figura 9 – Primeira biografia de João Cândido

Fonte: Foto do autor

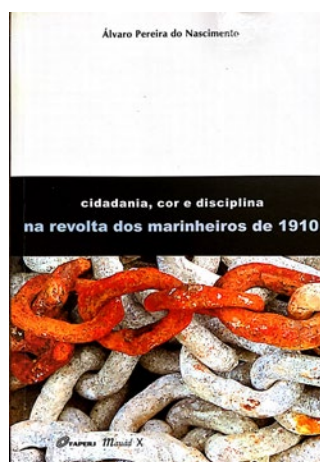


Figura 10 – Tese de doutorado

Fonte: Foto do autor

Também encontramos ele em coleções de revistas populares como a *Rebeldes Brasileiros* da revista *Caros Ami-*

gos, onde João Cândido dividia o número com Delmiro Gouveia. Outro exemplo foi a capa da saudosa por vibrante, popular e séria que era a Revista de História da Biblioteca Nacional, reservando João Cândido como tema central daquela edição. Estes são alguns exemplos de materiais surgidos nos últimos vinte anos.

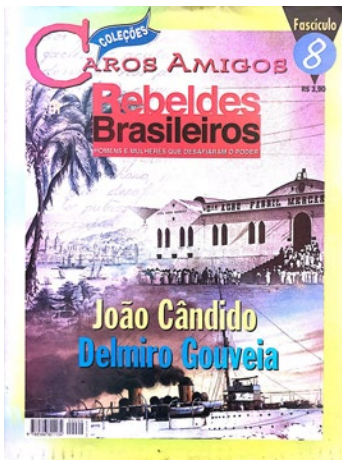


Figura 11 – Revista popular
Fonte: Foto do autor



Figura 12 – Revista popular
Fonte: Foto do autor

A interceptação do agente secreto em 1979 tinha uma razão de ser: daqueles dias de novembro e dezembro de 1910 até os dias atuais ela é lembrada e redimensionada a cada passagem do tempo. O próprio projeto de Pomar, espionado pelo SNI, tornou-se realidade e está nas livrarias. O trabalho de Hemeterio e Olinto Gadelha causam grande impacto visual na história em quadrinhos em preto & branco, voltada para adoles-

centes e adultos. A Escola Olodum, diretamente ligada e defensora de uma educação interétnica com financiamento da Fundação Palmares, publicou outra história em quadrinhos exclusiva para crianças, com ilustração e diálogo de Maurício Pestana. Finalmente, outra história em quadrinhos voltada para crianças, publicado por Stela Caputo, com ilustrações de Vitor Cardoso.



Figura 13 – HQ jovem e adulto
Fonte: Foto do autor



Figura 14 – HQ infantil
Fonte: Foto do autor



Figura 15 – HQ infantil
Fonte: Foto do autor



Figura 16 – Livro infantil
Fonte: Foto do autor

Com a correta avaliação política e da história, seu líder foi taxativo quanto a isso. Quando entrevistado por Hélio Silva e Ricardo Cravo Albim em 1968, afirmou: “Cheguei aqui no Rio de Janeiro sozinho, a 5 de dezembro de 1895. Hoje estou com uma família consolidada de mais de 80 pessoas. Quero dizer que daqui para o ano 2000 e para adiante ainda vai ter João Cândido”.

O MONUMENTO DA PRAÇA XV E A “NOVA” ANISTIA

João Cândido foi anistiado duas vezes. A primeira anistia foi tramitada e concedida aos marinheiros em menos de 48 horas, sob a ameaça dos canhões voltados contra a então Capital Federal da República, naqueles dias de novembro de 1910. O projeto de anistia da senadora Marina Silva precisou de negociações diversas ao longo de sete anos pelos gabinetes, corredores e tribunas do Senado, onde ele nasceu. Depois foi enviado, discutido e aprovado na Câmara dos Deputados e, finalmente, assinado no palácio presidencial. No dia 13 de maio de 2008, enfim, a Câmara de Deputados publicou no Diário Oficial a Lei Ordinária n. 11.756/2008 com o seguinte teor:

Art. 1º. É concedida anistia post mortem a João Cândido Felisberto, líder da chamada Revolta da Chibata, e aos demais participantes do movimento, com o objetivo

de restaurar o que lhes foi assegurado pelo Decreto no 2.280, de 25 de novembro de 1910.¹

Embora bastante comemorada, esta lei ordinária escondia uma mudança fundamental para os herdeiros daqueles marinheiros de 1910: retirou um dos parágrafos constantes no projeto de Marina Silva, aprovado pelo Senado, seis anos antes, em 2002, como pode ser visto no projeto abaixo:

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. É concedida anistia *post mortem* a João Cândido Felisberto, líder da chamada Revolta da Chibata, e aos demais participantes do movimento.

Parágrafo único. A anistia de que trata o caput produzirá todos os seus efeitos, inclusive em relação às promoções a que teriam direito os anistiados se tivessem permanecido em serviço ativo, bem como em relação ao benefício da pensão por morte. (grifo nosso)

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação. Senado Federal, em 30 de agosto de 2002.

De projeto em projeto saiu a Lei Ordinária, da qual destacam-se duas questões. Em primeiro lugar, o Senado Federal propôs o que não deveria ser proposto: um membro daquela casa, o senador Ruy Barbosa, 98 anos antes, havia redigido um

1 BRASIL. *Lei Ordinária 11.756, de 23 de julho de 2008. Concede anistia post mortem a João Cândido Felisberto, líder da chamada Revolta da Chibata, e aos demais participantes do movimento.* Brasília: Câmara dos Deputados, 2008.

projeto, pugnado e convencido seus colegas que a anistia a João Cândido e aos demais marinheiros era o melhor caminho para pôr fim à Revolta da Chibata, em 1910. Eles foram anistiados naquela ocasião. Enfim, por que duas anistias, com quase cem anos de distância, para fazer valer uma? Talvez seja o único caso na história do Senado desde seus primórdios no século XIX.

A segunda questão refere-se a uma emenda no projeto original de Marina Silva. Retirava algo de suma importância aos descendentes daqueles marinheiros de 1910: o “Parágrafo Único”. Este readmitia João Cândido e seus colegas na Marinha, com as respectivas patentes que viriam a alcançar caso o projeto de anistia de 1910 fosse respeitado. Ou seja, marinheiros, cabos e sargentos envolvidos em 1910 seriam readmitidos como oficiais em 2008, e todos os salários devidos nestes noventa e oito anos deveriam ser pagos a herdeiros e herdeiras. Com as correções monetárias, o governo haveria de pagar aproximadamente R\$1 bilhão. A equipe econômica do governo presidente Luís Inácio Lula da Silva, então, inviabilizou o pagamento pelo impacto nas contas públicas.

O texto final aprovado, mesmo assim, abriu precedente para solicitar judicialmente reparação econômica junto ao governo: “o objetivo de restaurar o que lhes [marinheiros e descendentes] foi assegurado” mantém o direito de exigir reparação

econômica.² O problema é saber quantas famílias possuem verba para pagamento de custas judiciais entre outros gastos. A própria família do líder da revolta parece não ter entrado com ação junto a Comissão Nacional pela Anistia do Ministério da Justiça.

Aqueles marinheiros defenderam a democracia e os direitos humanos. O mesmo governo em 2008 projetava gastar aproximadamente R\$2,4 bilhões com os que tiveram direito à Lei de Anistia Ampla Geral e Irrestrita, de 1979. Difícil comparar a brutalidade das duas realidades históricas e os prejuízos para cada uma das pessoas e seus familiares. Mas se os perseguidos pela ditadura civil-militar, entre os/as quais sobressaem intelectuais, políticos, artistas, jornalistas e funcionários públicos, por suas formações e carreiras, possuem maior facilidade de acessar à justiça, o mesmo não é esperado das famílias dos marinheiros de 1910, descendentes de homens negros e pobres. A retirada do parágrafo tinha esta intenção?...

Para além destas duas questões, a Lei Ordinária permitiu que finalmente o monumento a João Cândido fosse instalado no local desejado por seus idealizadores. A história deste monumento é um capítulo a parte. Os ex-marinheiros da antiga AMFNB, que estavam sendo anistiados (eles também não se

2 PARAGUASSÚ, L. Lula sanciona lei que anistia líder da Revolta da Chibata. *O Estado de São Paulo*, 24 jul. 2008; LÍDER da Revolta da Chibata é anistiado. *Tribuna da Imprensa*, 25 jul. 2008.

beneficiaram pela lei de anistia, mas por processos na justiça comum) desejavam homenagear mais um vez o líder. Já haviam feito isso quando vivo, entre 1962 e 1964, mas queriam repetir o feito através de uma estátua, um monumento. Procuraram o então prefeito Cesar Maia que, à época espalhava alguns belas esculturas pelas ruas da Zona Sul do Rio de Janeiro. Chegou a aprovar o pedido do então vereador negro Edson Santos para realizar a obra, emitindo um projeto de lei (n.º 1.982) em 2 de junho de 1993, mas não chegou a termo.

Após intenso movimento durante os anos 1990 e 2000, os ex-marinheiros de 1964 já haviam fundando a UMNA (União dos Militares Não Anistiados) e o MODAC (Movimento Democrático pela Anistia e Cidadania), duas associações em busca de reparações pela expulsão e desligamento forçado na Marinha de Guerra por conta do movimento no Sindicato dos Metalúrgicos. Junto a estas reivindicações mantiveram a pressão para que o monumento a João Cândido fosse construído e erigido na Praça XV. Dialogaram com empresas, artistas, fizeram reuniões com representantes de outros prefeitos posteriores a Cesar Maia, cobrando pelo monumento, mas as respostas eram pífias.

O apoio finalmente veio da Petrobrás e a obra do artista plástico Walter Brito ficou pronta. No entanto, ficaram impedidos de pôr a obra no local desejado. Durante alguns

anos ela repousou nos jardins do Palácio do Catete. Com a Lei Ordinária, que novamente anistiou João Cândido e os demais marinheiros de 1910, o monumento foi levado para o lugar mais desejado: a Praça XV. Somente ela eliminou as resistências que impediam sua localização em frente ao mar e ao lado do complexo militar naval da Ilha das Cobras.

Para marcar as comemorações do Dia da Consciência Negra, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva reinaugura hoje a estátua em homenagem ao Almirante Negro, que finalmente foi instalada em frente à Estação das Barcas, na Praça 15, no centro do Rio. A obra estava pronta há seis anos, mas só depois da anistia póstuma ao ex-marinheiro, assinada por Lula há 4 meses, a Marinha concordou com a transferência dela para o centro. Diante da Baía de Guanabara - palco da revolta de 1910, que pôs fim aos castigos corporais nos navios de guerra -, a estátua ficará perto do 1.º Distrito Naval. Mesmo assim, a Força não mudou sua opinião sobre o homenageado. Para a Marinha, João Cândido não pode ser herói. Projeto do ministro-chefe da Secretaria de Promoção da Igualdade Racial, Edson Santos, de 1993, a homenagem a João Cândido só saiu do papel em 2002, quando, como deputado, ele conseguiu recursos da Petrobras para custear a obra do artista plástico Walter Brito. À época, o prefeito Cesar Maia (DEM) não autorizou a instalação da estátua na Praça 15, porque a Marinha não concordara. A estátua ficou num canto do jardim do Palácio do Catete, onde funciona o Museu da República.

Hoje, a obra resiste a depredações que muitos monumentos cariocas sofrem cotidianamente. Mas sua posição ali tem mais que uma simples peça colocada para homenagear figuras ilustres. Naquelas “pedras pisadas do cais”, que mantêm um João Cândido altivo e poderoso, reúne também as bases de esperança de garantias por direitos humanos, igualdade de oportunidades e respeito às diferenças raciais, gênero, sexo, idade, origem, classe e limitações sensoriais e locomoção.

DESPEDIDA E HOMENAGEM A DOIS NEGROS: JOÃO E SEVERINO

O vice-almirante Oliveira Bello, em 1960, demonstrava um verdadeiro ódio a toda esta história. Dizia ele que “nem [João Cândido] nem a sua vida interessam mais à Marinha, nem mesmo à sociedade, nem à Pátria; hoje ele é um canastrão nesse mundo extravagante”.¹

Mas, por linhas tortas e incompreensíveis, o tempo procura assentar os pingos sobre os “is”. Nem sempre agrada aos vivos e o mesmo vale para os mortos. No caso destes dois homens do mar, o tempo pôs intelectuais, pesquisadores e militantes nos caminhos de João Cândido que o mantiveram vivo e presente em diversos monumentos, nomes de ruas, escolas e centros culturais. Passados cinquenta anos da sua morte, João Cândido foi indicado para ser inscrito no livro dos Heróis e

1 BELLO, 1986, p. 294.

Heroínas da Pátria², tornou-se um Mestre-Sala dos Mares nas engenhosas estrofes de João Bosco e Aldir Blanc e tem seu nome cada vez mais lembrado na imprensa.

Quanto às frases virulentas do nada Bello oficial... bom, estas o tempo tratou de desmascará-las à luz da historiografia. Afinal, não é qualquer almirante que pode ser o Almirante Negro, e poucos sambam como um Mestre-Sala dos Mares.

Obrigado, Severino Benedicto do Nascimento (1917-1995), por ter me apresentado a João Cândido. Minha professora de História não ensinou nada sobre o legado do Almirante Negro para minha turma na Escola Municipal Figueiredo Pimentel, em Turiaçu, subúrbio do Rio de Janeiro – sabe-se lá o temor que aquela senhora tinha da repressão do governo militar. Imagino que você tenha aprendido sobre ele nas páginas de A revolta da Chibata, em algum momento dos seus vinte anos no Partido Comunista Brasileiro. Mas sua vida também era a de um homem negro, pobre e nordestino nos serviços dos portos e depois mestre a bordo dos navios da Marinha Mercante. Hoje é comum pais negros e brancos ensinarem a seus filhos negros e brancos sobre o “negro que violentou a História”. Mas você fez

2 No momento que escrevo esta obra, corre no Senado Federal projeto de lei do senador Lindbergh Farias, aberto neste ano de 2018, no intuito de inscrevê-lo no livro. Cf. BRASIL. Senado Federal. *Projeto de Lei do Senado, de 2018*. Inscreve o nome de João Cândido Felisberto no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria. Brasília: Senado Federal, 2008.

isso lá atrás, quando quase ninguém fazia, mesmo sob a covarde atuação de criminosos torturadores.



Figura 17 – O autor e seu pai
Fonte: Arquivo de família

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, W. *O jogo da dissimulação: abolição e cidadania negra no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

ALMEIDA, S. C. P. “Nous, marins, citoyens brésiliens et républicains”: identités, modernité et mémoire de la révolte des matelots de 1910. 2009. Tese (Doutorado em História) – École des Hautes Études en Sciences Sociales, Paris, 2009.

_____. A modernização do material e do pessoal da Marinha nas vésperas da revolta dos marujos de 1910. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 45, jun. 2010. Disponível em www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-.... Acesso em: 15 jun. 2020.

_____. Do marinheiro João Cândido ao Almirante Negro: conflitos memoriais na construção do herói de uma revolta centenária. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 31, n. 61, p. 61-84, 2011.

_____. Corpo, saúde e alimentação na Marinha de Guerra brasileira no período pós-abolição, 1890-1910. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 19, supl., p. 15-33, dez. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/hcsm/v19s1/02.pdf>. Acesso em: 28 mar. 2018.

ANDREWS, G. R. Negros e brancos em São Paulo (1888-1988). Bauru: Edusc, 1998.

ARIAS NETO, J. M. A revolta da armada de 1893: um “fato” construído. In: OLIVEIRA, C. H. S.; PRADO, M. L. C.; JANOTTI, M. L. (orgs.). *A história na política, a política na história*. São Paulo: Alameda, 2006.

_____. *João Cândido 1910-1968: arqueologia de um depoimento sobre a Revolta dos Marinheiros*. S.l: s.d. Disponível em: <http://www.uel.br/pessoal/jneto/arqtxt/JoaoCandido1910-1968.pdf>. Acesso em: 19 jan. 2020.

AVRICH, P. *Kronstadt, 1921*. Princeton: Princeton University Press, 1970.

AZEVEDO, C. M. M. *Onda negra, medo branco*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

BARBOSA, M. (org.). *João Cândido, o almirante negro*. Rio de Janeiro: Gryphus/Museu da Imagem e do Som, 1999.

BATALHA, C. H. M. Sociedades de trabalhadores no Rio de Janeiro: algumas reflexões em torno da formação da classe operária. *Cadernos AEL*, Campinas, v. 6, n. 10/11, 1999.

BEATTIE, P. Confliting penile codes: modern masculinity and sodomy in the Brazilian military, 1860-1916. In: BALDERSTON, D.; GUY, D. J. *Sex and gender in Latin American*. Nova York: New York University Press, 1997.

BELLO, L. A. O. Versão oficial. In: MOREL, E. *A revolta da chibata*. 4. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

BERTONHA, J. F. O Brasil, os imigrantes italianos e a política externa fascista, 1922-1943. *Revista. bras. polít. int.*, v. 40, n. 2, p. 106-130, dez. 1997.

BETHENCOURT, F. *Racismos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

BRASIL. Ministério da Marinha (Manuel José Alves Barbosa). *Relatório do Ministro da Marinha*. Rio de Janeiro: Imprensa Naval, 1897.

_____. Ministério da Marinha (Alexandrino Faria de Alencar). *Relatório do Ministro da Marinha*. Rio de Janeiro: Imprensa Naval, 1907.

_____. Ministério da Marinha (Almirante José Marques Baptista de Leão). *Relatório do Ministro da Marinha*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1911.

_____. *Lei Ordinária 11756, de 23 de julho de 2008*. Concede anistia post mortem a João Cândido Felisberto, líder da chamada Revolta da Chibata, e aos demais participantes do movimento. Brasília: Câmara dos Deputados, 2008. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2008/lei-11756-23-julho-2008-578494-norma-pl.html>. Acesso em: 20 jun. 2020.

_____. Senado Federal. *Projeto de Lei do Senado, de 2018*. Inscreve o nome de João Cândido Felisberto no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria. Brasília: Senado Federal, 2008. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=7757813&ts=1531419008918&disposition=inline&ts=1531419008918>. Acesso em: 20 jun. 2020.

_____. Comissão Nacional da Verdade. *Relatório*: Comissão Nacional da Verdade. Brasília: CNV, 2014.

CAMINHA, A. (1894). *No país dos ianques*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1979.

CAMINHA, H. M. *História administrativa do Brasil: organização e administração do ministério da marinha na república*, v. 36. Brasília: FUNCEP/ SDGM, 1989.

CAPITANI, A. B. *A rebelião dos marinheiros*. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1997.

CASTRO, C. *A proclamação da república*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

CARLONI, K. G. *Marechal Henrique Teixeira Lott: a opção das esquerdas*. 2010. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

CARVALHO, J. M. *Os bestializados*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

_____. *A formação das almas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

_____.; CAMPOS, A. P. (orgs.). *Perspectivas da cidadania no Brasil império*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

CARVALHO, M. A. R. (org.). *República no Catete*. Rio de Janeiro: Museu da República, 2001.

CHALHOUB, S. *Visões da liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

_____. (1986). *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque*. Campinas: Ed. Unicamp, 2001.

_____. *A força da escravidão*. São Paulo: Cia das Letras, 2012.

COELHO, A. D. *Algozes e vítimas*. Rio de Janeiro: Typ. Jornal do Commercio, 1911.

COOPER, F.; SCOTT, R.; HOLT, T. *Além da escravidão*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

COSTA, C. *Cronologia resumida da Guerra de Canudos*. Rio de Janeiro: Museu da República IBRAM/MinC, 2017.

COUTINHO, A. *Roberto Sisson* (verbetes). Rio de Janeiro: FGV-CPDOC. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/roberto-henrique-sisson>. Acesso em: 24 jan. 2020.

CRUZ, N. R. *O integralismo e a questão racial: a intolerância como princípio*. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2004.

DAVIDSON, B. *African in history*. Nova York: Tochstone, 1995.

DOMINGUES, P. *A nova abolição*. São Paulo: Selo Negro, 2008.

_____. Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos. *Tempo*, v. 12, n. 23, p. 100-122, 2007.

FERREIRA, M. L. C. *Tributo a João Cândido: o rei do farol da liberdade*. Encruzilhada do Sul: [s.n.], 2002.

FLORENTINO, M. *Em costas negras*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1993.

FRAGA FILHO, W. *Encruzilhadas da liberdade: histórias de escravos e libertos na Bahia (1870-1910)*. Campinas: Editora Unicamp, 2006.

GALVÃO, W. N. *O império de belo Monte: vida e morte de Canudos*. São Paulo: Perseu Abramo, 2001.

GASPARIAN, H. *A Manhã* (verbetes). Rio de Janeiro: FGV-CPDOC. Disponível em: <http://fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/manha-a-1935>. Acesso em: 24 jan. 2020.

GRAHAM, S. L. *Proteção e obediência*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1992.

HASENBALG, C. *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

HOFBAUER, A. *Uma história do branqueamento ou o negro em questão*. São Paulo: Unesp, 2006.

HOLT, T. *The problem of freedom: race, labor, and politics in Jamaica and Britain, 1832-1938*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1991.

KOVARICK, L. *Trabalho e vadiagem: a origem do trabalho livre no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

KRAAY, H. Escravidão, cidadania e serviço militar na mobilização brasileira para a Guerra do Paraguai. *Estudos afro-asiáticos*, n. 33, set. 1998.

LABHOI-UFF. *Inventário dos lugares de memória do tráfico atlântico de escravos e da história dos africanos escravizados no Brasil*. [S.l.: s.d.]. Disponível em: http://www.labhoi.uff.br/sites/default/files/2_inventario_desembarque.pdf. Acesso em: 25 jan. 2020.

LOVE, J. *The revolt of the whip*. Califórnia: Stanford, 2012.

MAESTRI, M. *Cisnes negros 1910: a revolta dos marinheiros contra a chibata*. Porto Alegre: FCM, 2014.

MAIO, M. C.; SANTOS, R. V. (orgs.). *Raça como questão*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2010.

MAGALHÃES JUNIOR, R. Raimundo Magalhães (depoimento, 1979). Rio de Janeiro: CPDOC/Fundação Getúlio Vargas (FGV), (1h 0min), 2018. Disponível em: https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/cientistas_sociais/raimundo_magalhaes/pho_1014_raimundo_magalhaes_1979-01-23_liberacao.pdf. Acesso em: 19 jan. 2020.

MARTINS FILHO, J. R. *A marinha brasileira na era dos encouraçados, 1895-1910*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

MARTINS, H. L. *História naval brasileira: a Revolta da Armada*, 1893. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, 1995.

_____. *A revolta dos marinheiros, 1910*. Rio de Janeiro: Cia Editora Nacional, 1988.

MATTOS, H.; RIOS, A. L. *Memórias do cativo: família, trabalho e cidadania no pós-abolição*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

MATTOS, M. B. *Escravidados e livres*. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2008.

MCGLYNN, F.; DRESCHER, D. (orgs). *The meaning of freedom: economics, politics and culture after slavery*. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 1992.

MICELLI, Paulo. *O ponto onde estamos*. São Paulo: Página Aberta, 1994.

MORAES, D. P. Y. *A capital do comendador: a auditoria geral da Marinha no julgamento sobre a liberdade dos africanos apreendidos na ilha da Marambaia (1851)*. 2009. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

MORAES, E. (1922). *Reminiscências de um rábula criminalista*. Belo Horizonte: Briguier, 1989.

MOREL, E. *A revolta da chibata*. 4. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

_____. *A revolta da chibata*. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.

MOREL, M. *João Cândido & a luta pelos direitos humanos*. Rio de Janeiro: Fundação Banco do Brasil, 2008. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/dados/livros/dh/livro_joao_candido_luta_dh.pdf. Acesso em: 10 jan. 2020.

MORGAN, Z. *Legacy of the lash: race and corporal punishment in the brazilian navy and the Atlantic World*. Bloomington: Indiana University Press, 2014.

MOTTA, M. S. Carlos Lacerda: de demolidor de presidentes a construtor de estado. *Nossa História*, Rio de Janeiro, n. 19, p. 72-25, mai. 2005.

MUNANGA, K. Algumas considerações sobre “raça”, ação afirmativa e identidade negra no Brasil: fundamentos antropológicos. *Revista USP*, n. 68, p. 46-57, 2006.

NASCIMENTO, Á. P. Do cativo ao mar: escravos na marinha de guerra. *Estudos Afro-asiáticos*, n. 38, p. 85-112, dez. 2000.

_____. *A ressaca da marujada: recrutamento e disciplina na Armada imperial*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2001.

_____. Um jovem negro no pós-abolição: do ventre livre à marinha de guerra. In: CARVALHO, J. M.; CAMPOS, A. (orgs.). *Perspectivas da cidadania no Brasil Império*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011a.

_____. Recrutamento para a marinha brasileira: república, cor e cidadania. In: MÜGGE, M.; COMISSOLI, A. (orgs.). *Homens e armas: recrutamento militar no Brasil, século XIX*. São Leopoldo: Oikos, 2011b.

_____. “Sou escravo de oficiais da Marinha”: a grande revolta da marujada negra por direitos no período pós-abolição (Rio de Janeiro, 1880-1910). *Revista Brasileira de História*, v. 36, n. 72, ago. 2016.

NASCIMENTO, E. L. *Abdias Nascimento*. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2014.

OLIVEIRA, A. *Quem é a “gente negra nacional”?* Frente negra brasileira e a voz da raça (1933-1937). 2006, Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas: UNICAMP, 2006.

PAEZZO, S. (org.). *Memórias da Madame Satã*. Rio de Janeiro: Lida-dor, 1972.

PARRON, T. P. *A política da escravidão no Império do Brasil, 1826-1865*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

PINTO, S. C. S. *Só para iniciados: o jogo político na antiga Capital Federal*. Rio de Janeiro: Mauad X/Faperj, 2011.

PEÇANHA, N. B. Precisa-se de uma criada nacional ou estrangeira: : uma análise das relações de trabalho entre nacionais e estrangei-ras(os) no serviço doméstico carioca (1880-1920). In: ENCONTRO ESCRAVIDÃO E LIBERDADE NO BRASIL MERIDIONAL, 8., 2017, Porto Alegre. *Anais...* Porto Alegre: UFRGS, 2017. Disponível em: <http://www.escravidaoeliberdade.com.br/site/images/8encontro/Textos8/nataliabatistapeanha.pdf>. Acesso em: 22 jun. 2020.

PENALVA, G. *A marinha do meu tempo*. 2. ed. Rio de Janeiro: SDM, 1983.

PERUSSATTO, M. K. *Como se de ventre livre nascesse: experiências de cativo, parentesco emancipação e liberdade nos derradeiros anos da escravidão em Rio Pardo /RS*. 2010. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2010.

PLÁCIDO DE CASTRO. In: ABREU, A. A. (coord.). *Dicionário da elite política republicana (1889-1930)*. Rio de Janeiro: FGV, 2010. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-re-publica/CASTRO,%20Plácido%20de.pdf>. Acesso em: 28 mar. 2018.

PRESTES, A. L. *Os militares e a reação republicana*: as origens do tenentismo. Petrópolis: Vozes, 1993.

REDIKER, M. *O navio negreiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

REIS, J. J. *Domingos Sodré, um sacerdote africano*: escravidão, liberdade e candomblé na Bahia do século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

RIBEIRO, G. S. *Mata galegos*: os portugueses e os conflitos de trabalho na República Velha. São Paulo: Brasiliense, 1990.

RODRIGUES, J. *De costa a costa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

_____. *O infame comércio*. Campinas: Unicamp, 2000.

RODRIGUEZ, H. S. *A formação das estradas de ferro no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Open Plus, 2004.

SALLES, R. *E o vale era o escravo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

SAMET, H. *A revolta do batalhão naval*. Rio de Janeiro: FAPERJ, 2011.

SCHWARCZ, L. M. *O espetáculo das raças*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SCHUELER, A.; GONDRA, J. G. *Educação, poder e sociedade no império brasileiro*. São Paulo: Cortez, 2008.

SEYFERTH G. Construindo a nação. In: MAIO, M. C.; SANTOS, R. V. (orgs.). *Raça, ciência e sociedade*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1996.

SILVA, C. A. L. Os aspirantes e guardas-marinha do primeiro reinado: heranças e talentos na profissionalização nos quadros da marinha impe-

rial. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 27., 2013, Natal. *Anais...* Natal: ANPUH, 2013. Disponível em: http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1363115843_ARQUIVO_Herancas-talentos-CarlosAndreLopesdaSilva1.pdf. Acesso em: 09 nov. 2019.

SILVA, E. *As camélias do Leblon*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2003.

SILVA, L. C. *Ensino de história e direito humanos: a revolta da chibata como um tema sensível para além da sala de aula*. 2019. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2019.

SILVA, M. A. *Contra a chibata*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

SOUZA, A. B.; SILVA, A. M. D. A organização da justiça militar no Brasil: Império e República. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 29, n. 58, p. 361-380, jul. 2016.

TODOROV, T. *A conquista da América*. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

WEIMER, R. A. *A família dos “Inácios”: herança nominal e memória da escravidão entre descendentes de escravos no litoral do Rio Grande do Sul, Brasil*. In: ENCONTRO ESCRAVIDÃO E LIBERDADE MERIDIONAL, 6., 2013, Florianópolis. *Anais...* Santa Catarina: UFSC, 2013. Disponível em: <http://labhstc.ufsc.br/files/2013/04/Rodrigo-de-Azevedo-Weimer-texto.pdf>. Acesso em: 22 jun. 2020.

ZIMMERMANN, L. J. Sargentos de 1964: como a disciplina superou a política. 2013. Dissertação (Mestrado em História) - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2013.

FONTES

A COVARDIA. *Correio da Manhã*, 26 nov. 1927. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/089842_03/32823. Acesso em: 20 jun. 2020.

A ERA Vargas: dos anos 20 a 1945. Diretrizes do Estado Novo (1937-1945). A Manhã (verbete). *FGV CPDOC*. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos37-45/Educacao-CulturaPropaganda/Amanha>. Acesso em: 24 jan. 2020.

A GRANDE data dos marinheiros do Brasil. *A Manhã*, 22 nov. 1935. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/116408/11968>. Acesso em: 24 jan. 2020.

A MANHÃ. Rio de Janeiro, 22 nov. 1935. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/116408/11973>. Acesso em: 24 jan. 2020.

APELO! *Correio da Manhã*, 5 jan. 1928. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/089842_03/33453. Acesso em: 20 jun. 2020.

A PROVÍNCIA. Recife, 17 nov. 1915. Disponível: http://memoria.bn.br/DocReader/128066_01/32183. Acesso em: 20 jun. 2020.

ARQUIVO HISTÓRICO DA CÚRIA METROPOLITANA DE PORTO ALEGRE. *Livro de registro de batismo*. Rio Pardo, livro nº 24, 1881 a 1882.

A RUA. Rio de Janeiro, 30 dez. 1915. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/236403/2256>. Acesso em: 23 out. 2019.

A UM passo da eternidade o negro que violentou a história do Brasil. *Revista da Semana*, 27 dez. 1958. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/025909_05/28418. Acesso em: 19 jan. 2020.

BORBA JUNIOR, J. A. *Livro de notas do tabelião Joaquim Antonio de Borba Junior*. Encruzilhada, livro 7, 1882-1885 (Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana de Porto Alegre).

CARTA de um sorteado. *Correio da Manhã*, 31 dez. 1903. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/089842_01/5284. Acesso em: 18 jan. 2020.

CGM. Processo n.º. 565 (Arquivo Nacional).

CHEGADA de postes foi última das vitórias de João Cândido. *Jornal do Brasil*, 9 dez. 1969. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/030015_08/145787. Acesso em: 20 jan. 2020.

CORREIO DA MANHÃ. 29 nov. 1910.

DIÁRIO CARIOCA. Rio de Janeiro, 23 nov. 1928. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/093092_01/1287. Acesso em: 24 jan. 2020.

DOPS. “Panfleto”, 228 (Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro).

GAZETA DE NOTÍCIAS. Rio de Janeiro, 10 dez. 1921.

GIFI. 6C-385 (Arquivo Nacional).

JOÃO Cândido. *O Paiz*, 3 mar. 1928. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/178691_05/33124. Acesso em: 20 jun. 2020.

JOÃO Cândido, nas memórias de Afrânio Peixoto. *Diário de Notícias*, 17 ago. 1948. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/093718_02/40494. Acesso em: 19 jan. 2020.

JOÃO Cândido e a chibata na Marinha. *Diário de Notícias*, 9 set. 1948. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/093718_02/40892. Acesso em: 19 jan. 2020.

JOÃO Cândido e a Marinha. *Diário de Notícias*, 26 set. 1948. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/093718_02/41187. Acesso em: 19 jan. 2020.

JOÃO Cândido, herói mais esperto. *Diário de Notícias*, 18 nov. 1955. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/093718_03/45555. Acesso em: 19 jan. 2020.

JOÃO Cândido recebe homenagens no R.G.S. *Diário da Noite*, 25 set. 1959. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/221961_03/72165?pesq=joao%20candido+almirante negro. Acesso em: 19 jan. 2020.

LÍDER da Revolta da Chibata é anistiado. *Tribuna da Imprensa*, 25 jul. 2008. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/154083_06/51437. Acesso em: 29 out. 2019.

LIMA, A. A. Discurso de recepção a Afrânio Peixoto. *Academia Brasileira de Letras*. [S.l.: s.n., s.d.]. Disponível em: <http://www.academia.org.br/academicos/afonso-pena-junior/discurso-de-recepcao>. Acesso em: 19 jan. 2020.

LIMA, F. C. *Testamento*. Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS), Encruzilhada, Autos 84, Maço 2, estante 121, 1876, f. 1v.

MANOEL Victorino. *Correio da Manhã*, 3 dez. 1902. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/089842_01/2882, acessado. Acesso em: 17 jan. 2020.

MUTINY at cronstadt feared. *New York Times*. 19 jun. 1906. Disponível em: <https://timesmachine.nytimes.com/timesmachine/1906/06/19/120281386.pdf>. Acesso em: 28 mar. 2018.

NA DIVISÃO do Norte. *Correio da Manhã*, 3 jan. 1904. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/089842_01/5306. Acesso em: 18 jan. 2020.

NASCI livre no império e fui escravo da república. *Diário da Noite*, 18 jan. 1930. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/221961_01/1272. Acesso em: 18 jan. 2020.

O EX-ALMIRANTE João Cândido entre os imortais. *Diário de Notícias*, 05 set. 1948. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/093718_02/40836. Acesso em: 19 jan. 2020.

PARAGUASSÚ, L. Lula sanciona lei que anistia líder da Revolta da Chibata. *O Estado de São Paulo*. 24 jul. 2008. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/noticias/geral,lula-sanciona-lei-que-anistia-lider-da-revolta-da-chibata,211500>. Acesso em: 29 out. 2019

PROCESSO João Cândido e outros. (Arquivo Nacional).

REVISTA DA SEMANA. Rio de Janeiro, 11 out. 1947.

REVOGAM as disposições em contrário. *Gazeta de Notícias*, 2 fev. 1927. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/103730_05/21557. Acesso em: 20 jun. 2020.

SOB o comando do marinheiro João Cândido. *Correio da Manhã*, 23 nov. 1946. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/089842_05/34009. Acesso em: 20 jan. 2020.

STORRY, C. B. *Relatório de viagem do comandante Carlos Brandão Storry* (Fundação Casa de Rui Barbosa).

SUBLEVAÇÃO dos sargentos. *Jornal do Brasil*, 16 jul. 1915. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/030015_03/30612. Acesso em: 01 jun. 2019.

TENTATIVA de perturbação da ordem. *Jornal do Commercio*, 25 nov. 1948. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/364568_13/43114. Acesso em: 19 jan. 2020.

TRIGÉSIMO Dia. *Gazeta de Notícias*, 5 ago. 1922. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/103730_05/6757. Acesso em: 20 jun. 2020.

WANDENKOLK, E. *Relatório de viagem à Europa da corveta Vital de Negreiros, comandante Eduardo Wandenkolk, em 13 de outubro de 1882*. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, 1882, doc. 3.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Efeito de um torpedo na proa do Aquidaban

Figura 2 – Ruínas de Villegaignon

Figura 3 – Funcionamento de um navio a vapor

Figura 4 – Cruzador Benjamin Constant (1906)

Figura 5 – A disciplina do futuro

Figura 6 – Troca de comando

Figura 7 – Tese de doutorado

Figura 8 – Livro acadêmico

Figura 9 – Primeira biografia de João Cândido

Figura 10 – Tese de doutorado

Figura 11 – Revista popular

Figura 12 – Revista popular

Figura 13 – HQ jovem e adulto

Figura 14 – HQ infantil

Figura 15 – HQ infantil

Figura 16 – Livro infantil

Figura 17 – O autor e seu pai

Formato: 14 x 21cm
Tipología: Adobe Caslon Pro 11/18
Número de páginas: 232

